



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**“VIVEIRO DOS FUTUROS PROFESSORES”: “MODELO ESCOLAR” DO
COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
(1959-1981)**

RENILFRAN CARDOSO DE SOUZA

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**“VIVEIRO DOS FUTUROS PROFESSORES”: “MODELO ESCOLAR” DO
COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
(1959-1981)**

RENILFRAN CARDOSO DE SOUZA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: Educação
Linha de pesquisa: História da Educação

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2024**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S729v Souza, Renilfran Cardoso de
“Viveiro dos futuros professores” : “modelo escolar” do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1959-1981) / Renilfran Cardoso de Souza ; orientador Joaquim Tavares da Conceição. – São Cristóvão, SE, 2024.
168 f. : il.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Educação – História - Sergipe. 2. Professores - Formação.
3. Colégios de Aplicação. 4. Educação – Finalidades e objetivos.
5. Escolas públicas – Organização e administração. I. Universidade Federal de Sergipe. Colégio de Aplicação. II. Conceição, Joaquim Tavares da, orient. III. Título.

CDU 373.5.091(091)(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



RENILFRAN CARDOSO DE SOUZA

**“Viveiro dos futuros professores”: “modelo escolar” Colégio de Aplicação da
Universidade Federal de Sergipe (1959-1981)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em 26.07.2024



Documento assinado digitalmente

JOAQUIM TAVARES DA CONCEICAO
Data: 28/07/2024 12:34:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS



Documento assinado digitalmente

JOAO PAULO GAMA OLIVEIRA
Data: 29/07/2024 10:27:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS



Documento assinado digitalmente

NORBERTO DALLABRIDA
Data: 01/08/2024 20:17:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Norberto Dallabrida
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS



Documento assinado digitalmente

JOSE GENIVALDO MARTIRES
Data: 29/07/2024 09:47:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Genivaldo Mártires
Universidade Federal de Sergipe / UFS



Documento assinado digitalmente

LIBANIA NACIF XAVIER
Data: 03/08/2024 08:58:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Libânia Nacif Xavier
Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ



Documento assinado digitalmente

CRISTIANO DE JESUS FERRONATO
Data: 30/07/2024 09:53:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Cristiano de Jesus Ferronato
Universidade Tiradentes / UNIT

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2024

AGRADECIMENTOS

“Do início até o último porto, só interessa a viagem: às vezes tem tempestade, ondas enormes cobrem o barco; depois vem a calmaria e podemos desfrutar de um horizonte claro. Mas se durante essa travessia a gente prosseguir desejando o bom, o belo e o verdadeiro, então tudo terá valido a pena” (Lygia Fagundes Telles).

O doutorado marcou bastante a minha trajetória, ao ingressar durante um período de intensas incertezas causadas pela pandemia da covid-19. No entanto, em meio a várias dúvidas, uma certeza permanecia: o desejo de voltar às pesquisas nos arquivos e analisar os documentos. À medida que as condições foram se normalizando, com a rotina fora de casa gradualmente retomada, retornei à escrita da tese e voltei ao trabalho presencial, ao chão da escola pública! Esta fase foi desafiadora, porém fundamental para o meu desenvolvimento pessoal e acadêmico. Em determinado momento, tudo parecia fora de controle, e a sensação de falta de tempo era desafiadora. Foi a primeira vez que mantive um diálogo com o tempo, aprendendo a respeitar o seu curso inevitável.

Sou imensamente grato à minha família! “É que me faz, me traz, capaz, de ser feliz... matriz... motriz...”. À minha amada mãe, Renilde, que, pacientemente, ouviu minhas razões para não poder estar em sua casa e compreendeu que a busca pela educação é um caminho valioso. A Diego Góes, companheiro de tantas horas! Expresso minha profunda gratidão pela força e parceria ao longo desse percurso. Ele ouviu a palavra TESE quatro anos ininterruptamente. À minha irmã, Renata, que sempre demonstra admiração por minhas conquistas profissionais e pessoais. Agradeço por seu constante apoio. A Nô Oliveira, pelo respeito e pelas palavras de incentivo. Fazia sempre questão de falar: “Meu cunhado é doutor”. Ao meu adorável sobrinho, Arthur, cujas afetuosidade e inteligência iluminam minha vida. A você, envio meu carinho especial. À Fabíola Goés, pelo apoio e pelo carinho. Sempre que eu chegava à sua casa, ela perguntava: “Fran, você conseguiu adiantar alguma coisa?”.

Expresso meu respeito ao professor Dr. Joaquim Tavares da Conceição, pela orientação criteriosa e pelos momentos de conversas no CEMDAP. Um profissional que admiro muito. Aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS), em especial à Anne Emilie pelas conversas, debates e muitas risadas que tornaram nossos encontros tão produtivos que

precisávamos ter cuidado para não deixar de pesquisar. A Genivaldo, pelo olhar atento na qualificação, mostrando novos caminhos e possibilidades. Este grupo é realmente excepcional!

Expresso minha sincera gratidão à minha amiga e parceira de trabalho Jaciara, por seu carinho e encorajamento nos dias em que a exaustão se fazia presente. Retornar para casa após uma jornada tão intensa de coordenação escolar, lidando com alunos em tempo integral, repleta de atividades e demandas, era uma tarefa desafiadora. Aos meus colegas e amigos do Doutorado: Ana Cláudia, Cláudia e Hamilton.

Por fim, aos colegas e amigos que brincavam dizendo: "Quando acabar a tese, ele aparece e arranja outro impedimento". Agradeço-lhes o apoio constante.

RESUMO

A tese apresenta uma investigação sobre o modelo escolar denominado “colégio de aplicação”, focando especificamente no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e abrangendo o período de 1959 a 1981. As questões norteadoras da pesquisa são: quais eram as ideias e projetos educacionais relacionados ao surgimento do modelo escolar dos colégios de aplicação no Brasil? Quais foram os atributos e funções dos colégios de aplicação na formação de professores? Como funcionavam as relações entre a Faculdade de Educação e o Colégio de Aplicação da UFS, e suas funções no desenvolvimento da prática de estágio? Como eram realizados os estágios integrados no Colégio de Aplicação da UFS? O objetivo geral é analisar o modelo escolar denominado colégio de aplicação e sua configuração no Colégio de Aplicação da UFS no período de 1959 a 1981. Os objetivos específicos incluem: compreender os debates educacionais em torno da criação de “ginásios de aplicação” nas faculdades de filosofia, analisar a relação entre o projeto de “colégio de aplicação” e as discussões sobre a formação de professores para o ensino secundário, identificar as características e redefinições dos colégios de aplicação, apontar os princípios pedagógicos e as propostas curriculares do Colégio de Aplicação da UFS e analisar a prática dos estágios integrados da Faculdade de Educação no Colégio de Aplicação da UFS e suas ações pedagógicas. A pesquisa está fundamentada na perspectiva da História Cultural, examinando ações, transformações e permanências humanas em determinado período. Os métodos de análise consideram pressupostos da sociologia da educação de Pierre Bourdieu, como o conceito de capital cultural, para compreender a importância do prestígio de uma escola vinculada a uma universidade federal e às construções simbólicas no espaço escolar. Foram levantadas fontes nos acervos do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (CEMDAP), Arquivo Central – UFS, Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFS (CECH) e no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES - UFRJ). Também foram consultados acervos digitais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e do site Domínio Público, entre outros. Os colégios de aplicação foram criados como um tipo especial de escola, inicialmente vinculados às faculdades de filosofia, com o objetivo principal de servir como campo de estágio e experimentações para os graduandos das faculdades. O desenvolvimento do Colégio de Aplicação da UFS exigiu uma comunicação mais direta com a Faculdade de Educação e uma reflexão profunda para superar desafios e redefinir responsabilidades diante das novas realidades educacionais, das finalidades e funções de um colégio de aplicação. A principal função do Colégio de Aplicação da UFS foi servir como campo para as práticas de estágios de graduandos da Universidade.

Palavras-chave: Colégio de Aplicação. Escola laboratório. Faculdades de Educação. Formação de professores. História da Educação.

ABSTRACT

The thesis presents an investigation into the school model known as "colégio de aplicação," focusing specifically on the Colégio de Aplicação of the Federal University of Sergipe (UFS) and covering the period from 1959 to 1981. The guiding questions of the research are: what were the educational ideas and projects related to the emergence of the school model of colégios de aplicação in Brazil? What were the attributes and functions of the colégios de aplicação in teacher training? How did the relationships between the Faculty of Education and the Colégio de Aplicação of UFS function, and what were their roles in the development of internship practice? How were integrated internships conducted at the Colégio de Aplicação of UFS? The overall objective is to analyze the school model known as colégio de aplicação and its configuration at the Colégio de Aplicação of UFS from 1959 to 1981. The specific objectives include: understanding the educational debates surrounding the creation of "ginásios de aplicação" in philosophy faculties, analyzing the relationship between the "colégio de aplicação" project and the discussions on teacher training for secondary education, identifying the characteristics and redefinitions of colégios de aplicação, pointing out the pedagogical principles and curricular proposals of the Colégio de Aplicação of UFS, and analyzing the integrated internship practices of the Faculty of Education at the Colégio de Aplicação of UFS and their pedagogical actions. The research is grounded in the perspective of Cultural History, examining human actions, transformations, and continuities over a specific period. The methods of analysis consider assumptions from Pierre Bourdieu's sociology of education, such as the concept of cultural capital, to understand the importance of the prestige of a school linked to a federal university and the symbolic constructions within the school space. Sources were gathered from the archives of the Center for Research, Documentation, and Memory of the Colégio de Aplicação of UFS (CEMDAP), Central Archive - UFS, Archive of the Center for Education and Human Sciences of UFS (CECH), and the Program for Studies and Documentation of Education and Society (PROEDES - UFRJ). Digital archives from the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research (INEP) and the Public Domain website, among others, were also consulted. The colégios de aplicação were created as a special type of school, initially linked to philosophy faculties, with the primary objective of serving as a field for internships and experiments for the graduates of these faculties. The development of the Colégio de Aplicação of UFS required more direct communication with the Faculty of Education and a deep reflection to overcome challenges and redefine responsibilities in the face of new educational realities, purposes, and functions of a colégio de aplicação. The main function of the Colégio de Aplicação of UFS was to serve as a field for the internship practices of the University's graduates.

Keywords: Colégio de Aplicação. Laboratory school. Faculties of Education. Teacher training. History of Education.

RESUMEN

La tesis presenta una investigación sobre el modelo escolar denominado "colegio de aplicación", enfocándose específicamente en el Colegio de Aplicación de la Universidad Federal de Sergipe (UFS) y abarcando el período de 1959 a 1981. Las preguntas guía de la investigación son: ¿cuáles eran las ideas y proyectos educativos relacionados con el surgimiento del modelo escolar de los colegios de aplicación en Brasil? ¿Cuáles fueron los atributos y funciones de los colegios de aplicación en la formación de profesores? ¿Cómo funcionaban las relaciones entre la Facultad de Educación y el Colegio de Aplicación de la UFS, y sus funciones en el desarrollo de la práctica de pasantía? ¿Cómo se realizaban las pasantías integradas en el Colegio de Aplicación de la UFS? El objetivo general es analizar el modelo escolar denominado colegio de aplicación y su configuración en el Colegio de Aplicación de la UFS en el período de 1959 a 1981. Los objetivos específicos incluyen: comprender los debates educativos en torno a la creación de "gimnasios de aplicación" en las facultades de filosofía, analizar la relación entre el proyecto de "colegio de aplicación" y las discusiones sobre la formación de profesores para la enseñanza secundaria, identificar las características y redefiniciones de los colegios de aplicación, señalar los principios pedagógicos y las propuestas curriculares del Colegio de Aplicación de la UFS y analizar la práctica de las pasantías integradas de la Facultad de Educación en el Colegio de Aplicación de la UFS y sus acciones pedagógicas. La investigación está fundamentada en la perspectiva de la Historia Cultural, examinando acciones, transformaciones y permanencias humanas en determinado período. Los métodos de análisis consideran supuestos de la sociología de la educación de Pierre Bourdieu, como el concepto de capital cultural, para comprender la importancia del prestigio de una escuela vinculada a una universidad federal y las construcciones simbólicas en el espacio escolar. Se recopilieron fuentes en los archivos del Centro de Investigación, Documentación y Memoria del Colegio de Aplicación de la UFS (CEMDAP), Archivo Central - UFS, Archivo del Centro de Educación y Ciencias Humanas de la UFS (CECH) y en el Programa de Estudios y Documentación Educación y Sociedad (PROEDES - UFRJ). También se consultaron archivos digitales del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira - INEP y del sitio Dominio Público, entre otros. Los colegios de aplicación fueron creados como un tipo especial de escuela, inicialmente vinculados a las facultades de filosofía, con el objetivo principal de servir como campo de pasantía y experimentación para los graduandos de las facultades. El desarrollo del Colegio de Aplicación de la UFS requirió una comunicación más directa con la Facultad de Educación y una reflexión profunda para superar desafíos y redefinir responsabilidades frente a las nuevas realidades educativas, los propósitos y funciones de un colegio de aplicación. La función principal del Colegio de Aplicación de la UFS fue servir como campo para las prácticas de pasantía de los graduandos de la Universidad.

Palabras clave: Colegio de Aplicación. Escuela laboratorio. Facultades de Educación. Formación de profesores. Historia de la Educación.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Teses e dissertações do banco da CAPES com abordagem histórica dos Colégios de Aplicação no Brasil.....	16
Quadro 2 – Levantamento de Teses e Dissertações do PPGED/UFS com abordagem histórica do Colégio de Aplicação de Sergipe.....	20
Quadro 3 – Colégios de Aplicação que estão vinculados às Universidades Estaduais e Federais.....	26
Quadro 4 – Colégios de aplicação criados junto às faculdades de filosofia (1948-1968).....	50
Quadro 5 – Relação do corpo docente do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1960.....	62
Quadro 6 – Significação do currículo da Lei – 5.692/71.....	70
Quadro 7 – Currículo – 1º grau – 2ª fase – UFS – Colégio de Aplicação (carga horária – 3.330).....	73
Quadro 8 – Grade Curricular – 1º grau – 2ª fase – Colégio de Aplicação – UFS.....	74
Quadro 9 – Atividades relacionadas pela FACED (1973 - 1977)	82
Quadro 10 – Objetivos gerais e específicos do Projeto “Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação”.....	86
Quadro 11 – Dificuldades indicadas nos questionários que limitavam o Colégio de Aplicação de exercer a função de laboratório para a Faculdade de Educação – 1976.....	87
Quadro 12 – Metas estabelecidas por meio do projeto Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação as suas funções na Faculdade de Educação por meio das ações desenvolvidas em 1976.....	91
Quadro 13 – Aspectos para o levantamento de dados na instituição escolar em que o estagiário iria desenvolver sua prática.....	98
Quadro 14 – Levantamento em relação aos alunos.....	99
Quadro 15 – Objetivos do Plano Geral de Estágios (1975).....	100
Quadro 16 – Palestras realizadas para a atuação da Prática de Estágio no Colégio de Aplicação	107
Quadro 17 – Elaboração das metas para o Plano Global do Colégio de Aplicação da UFS.....	108
Quadro 18 – Pontos apresentados nos questionários para a reestruturação do Colégio de Aplicação da UFS.....	110
Quadro 19 – Resultado da pesquisa para redefinição curricular do Colégio de Aplicação.....	113
Quadro 20 – Documentação exigida para a confecção do plano de reconhecimento do Colégio de Aplicação da UFS.....	116
Quadro 21 – “Funcionograma” do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe 1979.....	122
Quadro 22 – Plano de Implementação de Recuperação Paralela	126

LISTA DAS FIGURAS

Figura 1 – Frente da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.....	57
Figura 2 – Frente da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, onde funcionava o GA.....	60
Figura 3 – Primeira turma do Ginásio de Aplicação de Sergipe.....	64
Figura 4 – Organograma da Universidade Federal de Sergipe – Faculdade de Educação.....	90
Figura 5 – Organograma do Colégio de Aplicação da UFS – 1979.....	117
Figura 6 – Organograma reelaborado pelas estagiárias no Plano de Estágio 1979/1.....	118

LISTA DE SIGLAS

CAP – Colégio de Aplicação
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
UFSC – Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina
CEMDAP – Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe
CEMAS – Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense
CECH – Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH)
CFE – Conselho Federal de Educação
CODAP – Colégio de Aplicação
COVID-19 – Coronavírus 2019
CONSU – Conselho Universitário
FNFI – Faculdade Nacional de Filosofia
FEUSP – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FACED – Faculdade de Educação de Sergipe
IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PPGED/UFS – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe
PROEDES – Programa de Estudos e Documentação, Educação e Sociedade (UFRJ)
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 – “GINÁSIOS DE APLICAÇÃO” NAS FACULDADES DE FILOSOFIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO SECUNDÁRIO.....	31
2.1 – PROJETO ESCOLA DE DEMONSTRAÇÃO: TRAÇOS DO MODELO DO GINÁSIO DE APLICAÇÃO.....	37
2.2 - DEFININDO A CONFIGURAÇÃO DO MODELO COLÉGIO DE APLICAÇÃO.....	44
3- CRIAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE E DO GINÁSIO DE APLICAÇÃO.....	56
3.1 – FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE: IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO.....	56
3.2 - “SEMENTEIRAS DE CULTIVAR TALENTOS”: SURGIMENTO DO GINÁSIO DE APLICAÇÃO DE SERGIPE.....	60
3.3 – MODELO COLÉGIO DE APLICAÇÃO E AS PROPOSTAS CURRICULARES.....	67
3.4 – DISCUTINDO AS FUNÇÕES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS.....	75
4 – O COLÉGIO DE APLICAÇÃO NA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA.....	79
4.1 – “POSICIONAMENTO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS SUAS FUNÇÕES NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO.....	79
4.2 – REESTRUTURANDO AS AÇÕES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO: “COLOCÁ-LO EM POSIÇÃO DE VANGUARDA NAS ATIVIDADES DE ENSINO”	89
4.3 – COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS COMO CAMPO PARA AS PRÁTICAS DE ESTÁGIO.....	95
4.4 – RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ESPAÇO, TEMPO E LUGAR DA PRÁTICA DE ENSINO.....	101
4.4.1 – “Ação Integrada e Planejada na Instituição Educacional: Colégio de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe”	104
4.4.2 – “Contribuição na montagem do processo de reconhecimento do Colégio de Aplicação da UFS”	112
4.4.3 – “Reelaboração do Organograma e Elaboração do “Funcionograma” do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe”	115
4.4.4 – “Plano de Implementação da Recuperação Paralela na 1ª série do 2º grau”	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
FONTES.....	130
REFERÊNCIAS.....	137
APÊNDICE.....	144
ANEXO.....	155

1 INTRODUÇÃO

A presente tese investiga o modelo escolar denominado “colégio de aplicação”, tomando como objeto específico o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, estabelecendo como marco temporal o período de 1959 a 1981. Os colégios de aplicação foram criados como um tipo especial de escola, por meio do Decreto-lei nº 9.053, de 12 de março de 1946, que determinava sua vinculação às faculdades de filosofia e estabelecia a essas instituições escolares a obrigação de oferecer ensino anexo às citadas faculdades. Tinham como objetivo principal servir como um ambiente de aprendizagem prática para os alunos do curso de didática, bem como vivenciar situações reais de ensino-aprendizagem e compartilhar os conhecimentos teóricos adquiridos durante a graduação (Brasil, 1946). Quanto ao ensino ministrado, seguiam a mesma regulamentação da legislação educacional de cada período das escolas comuns.

A investigação é demarcada pelas seguintes questões norteadoras: Quais as ideias ou projetos educacionais relacionados ao surgimento do modelo escolar do colégio de aplicação no Brasil? Quais os atributos e funções dos colégios de aplicação para a formação de professores? Quais eram as relações entre a Faculdade de Educação e o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, e suas funções para o desenvolvimento da prática de estágio? Como funcionavam os estágios integrados (administração escolar, orientação educacional e supervisão escolar) da Faculdade de Educação dentro do Colégio de Aplicação da UFS?

Diante dessas questões, a tese defendida é que o modelo escolar do Colégio de Aplicação da UFS configurou-se predominantemente na função de práticas de estágios para os graduandos da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe, por meio da reestruturação dos colégios de aplicação, após o parecer do Conselho Federal de Educação nº 292/1962 e nas redefinições do colégio na estrutura da universidade.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o modelo escolar denominado Colégio de Aplicação e sua configuração no Colégio de Aplicação de Sergipe no período de 1959 a 1981. A partir desse objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos: compreender os debates educacionais em torno da criação de “ginásios de aplicação” nas faculdades de filosofia; analisar a relação entre o projeto de “colégio de aplicação” com as discussões e propostas em torno da formação de professores para o ensino secundário; identificar as características e (re)definições dos colégios de aplicação; apontar os princípios pedagógicos e as propostas

curriculares do Colégio de Aplicação da UFS; analisar a prática dos estágios integrados da Faculdade de Educação no Colégio de Aplicação da UFS e suas ações pedagógicas.

A motivação para esta investigação decorreu-se de compreender como o modelo escolar colégio de aplicação vem se configurando como uma escola pública vinculada à universidade federal, com referência ao desenvolvimento de prática docente. A escolha do supracitado marco temporal justifica-se pela fundação do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, em 1959. Como data limite desta pesquisa foi estabelecido o ano de 1981, quando o Conselho Universitário (CONSU) aprovou o Regimento do Colégio de Aplicação, com base no processo nº 3487/79, assim que o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe tornou-se órgão suplementar, vinculado diretamente à Reitoria da UFS. A mudança ocorreu em 1979 por meio do Regimento Geral da UFS (UFS/CONSU, 1979), o qual alterou a condição do Colégio dentro da estrutura da universidade, transformando-o em um “órgão suplementar” vinculado diretamente à Reitoria, em vez de estar ligado à Faculdade de Educação, como estava previsto no regimento do Colégio de 1975. Em 1981, o novo regimento do Colégio formalizou essa vinculação, conforme já estava estabelecido no Regimento Geral da UFS.

A pesquisa é parte integrante do projeto “Identidade e responsabilidade histórica. Organização e preservação de documentos no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação – UFS (CEMDAP)¹”, que, entre outras finalidades, busca produzir compreensões historiográficas a respeito do Colégio de Aplicação e seus agentes educativos a partir da utilização como fontes de documentos do acervo do CEMDAP. Igualmente, a pesquisa está inserida especificamente no eixo temático da História da Educação, que busca produzir compreensões a respeito de políticas e instituições educativas – história e memória das instituições educativas; processos de criação; modelos institucionais. Por conseguinte, está vinculada à proposta da linha de pesquisa História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS.

É fundamental ressaltar a importância do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (CEMDAP) para a condução desta pesquisa. Foi por meio do acervo desse centro que foram identificadas as principais fontes utilizadas ao longo deste estudo.

Visando à produção de uma revisão bibliográfica do tema “colégio de aplicação”, em perspectiva histórica, foram realizados levantamentos no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Repositório

¹ Projeto de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição, financiado por meio de recurso financeiro da Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021.

Institucional da UFS. Como resultado desses levantamentos, foram identificados trabalhos que contribuem para as discussões desta tese, como referência para a compreensão do modelo escolar do colégio de aplicação, por meio dos seus contextos históricos de criação, campos de estágios e experimental, prática docente, projetos, regulamentos, atribuições e o funcionamento, identificando variáveis nos processos e definições de suas funções como colégios de aplicação vinculados às universidades. Foram elaborados dois quadros de trabalhos. No quadro 1, são apresentados os resultados do levantamento de teses e dissertações disponíveis no Catálogo da CAPES, as quais trazem um contexto histórico dos colégios de aplicação. No quadro 2, o levantamento apresenta teses e dissertações levantadas no Repositório da UFS que tratam de aspectos históricos do Colégio de Aplicação dessa Universidade.

Quadro 1 – Levantamento de Teses e dissertações no repositório da CAPES que retratam aspectos históricos do Colégio de Aplicação

Nº	Título	Autor (a)	Programa	Curso	Ano
1	Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais. Trajetória de uma escola de ensino médio no contexto universitário.	Collares, Marinez Murta	UFMG	Mestrado em Educação	1989
2	Colégio de Aplicação e Prática de Ensino: Questões atuais	Kinpara, Minoru Martins	Unicamp	Mestrado em Educação	1997
3	O Colégio de Aplicação CAP/COLUNI da Universidade Federal de Viçosa: histórias de sucesso (memórias e identidade)	Barbalho, Duarte de Magalhães	UFJF	Mestrado	2008
4	Cultura escolar no Ginásio de Aplicação/UFSC – década de 1960	Andrade, Maria Clarete Borges de	UDESC	Mestrado	2009
5	Sentidos compartilhados sobre o Colégio de Aplicação da UFPE: um estudo com pais e estudantes	Almeida, Gisele Gomes De	UFPE	Mestrado em Educação	2014
6	História da Escola de Aplicação da FEUSP (1976-1986): a contribuição de José Mário Pires Azanha para a cultura escolar	Gordo, Nívia	USP	Doutorado em Educação	2010
7	Cultura Escolar e Perfil Discente no Colégio de Aplicação da UFSC (1966-1973)	Luciano Junior, Ademir Soares	UDESC	Mestrado em Educação	2010
8	Colégio de Aplicação da UFRGS: práticas educativas adormecidas entre o arquivo e a memória oral (1954-1981)	Lima, Valeska Alessandra de	UFRGS	Mestrado em Educação	2016

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do levantamento no Repositório da Capes em 2021. Disponível: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>.

A pesquisa de Marinez Murta Collares, intitulada *Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: Trajetória de uma escola de ensino médio no contexto universitário*, defendida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no programa de Mestrado em Educação, estuda a trajetória do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais. A autora analisa as iniciativas da direção da Faculdade de Educação e destaca as dificuldades de vinculação entre escola e universidade. Para Marinez Murta, as ambiguidades encontradas estão relacionadas a divergências de objetivos, ao vínculo com a comunidade universitária, à clientela escolar e ao corpo docente das instituições. Nessa pesquisa, verifica-se o processo de estruturação do colégio como campo de demonstração para formar professores, bem como a constituição de um modelo escolar de experimentação científica vinculada a uma universidade (Collares, 1989).

A pesquisa de Minoru Martins Kimpara, intitulada *Colégio de Aplicação e Prática de Ensino: Questões atuais*, é fruto da dissertação de mestrado defendida na Universidade Estadual de Campinas-SP (UNICAMP) no ano de 1997. O objetivo do trabalho foi analisar as práticas de ensino dos colégios de aplicação, utilizando como ferramenta metodológica a aplicação de questionário dirigido aos diretores do CAPs. A autora traça um perfil dos colégios de aplicação dentro da perspectiva de uma instituição que serve de prática de estágio para os alunos licenciados. O trabalho aponta aspectos sociais, econômicos e políticos que influenciaram as ideias pedagógicas dos colégios de aplicação e avalia a trajetória e as mudanças com base no Decreto-lei nº 9053/1946 (Kimpara, 1997).

A dissertação de Duarte de Magalhães Barbalho, sob o título *O Colégio de Aplicação CAP/COLUNI da Universidade Federal de Viçosa: histórias de sucesso (memórias e identidade)*, investiga a história do Colégio de Aplicação (CAP/CALUNI) da Universidade Federal de Viçosa-MG, na perspectiva da história oral, por meio de relatos de alunos e professores. A questão central de sua pesquisa é o registro das memórias de histórias de sucesso de ex-alunos, construindo uma narrativa em torno da tradição nas aprovações nos vestibulares. O autor investiga a história do CAP-CALUMI, destacando as comemorações de 40 anos da escola e sua singularidade face a outras escolas públicas de Viçosa. Priorizando as histórias de sucesso, Duarte potencializa seu estudo, legitimando o colégio de aplicação como modelo para a educação brasileira (Barbalho, 2008).

A investigação utilizada no trabalho de dissertação de Maria Clarete Borges de Andrade (2009), sob o título *Cultura escolar no ginásio de aplicação/UFSC – década de 1960*, analisa os aspectos da cultura escolar no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no período de 1961 a 1969. Essa pesquisa destaca as práticas de socialização

dos discentes, evidenciando a importância da formação cultural, social e política do ginásio de aplicação, bem como analisa as práticas pedagógicas consideradas inovadoras para uma instituição de ensino médio vinculada a uma instituição federal de educação. A autora optou pelo método da história oral, utilizando entrevistas com ex-alunos e ex-professores (Andrade, 2009).

A pesquisa de Gisele Gomes de Almeida (2014), que tem o título *Sentidos compartilhados sobre o colégio de aplicação da UFPE: um estudo com pais e estudantes*, é fruto de dissertação em educação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e versa sobre as representações sociais do Colégio de Aplicação da UFPE, sob a ótica dos alunos e pais como perspectiva de futuro. O estudo prioriza o olhar da família que escolheu o CAP, visando à aprovação na Universidade. A abordagem utilizada pela autora foi o método qualitativo, por meio de testes, triagens, entrevistas semiestruturadas, que corroboraram para compreender que o colégio é composto pela “qualidade” e pela visão de “futuro”. Com isso, a autora constatou que o CAP é formado por estudantes diferenciados, de camadas médias intelectualizadas (professores universitários, funcionários públicos, profissionais liberais), distanciando-se dos demais estabelecimentos de ensino da rede pública (Almeida, 2014).

O trabalho intitulado *História da Escola de Aplicação da FEUSP (1976-1986): a contribuição de José Mário Pires Azanha para a cultura escolar*, de autoria de Nívia Gordo, descreve a história da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) entre os anos de 1976 e 1986, período em que a autora exerceu as funções de coordenadora pedagógica e diretora da instituição. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa reconstitui a trajetória da EA, trazendo aspectos históricos, teóricos e práticos da organização escolar, destacando a atuação de Azanha na reorganização da instituição de ensino, em face dos movimentos de renovação pedagógica nas décadas de 1970 e 1980, na Faculdade de Educação de São Paulo (Gordo, 2010).

A investigação de Ademir Soares Luciano Junior, intitulada *Cultura Escolar e Perfil Discente no Colégio de Aplicação da UFSC (1966-1973)*, é resultado da dissertação de mestrado em História e Historiografia da Educação, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UFSC). Esse trabalho faz uma análise do perfil social dos discentes do colégio de aplicação da UFSC, no período de 1966 a 1973, e aponta características de uma escola com um modelo próprio, constituída dentro dos limites das diretrizes da legislação, porém não é imposta de forma unilateral, visto que os discentes trazem consigo suas vivências da sociedade. O autor destaca o vanguardismo na experimentação pedagógica e nos métodos práticos de ensino, como

também o fortalecimento da presença de alunos com os capitais cultural e social condizentes com a realidade da escola (Luciano Junior, 2010).

A pesquisa de Valeska Alessandra de Lima, intitulada *Colégio de Aplicação da UFRGS: práticas educativas adormecidas entre o Arquivo e a Memória Oral (1954-1981)*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estuda as práticas educativas desenvolvidas no colégio de aplicação da UFRGS, por meio dos relatos orais de professores que atuaram no colégio entre 1954 e 1981. Ao investigar as documentações do arquivo da escola, ela analisou a forma de seleção dos estudantes, os testes de inteligência aplicados, as classes experimentais e os conselhos de classe. A autora dá visibilidade a experiências pedagógicas do colégio de aplicação, com a finalidade de tornar públicas experiências históricas vivenciadas pela instituição (Lima, 2016).

Esses trabalhos encontrados no banco de teses da Capes são utilizados nesta tese como referência para relacionar as semelhanças e diferenças da configuração do modelo escolar de colégios de aplicação e a maneira como essas instituições buscaram consolidar-se por meio das determinações propostas no Decreto-lei nº 9053/1946. As pesquisas selecionadas anteriormente destacam o percurso histórico dos colégios, os desdobramentos para a consolidação de um modelo escolar que estivesse alinhada com a universidade, com autonomia e com o fortalecimento de um espaço criado, cujas finalidades eram ser campo de estágio para os alunos da Faculdade de Filosofia e ser centro de experimentação pedagógica referência para outras instituições públicas do Brasil.

No segundo quadro, tendo em vista o enfoque específico da pesquisa (Colégio de Aplicação da UFS), foi organizado o resultado do levantamento no Repositório Institucional da UFS de trabalhos que, de forma direta ou difusa, apresentam contribuições para o entendimento acerca de aspectos históricos relacionados à constituição do Colégio. Os trabalhos 2 e 6 do quadro a seguir não foram produzidos na linha de História da Educação, porém apresentam aspectos históricos que contribuem para o entendimento do Colégio de Aplicação da UFS.

Quadro 2 – Teses e Dissertações do repositório do PPGED/UFS sobre o Colégio de Aplicação da UFS

Nº	Título	Autor (a)	Programa	Curso	Ano
1	O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968)	Nunes, Martha Suzana Cabral	PPGED/UFS	Mestrado	2008
2	Educação integral e o Colégio de Aplicação da UFS: possibilidades e limites	Silva, Nemesio Augusto Alvares	PPGED/UFS	Mestrado	2016
3	Entre fatos e relatos: as trajetórias de Carmelita Pinto Fontes e Rosália Bispo dos Santos na educação sergipana (1960-1991)	Maciel, Ane Rose de Jesus Santos	PPGED/UFS	Mestrado	2016
4	Um olhar sobre a história da organização curricular da educação física no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1959-1996)	Guimarães, Marisa Alves	PPGED/UFS	Mestrado	2016
5	“Flagrando a vida”: trajetória de Lígia Pina – professora, literata e acadêmica (1925-2014)	Martires, José Genivaldo	PPGED/UFS	Mestrado	2016
6	O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe: entre excelência e referência	Bispo, Marlucy Mary Gama	PPGED/UFS	Doutorado	2018
7	Memórias de estudantes egressos do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1960-1968)	Santos, Joelza de Oliveira	PPGED/UFS	Mestrado	2019
8	Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981)	Almeida, Sayonara do Espírito Santo	PPGED/UFS	Doutorado	2021
9	Educação, ensino e literatura: a trajetória da professora Maria da Conceição Ouro Reis no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1973-1991)	Santos, Alfredo Bezerra dos	PPGED/UFS	Mestrado	2022
10	Organização do arquivo escolar do Colégio de Aplicação da UFS: preservação do patrimônio histórico educacional e potencialidades para a escrita da história da educação	Cabral, Anne Emilie Souza de Almeida	PPGED/UFS	Doutorado	2023

11	Preservação, sentidos e usos da memória e história. O Patrimônio histórico-escolar em cena no Colégio de Aplicação da UFS (2000-2022)	Vieira, Paulo Mateus Silva	PPGED-UFS	Mestrado	2023
----	---	----------------------------	-----------	----------	------

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do levantamento no repositório do PPGED/UFS em 2021. Disponível em: <https://bibliotecas.ufs.br/pagina/1923>

A pesquisa de Martha Suzana Nunes, com o título *O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968)*, destaca a história da criação do Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia de Sergipe durante os anos de 1959 a 1968. A autora analisa a função do colégio como campo de experimentação e estágio com base nas fontes documentais (legislação, livros de ata, jornais, registro de notas, cadernetas, leis e fotografias), além de entrevistas que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa e da memória do Ginásio de Aplicação. O trabalho resultou no livro *Colégio de Aplicação da UFS: memórias de um ginásio de ouro* (Nunes, 2008).

A dissertação intitulada *Educação integral e o Colégio de Aplicação da UFS: possibilidades e limites*, de Nemésio Augusto Alvares Silva, tem como objetivo destacar a qualidade educacional do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe – CODAP. O autor analisa políticas públicas que fomentaram a melhoria da educação e seus indicadores no ensino em tempo integral. Investiga os aspectos históricos do Colégio de Aplicação, políticas públicas para a formação de professores; apresenta indicadores de qualidade para a implantação do modelo de ensino em tempo integral e analisa o plano de educação PNE (2014). No campo metodológico, o trabalho dialoga com leis, portarias, decretos, resoluções, pareceres, manuais, relatórios de gestão e dados estatísticos do censo escolar (Silva, 2016).

A pesquisa de Ane Rose de Jesus Santos Maciel, sob o título *Entre fatos e relatos: as trajetórias de Carmelita Pinto Fontes e Rosália Bispo dos Santos na educação sergipana (1960-1991)*, evidencia a trajetória de duas professoras/intelectuais, Carmelita Pinto Fontes e Rosália Bispo dos Santos, durante os anos de 1960 a 1991. Essa dissertação de mestrado consiste em destacar como as professoras consolidaram seus trabalhos no Ginásio de Aplicação. A investigação foi conduzida com o método da história oral e com a utilização de fontes documentais encontradas nos arquivos do Colégio de Aplicação – CODAP; Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense/CEMAS; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/IHGSE, e no arquivo geral da Universidade Federal de Sergipe (Maciel, 2016).

A pesquisa de Marisa Alves Guimarães (2016), intitulada *Um olhar sobre a história da organização curricular da educação física no Colégio de Aplicação da Universidade Federal*

de Sergipe (1959-1996), colabora no entendimento histórico acerca da organização curricular da Educação Física no Colégio de Aplicação da UFS, trazendo também o método de pesquisa da História Oral, dialogando com os documentos existentes no arquivo da escola. Para tanto, a autora fez uma série de entrevistas com ex-professores do Colégio de Aplicação, observando as mudanças ocorridas no currículo da disciplina de educação física, a organização das aulas, a participação em eventos, competições e festividades (Guimarães, 2016).

A dissertação de José Genivaldo Martires, "*Flagrando a vida*": trajetória de Lígia Pina – professora, literata e acadêmica (1925-2014), investiga a trajetória de vida de Maria Ligia Madureira Pina, destacando sua formação intelectual e suas práticas pedagógicas desenvolvidas no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, a exemplo de peças teatrais, jograis, júris simulados e recitais de poesia. A professora Ligia Pina também se dedicou à produção intelectual, chegando à imortal na Academia Sergipana de Letras. Para a consolidação da pesquisa, o autor buscou o método da história oral, como também de fontes documentais localizadas no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Academia Sergipana de Letras e Universidade Federal de Sergipe (Martires, 2016).

A tese de Marlucy Bispo, com o título *O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe: entre excelência e referência*, analisa o desempenho nos colégios de aplicação vinculados aos IFES (CAPS-IFES), sob a condição de serem considerados centros de “excelência” e “referência” por suas dimensões de acesso, permanências e desempenho. Sendo assim, a autora buscou considerar que o título de colégio de “excelência” estava associado aos resultados de médias no IDEB e ENEM, considerando a forma de ingresso do aluno, por meio de seleção de provas (IFES) e mediante sorteio público das vagas (CODAP-UFS).

Já o estudo que tem como título *Memórias de estudantes egressos do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1960-1968)*, de Joelza Santos, retrata as percepções dos estudantes egressos no ginásio de aplicação e suas vivências escolares durante os anos de 1960 a 1968. A metodologia de pesquisa utilizada por essa pesquisadora na investigação foi a história oral, por meio da qual essa autora recorreu a oito entrevistas do acervo audiovisual do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (CEMDAP), por meio do Projeto “Percepções da realidade”: memória dos estudantes egressos do Colégio de Aplicação (1960-1995) desenvolvido pelo Centro de Memória (Santos, 2019).

A produção intitulada *Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981)* examina os aspectos históricos do colégio de aplicação da UFS, analisando os dossiês de estudantes, dentro da perspectiva do patrimônio escolar e das configurações acerca do perfil discente desse colégio no período de 1969 a 1981. Assim, a

autora traz um panorama socioeconômico do corpo discente, identificando o processo de seleção para o ingresso dos estudantes na escola. Para a elaboração da tese, Sayonara do Espírito Santo Almeida debruçou-se nas documentações preservadas e organizadas no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Dessa forma, é possível perceber a importância do CEMDAP como lugar de memória que legitima a história do colégio dentro da própria instituição (Almeida, 2021).

A dissertação de Mestrado apresentada pelo autor Alfredo Bezerra dos Santos, com o título *Educação, ensino e literatura: a trajetória da professora Maria da Conceição Ouro Reis no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1973-1991)*, discorreu sobre a trajetória da professora Maria da Conceição Ouro Reis, no seu magistério no Colégio de Aplicação da UFS, destacando a produção literária e sua prática docente. Desta maneira, foram observadas as ações de ensino, por meio do uso da literatura e a influência da atividade docente nos processos de escrita dos alunos dos Colégios de Aplicação da UFS. A pesquisa aponta o perfil docente do citado colégio, evidenciando o modelo de ensino de uma instituição vinculada à Universidade Federal (Santos, 2022).

Com o objetivo de organizar a documentação permanente do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, presente no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (CEMDAP), a autora da Tese *Organização do arquivo escolar do Colégio de Aplicação da UFS: preservação do patrimônio histórico educacional e potencialidades para a escrita da história da educação*, Anne Amilie Souza de Almeida Cabral, destacou a relevância da documentação escolar como patrimônio histórico cultural e da produção de fontes, por meio da organização da documentação do arquivo. Dessa feita, a autora criou um instrumento de pesquisa que garantiu o acesso da documentação do Colégio de Aplicação da UFS, seguindo métodos e técnicas da Arquivologia e organizou a documentação escolar, viabilizando a pesquisa no CEMDAP e contribuindo para a produção do conhecimento na área da História da Educação. O trabalho citado auxiliou no acesso de documentos para o uso na presente Tese, visto que o recorte temporal estudado pela autora colaborou para a busca de fontes importantes para o encaminhamento da pesquisa (Cabral, 2023).

A pesquisa de Paulo Mateus Silva Vieira, *Preservação, sentidos e usos da memória e história: o patrimônio histórico-escolar em cena no colégio de aplicação da UFS (2000-2022)*, investigou as ações de preservação da memória institucional do Colégio de Aplicação, tomando como base o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. O objetivo foi observar as ações de conservação e difusão da memória do patrimônio escolar, identificando as atividades desenvolvidas nos espaços digitais e analisando as ações realizadas no Colégio de

Aplicação da UFS, por meio do trabalho de salvaguarda do patrimônio histórico-escolar no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS – CEMDAP.

Dialogando com essas produções a respeito de colégios de aplicação, em nível nacional e local, a pesquisa apresenta informações a respeito do surgimento do Colégio de Aplicação no Brasil, destacando como proposta de inovação a compreensão de um modelo escolar específico de colégio que foi criado para servir de prática de estágio às faculdades de filosofia e que, ao longo dos anos, foi redefinindo suas funções, por entre as alterações das legislações educacionais e, conseqüentemente, com a chegada de outros colégios de aplicação. Assim, este trabalho também visa a refletir acerca de um modelo de colégio que foi pensado para ser um centro de excelência e experimentação pedagógica que servisse de “inspiração para outras escolas brasileiras”, conforme destacou Ernesto de Sousa Campos (1958). Portanto, a tese evidencia como as relações entre faculdade e universidade interferiram nas finalidades e nos objetivos do colégio de aplicação.

As reformas educacionais nas primeiras décadas do século XX no Brasil trouxeram contribuições importantes para a organização dos ensinos primário, secundário e superior. Com a criação das faculdades de Educação, Ciências e Letras, em 1931, por meio do decreto 19.851, de 11 de abril, as finalidades eram elevar a cultura geral, promover o estímulo da investigação científica e agir como elemento integrado (Brasil, 1931). Segundo Anísio Teixeira, as faculdades de filosofia foram criadas para organizar a diversificação do sistema escolar e sua expansão, preparando professores para estudar e compreender o currículo em sua unicidade e sanar problemas da educação. Contudo, o autor destaca que a Faculdade de Filosofia buscou fortalecer a cultura acadêmica, ficando dividida entre a formação do professor e de pesquisador (Teixeira, 1968). Nos Anais da III Conferência Nacional de Educação, Anísio Teixeira, destaca:

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada na década de 1930 exatamente para enfrentar esse problema da diversificação e expansão dos sistemas escolares, deveria transformar-se na grande escola de formação do professor e de estudo dos problemas de currículo e organização do novo sistema escolar. Mas a duplicidade dos seus propósitos de preparar o professor secundário e, ao mesmo tempo, os especialistas e pesquisadores das diversas disciplinas, sem falar no propósito implícito de difundir a cultura geral, antes reservada ao ensino secundário, acadêmico e seletivo, tragado na voragem da expansão tumultuosa deste ensino, levou a Faculdade de Filosofia a buscar sua distinção no preparo dos especialistas e pesquisadores em ciências e humanidades, ficando a função do preparo dos professores secundários como função residual (Teixeira, 1968, p. 417).

Ou seja, as faculdades de Filosofia ficaram marcadas por esse espírito acadêmico de especialização da disciplina e não evidenciaram o papel vocacional, capaz de ministrar a cultura básica e preparar o professor para os cursos normais. Assim, a cultura acadêmica forma “intelectual”, pois nem o curso secundário nem o curso normal são acadêmicos, mas, sim, vocacionais. Desta forma, o curso secundário, quando preparatório, pode ser considerado acadêmico, mas as faculdades de filosofia afastaram-se da preocupação pelos problemas do magistério secundário e do primário, limitando-se à formação nas disciplinas literárias e científicas (Teixeira, 1968).

Em Sergipe, a Faculdade Católica de Filosofia foi criada em 20 de setembro de 1950, pela Sociedade Sergipana de Cultura, cuja finalidade era formar professores para atuarem nos ensinos secundário e normal. Em 1951 foi publicada no Diário Oficial a autorização de funcionamento de cinco cursos (Geografia e História, Pedagogia, Filosofia, Letras Anglo Germânicas e Matemática). Antes da implantação da Faculdade Católica, Sergipe já vivenciava, em 1948, a experiência de Escolas Superiores Isoladas – Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Química (Souza, 2014a).

Já o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe foi fundado em 30 de junho de 1959 pela Sociedade Sergipana de Cultura, tendo sido indicado pelo bispo diocesano de Aracaju, Dom José Vicente Távora, o padre Luciano Cabral Duarte (diretor da FCFS) para a organização do processo de fundação. O GA, como era conhecido, inicia-se com sua primeira turma da 1ª série ginasial em 1960. E, no ano de 1965, é autorizado a oferecer o segundo ciclo do Ensino Secundário, o Curso Colegial, recebendo, assim, a denominação de Colégio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Em 1968, a Faculdade Católica e o GA foram incorporados à Universidade Federal de Sergipe (CONCEIÇÃO, 2023).

Os colégios de aplicação começaram a surgir no Brasil após dois anos da expedição do Decreto-Lei nº 9.053, de 1946, que estabelecia o prazo de três anos para a criação do modelo de colégio de aplicação nas faculdades de filosofia. O quadro a seguir refere-se aos colégios de aplicação que estão vinculados a instituições estaduais e federais no Brasil, no tocante ao ano de criação e à unidade de ensino superior à qual estão relacionadas.

Quadro 3 – Colégios de Aplicação que estão vinculados às Universidades federais e estaduais (1948-1981).

Nº	Colégios de Aplicação	Universidade	Ano de fundação
1	Colégio de Aplicação da UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	1948
2	Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	1954
3	Colégio de Aplicação da UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1954
4	Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – Cap. UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1957
5	Colégio de Aplicação do Centro de Educação da UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	1958
6	Colégio de Aplicação da UFS	Universidade Federal de Sergipe	1959
7	Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP	Universidade de São Paulo	1959
8	Colégio de Aplicação da UEL	Universidade Estadual de Londrina	1960
9	Colégio de Aplicação da UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	1961
10	Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará	Universidade Federal do Pará	1963
11	Colégio de Aplicação João XXIII – UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	1965
12	Coluni – Colégio de Aplicação da UFV	Universidade Federal de Viçosa	1965
13	Colégio de Aplicação do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação – CEPAE/UFV	Universidade Federal de Goiás	1968
14	Colégio Universitário COLUN – UFMA	Universidade Federal do Maranhão	1968
15	Escola de Educação Básica da ESEBA/UFU	Universidade Federal de Uberlândia	1977
16	Núcleo de Educação Infantil da UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1979
17	Colégio de Aplicação da UFAC	Universidade Federal do Acre	1981

Fonte: Quadro elaborado pelo autor por meio do levantamento no endereço eletrônico dos colégios de aplicação, 2021.

Com o intuito de estudar o modelo escolar do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, esta pesquisa, de cunho historiográfico, está fundamentada na perspectiva da História Cultural, examinando ações, transformações e permanências humanas que se estabeleceram em determinado período. Conforme Peter Burke (2005), uma das razões para que a história cultural esteja sempre em discussão é a importância dos encontros culturais de cada época, pois gerou assim a necessidade cada vez mais urgente de buscá-las no passado. Ainda segundo Burke, “a história cultural é simplesmente uma parte necessária do empreendedorismo histórico coletivo” (2005, p. 163).

Dentro dessa perspectiva, a História Cultural vai se interessar pelos sujeitos produtores de culturas, ampliando o repertório de pesquisa, de objetos e de leitores, ou se interessar por

objetos antes desconhecidos, não vistos pelo povo letrado. A História Cultural vai se relacionar com os diversos modos de vida, formas, grupos, instituições, ideias e concepções historiográficas (Barros, 2005).

Para a compreensão do objeto estudado, evidenciando o campo sociocultural, foram utilizados os procedimentos metodológicos da pesquisa documental. Os procedimentos metodológicos da pesquisa levam ao resultado das fontes coletadas para esta tese. Sobre a noção de método de pesquisa, conforme Antoine Prost (2008), é possível inferir que o método crítico é a bússola de todo historiador que deseja investigar um objeto de pesquisa, verificando informações, checando os vestígios, conhecendo as fontes e questionando-as. Ao formular as questões, o historiador terá a oportunidade de seguir com uma metodologia que, certamente, vai ajudar a chegar às hipóteses iniciais, estabelecendo sentidos e preenchendo as lacunas formuladas no caminho da pesquisa. “As questões se renovam” com outros olhares, outras fontes e outras perguntas (Prost, 2008).

Conforme Barros (2005), quando se trata da história, no caso da presente tese, história da educação, a matéria-prima do historiador será a fonte ou o documento histórico. Logo, é importante a compreensão de dissertar sobre as fontes que serão utilizadas, mencionar sobre as metodologias e interpretá-las. Ainda segundo Barros, dificilmente uma pesquisa científica começa do zero, visto que o pesquisador necessita de um ponto de apoio que o impulse e o inspire aos caminhos da investigação (Barros, 2005).

Os arquivos e acervos foram organizadas e catalogadas da seguinte forma: Arquivos físicos: Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (CEMDAP); Arquivo Central – UFS; Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFS (CECH); Programa de Estudos e Documentação, Educação e Sociedade (PROEDES - UFRJ).

O Centro de Pesquisa, Documentação e Memória originou-se do resultado do projeto de pesquisa “Constituição de Acervo Documental do Colégio de Aplicação: Organização de Documentação Escolar Permanente”, realizado entre os anos de 2013 e 2015, sob a coordenação do professor Dr Joaquim Tavares da Conceição. Em 30 de março de 2016, ao se considerar os resultados dos projetos realizados, o Conselho Geral do Colégio de Aplicação aprovou a criação do CEMDAP e a designação de uma sala específica no prédio escolar para sua instalação e funcionamento (Conceição, 2021). No CEMDAP foram levantadas, entre outras, as seguintes fontes: Regimento interno, relatórios de verificação prévia de funcionamento, projeto escolar, portarias, fotografia e relatório de estágio.

O Arquivo Central da UFS teve o seu prédio inaugurado em 17 de dezembro de 1998, localizado no próprio campus da Universidade Federal de Sergipe, na cidade de São Cristóvão. O professor Dr. Josué Modesto dos Passos Sobrinho, então vice-reitor da UFS em 1998, liderou um projeto para criar um arquivo geral da instituição. Para isso, foi organizada uma comissão denominada “30 anos/UFS”, cujo objetivo foi preservar a memória da universidade. O arquivo abriga documentos de diversos setores da universidade, incluindo documentos administrativos, financeiros, pedagógicos, departamentais e históricos (Santos, 2014). Nesse arquivo foram identificados documentos que tratam do Colégio de Aplicação da UFS, a exemplo de ofícios, regimento, recorte de jornais, relatórios e normas do colégio de aplicação da UFS.

O Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFS (CECH), embora a documentação esteja em processo de organização e catalogação, possui um acervo importante da história da Universidade Federal de Sergipe, bem como das atividades desenvolvidas na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, Faculdade de Educação (FACED) e Colégio de Aplicação da UFS. No arquivo foram identificados: ofícios, relatório de atividades da Faculdade de Educação (1976), histórico do Colégio de Aplicação, manual de estágio da UFS e revistas das ações desenvolvidas pelo departamento de ciências humanas.

O Programa de Estudos e Documentação, Educação e Sociedade (PROEDES) teve sua origem na pesquisa e organização realizadas por pesquisadores e bolsistas da Faculdade de Educação junto ao acervo da Faculdade Nacional de Filosofia. Esse trabalho inicial ocorreu de janeiro de 1987 a 1990, culminando na criação do PROEDES como um Projeto Integrado. Em 1994, o programa foi oficialmente reconhecido pela Congregação da Faculdade de Educação e, em 1995, pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) e pelo Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) da UFRJ (PROEDES/UFRJ, 2024). No acervo do PROEDES/UFRJ foram identificadas fontes que tratam do colégio de aplicação, como: relatórios, carta financiamento do colégio, ofício, planos, projetos e regimento.

Também foram efetivados levantamentos nos acervos digitais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP² (revistas científicas, pareceres) e no *site* Domínio Público³ (legislações, coleções de educadores). Igualmente, foram levantadas informações históricas a respeito de colégios de aplicação nos respectivos sites das Universidade e/ou páginas dos seguintes colégios: Colégio de Aplicação da UFRJ, Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG, Colégio de Aplicação da UFRGS, Colégio de Aplicação do Centro de Educação da UFPE, Colégio de Aplicação da UFS,

² Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/598>.

³ Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>

Colégio de Aplicação da UFSC, Colégio de Aplicação João XXIII – UFJF e Colégio de Aplicação do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação – CEPAE/UFG.

Os métodos de análises levarão em conta pressupostos da sociologia da educação ou do sistema de ensino de Pierre Bourdieu (2007). Trataremos do conceito de capital cultural para discutir a importância do “prestígio” de uma escola vinculada a uma universidade federal e das construções simbólicas que permeiam o espaço escolar. Ou seja, as oportunidades de acesso, de seleção e de permanência escolar vão provocando a desigualdade dos sujeitos. Consoante Bourdieu (2007), cada família transmite aos seus filhos, de forma indireta, o capital e os sistemas de valores interiorizados, por meio das definições das coisas. “A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar, e conseqüentemente, pelas taxas de êxito (Bourdieu, 2007, p. 42).

Esta tese está organizada em cinco seções. A primeira diz respeito aos aspectos introdutórios, destacando os objetivos da pesquisa, as motivações, questões norteadoras, a delimitação do recorte temporal, a abordagem teórico-metodológica em que está inserida a pesquisa, os tipos de fontes e seus respectivos locais de consulta.

A segunda seção, intitulada “Ginásios de Aplicação” nas Faculdades de Filosofia e a formação de professores para o ensino secundário trata do surgimento das Faculdades de Filosofia no Brasil, abordando a configuração do modelo escolar dos colégios de aplicação, destacando os princípios pedagógicos, a proposta curricular e a influência das políticas educacionais nas transformações dos colégios.

A seção 3, cujo título é Criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e do Ginásio de Aplicação, retrata os aspectos históricos da criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e do Ginásio de Aplicação, abordando a importância de uma instituição de ensino com o objetivo primordial de resolver os desafios relacionados à formação de professores destinados ao ensino secundário. Faz também uma análise do modelo escolar “colégio de aplicação” e suas características como campo de estágio e experimentação pedagógica, além de discutir as funções do Colégio de Aplicação da UFS.

Na seção 4, intitulada O Colégio de Aplicação da UFS na estrutura universitária exploram-se as relações de vinculação que o Colégio de Aplicação experimentou no período de 1959 a 1981. Nesse contexto, são analisadas as políticas e ações implementadas para reestruturar o modelo educacional do Colégio de Aplicação, destacando a responsabilidade de cada instituição envolvida no processo de execução, as práticas de ensino e estágio supervisionado, ressaltando sua relevância como um campo fundamental para a experimentação

pedagógica. A inexistência de relatórios de estágios docentes no recorte pesquisado nesta tese proporcionou apenas o acesso aos relatórios supervisionados do curso de pedagogia, integrado à Administração escolar, Orientação educacional e Supervisão escolar do 2º grau.

2 – “GINÁSIOS DE APLICAÇÃO” NAS FACULDADES DE FILOSOFIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO SECUNDÁRIO

Segundo Cunha (2000), as transformações ocorridas no ensino superior nas primeiras décadas da República foram marcadas pela facilitação do acesso ao ensino e pelo crescente número de cadeiras isoladas de nível superior. O período marcou a implantação, entre 1891 e 1910, de 27 escolas superiores, nove das quais eram de medicina, obstetrícia, odontologia e farmácia; oito de direito; quatro de engenharia; três de economia e três de agronomia. Com o objetivo de regular os profissionais para o acesso aos ensinos secundário e superior, a Lei Orgânica do Ensino Superior, nº 8.659, de 5 de abril de 1911, do ministro Rivadavia da Cunha Correa, foi criada com o objetivo de regulamentar o ensino, conferindo ao instituto superior e ao conselho superior de ensino autonomia didática na criação de programas e cursos (Brasil, 1911). A reforma iniciada por Rivadavia vai se consolidar na década de 30 do século XX, com a urgência de criação de faculdades que formassem professores para atuar no magistério secundário.

A primeira faculdade de filosofia regulamentada no Brasil foi a Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, aprovada pelo Governo Federal. Fundada em 22 de dezembro de 1932 pelas Cônegas Regulares de Santo Agostinho, essa faculdade era filiada à Associação Instrutora da Juventude Feminina (estabelecida em 1907). Obtida a licença de funcionamento, o curso iniciou-se em 1933 nas dependências do colégio das Cônegas de Santo Agostinho e era destinado a moças. A faculdade compreendia as seções de filosofia, ciências, letras e pedagogia, além do Curso Especial de Didática. Mas foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo o primeiro estabelecimento oficial a funcionar no país, por meio do Decreto nº 6.283, de janeiro de 1934. Ao iniciar as atividades em 1935, todos os cursos sugeridos pelo Governo Federal estavam divididos em: ciências matemáticas, ciências físicas, ciências químicas, ciências naturais, geografia e história, ciências sociais e políticas, letras clássicas e português e línguas estrangeiras (Anuário da FFCL, 1953).

A Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo contou com uma relação de professores estrangeiros e nacionais que colaboraram com a instituição na divulgação da cultura, elevando a influência na criação de outras faculdades de filosofia e, conseqüentemente, o nível de ensino secundário e o público em geral por meio dos licenciados e dos cursos de extensão ofertados pela faculdade. Em 1935, a Faculdade contou com a colaboração de novos professores, seja para os novos cursos que começaram a funcionar nesse ano, seja para substituir

os professores da primeira turma que, devido a compromissos na Europa, não puderam permanecer à frente de suas cátedras por mais tempo. Assim, passou a Faculdade a contar com a colaboração dos professores Monbeig, Braudel, Hourcade, Levi-Strauss, Rabelo Gonçalves, Edgard Gotsch e Afonso de Taunav, e, no ano seguinte, 1936, ao completar-se a organização da Faculdade com o funcionamento do 3º ano, teve como colaboradores os professores Albanese, Galveni, Perroux (...). Muitos desses professores foram posteriormente substituídos por nomes ilustres, tanto brasileiros quanto estrangeiros, em decorrência do intercâmbio com países da Europa, África, Ásia e os Estados Unidos (Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de 1953).

Em 1939 foi criada no Rio de Janeiro a Faculdade Nacional de Filosofia, por meio do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, com as seguintes finalidades: preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades de ordem desinteressada ou técnica; preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal; realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituam objeto de ensino. Desta forma, o decreto estabelece a padronização das faculdades de filosofia com a finalidade de fortalecer as escolas destinadas à formação de professores para o ensino secundário. Assim, a Faculdade Nacional de Filosofia foi dividida em quatro seções: seção de filosofia, seção de ciências, seção de letras e seção de pedagogia. A Faculdade Nacional de Filosofia ministraria os cursos ordinários (necessários para a obtenção do diploma) e os cursos extraordinários destinados à intensificação da disciplina e seu aperfeiçoamento nas áreas que não estão dentro do curso de formação (Brasil, 1939).

Mais do que escolas superiores, a criação das faculdades de ciências e letras tinha como função essencial expandir os conhecimentos por meio das pesquisas científicas. E como consequência dessas funções, consiste no fortalecimento do magistério, levando ao reconhecimento das habilidades técnicas e específicas nas áreas ofertadas na instituição. Assim sendo, o docente adquiria experiência e potencializava o conhecimento para a preparação dos estudantes nos cursos de medicina, farmácia, odontologia, direito, ciências econômicas e engenharia. Alguns intelectuais começam a defender o fortalecimento da ideia de criação das faculdades de filosofia, evidenciando a importância da formação do magistério brasileiro.

André Dreyfus⁴ (1947), em seu texto intitulado “A Faculdade de filosofia, ciências e letras da universidade de São Paulo e sua reforma”, publicado na Revista Brasileira de Estudos

⁴ André Dreyfus nasceu em Pelotas/RS, no ano de 1897, e faleceu em São Paulo no ano de 1952. Foi um dos membros mais notáveis do grupo ilustre que criou a Universidade de São Paulo. Era um polímata de inteligência privilegiada, que aliava sede insaciável pelo saber à vontade irreprimitível e capacidade notável de transmitir seus

Pedagógicos, defende que a criação das faculdades de filosofia surgiu pela necessidade de especialização e aprofundamento de conteúdos que correspondiam às necessidades reais do Brasil. Para o autor, a falta de preparo dos professores do ensino secundário era consequência máxima para o avanço da educação no país, que se furtava de técnicas de ensino e pesquisa para a qualificação dos professores que iriam atuar no magistério (Dreyfus, 1947, s/p). Segundo André Dreyfus, há muito se discutia o estado “lamentável” do ensino secundário no país. Um dos maiores problemas era a entrega do ensino secundário a pessoas que não haviam recebido uma preparação adequada para lecionar:

Como esperar de indivíduos que não receberem uma formação especializada e recorreram ao ensino secundário como um último meio para resolver seu problema profissional, o gosto e a competência, sem os quais se há de fracassar em qualquer profissão? (Dreyfus, 1947, p. 18).

Conforme Dreyfus (1947), o problema era a forma de recrutamento dos profissionais que se candidatavam ao magistério secundário, os quais, sem formação especializada e sem experiência profissional, acabavam recorrendo à docência sem gosto e sem competência. Ainda no tocante a essa questão, ele destacou que o Ministério da Educação, órgão superior, em seus registros de professores do ensino secundário, procurava, por muita sorte, encontrar profissionais capacitados para exercer o magistério. Refletindo sobre o futuro do ensino secundário, Dreyfus observou também que nenhuma reforma poderia dar conhecimento aos que não têm competência para exercer a função; e, por sua vez, registrou que, com raras exceções, conheceu bons professores que honravam o magistério, mesmo diante dos problemas de sua formação.

De acordo com análise feita por Jesus Belo Galvão⁵ (1949), em publicação na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, com o título “As faculdades de filosofia como escolas de professores”, nas faculdades de filosofia se estudava muito, mas o currículo não trazia matérias

conhecimentos. Aprender e ensinar era o seu maior prazer. A extensão dos seus conhecimentos pode ser apreciada pelo exame da grande biblioteca particular que deixou para seu departamento, na qual os livros, não só de Biologia, mas também de outras ciências e de Filosofia, segundo seu costume, estão repletos de observações e críticas por ele escritas nas margens das páginas. Consultar em CUNHA, 2005.

⁵ Fez carreira nos ensinos médio e superior, tendo sido professor do Colégio Pedro II, da antiga Escola Técnica Nacional (hoje CEFET-RJ), da Faculdade de Filosofia da Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ), da Universidade Federal do Paraná, do Instituto Rio Branco do Itamarati, e do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, onde se aposentou em 1981 como professor titular de Literatura Portuguesa. Integrou várias associações culturais, como a Academia Brasileira de Filologia, o Círculo Linguístico do Rio de Janeiro e a Academia Brasileira de Literatura. Doutor em Letras pela Universidade do Estado da Guanabara (UERJ), de que era livre docente em Língua Portuguesa. Exerceu funções importantes na alta administração do país. No exterior, foi diretor do Centro de Estudos Brasileiros, no Peru. Consultar em Rosalvo do Valle, 2002.

úteis para o crescimento pessoal do aluno, levando o profissional a ser “autodidático” para atuar no campo profissional. Jesus Belo Galvão observou também que os programas tinham uma complexidade, mas que não teria utilidade para aqueles que iriam atuar no magistério. E o resultado dessa lacuna é que os professores enfrentariam dificuldades na prática educacional, levando o estudante do ensino secundário a continuar com dificuldade nas aprendizagens (Galvão, 1949, p. 20).

Os problemas existentes nos cursos de formação de professores secundários não foram sanados com a criação das faculdades de filosofia. Segundo o texto transcrito da Conferência Internacional de Instrução Pública, ocorrida em Genebra (1965), os conferencistas discutiram, entre outras questões, a realidade do ensino no Brasil. Promovida inicialmente pelo International Bureau of Education e, a partir de 1947, pelo Bureau Internacional de Educação e pela UNESCO, os conferencistas reuniam-se anualmente em Genebra, desde 1934, na Conferência Internacional de Instrução Pública, cujos objetivos principais consistiam na apresentação, discussão e votação de recomendações que seriam enviadas aos Ministérios de Educação. Sem assumirem a força de decisões e sem firmarem convênios, os conjuntos de recomendações técnicas eram entregues às autoridades responsáveis por cada país e elaborados conforme a realidade de cada instituição escolar. Na Conferência Internacional de Instrução Pública chegavam a participar cerca de 90 nações para discutir educação e a formação docente (Brasil, 1965).

A conferência assinalava que os futuros docentes secundários necessitavam adquirir formação específica com base científica e em instituições universitárias/ou superiores. Junto a isso, ainda foi ressaltada a necessidade de uma especialização que desse a esses docentes amplas condições de lecionarem em outros cursos. Ou seja, essa foi uma preparação adequada para eles se apropriarem de disciplinas conectadas a sua instrução, bem como ampliar o currículo com a disciplina psicologia do adolescente. Conforme o relatório da conferência, os licenciandos das faculdades de filosofia deveriam ter uma habilitação prática, com aulas ministradas em escolas de aplicação ou com estágios organizados pela instituição. Deste modo, o aluno teria a oportunidade de vivenciar a teoria e a prática, reconhecendo sua aptidão para atuar na profissão docente (Brasil, 1965).

Observa-se que as recomendações mencionadas na conferência reforçam a importância da formação científica dentro de instituições universitárias. Com base nesse ponto de vista, a preparação do discente estaria pautada nas concepções da moral e do estudo minucioso de teorias pedagógicas e métodos de avaliação da aprendizagem. Ao propor a organização das disciplinas, o tempo de curso superior aumentaria e seria adotada a metodologia ativa, com o

objetivo de qualificar o corpo docente. As conferências internacionais ocorridas em Genebra tinham as finalidades de socializar práticas educativas, conhecer novas metodologias e aprender com o resultado de outros países (Brasil, 1965).

Conforme Jayme Abreu⁶ (1955), em seu artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, em que ele observa a formação do magistério secundário no Brasil, precisava-se esclarecer inconvenientes que vinham sofrendo as faculdades de formação docente. Para esse autor, não estava existindo uma tentativa de melhorar o ensino secundário, visto que os alunos reproduziam os métodos didáticos da faculdade. A solução, conforme o autor, seria a mudança curricular para evitar que o adolescente não se sentisse desmotivado para os estudos. Neste sentido Jayme Abreu enfatiza o seguinte:

Ao lado dessas tendências não construtivas algumas vezes manifestadas, **é exato reconhecer-se também a existência, em muitos casos, de saudável espírito progressista e de dedicação, ou melhor, de verdadeira abnegação à causa da educação**, sem o qual ela feneceria ante a desassistência material, técnica, espiritual em que vive ou vegeta grande parte do professorado da escola secundária nacional, máxime o da escola particular e o do interior do País, ao qual testemunhos de estímulo, apreço social e oportunidades de melhoria profissional não são devidamente proporcionados, de modo a integrá-los no exercício da profissão (Abreu, 1955, p. 83 – grifo nosso).

Na III Conferência Nacional de Educação, ocorrida em Salvador, capital da Bahia, no ano de 1967 (Brasil, 1967), transcrita nos Anais do Ministério da Educação e Cultura (1968), Anísio Teixeira faz uma análise da funcionalidade das faculdades de filosofia do país e observa que estas foram criadas para ajustar o ensino e formar professores e profissionais com a capacidade de exercerem, no campo educacional, um domínio sobre sua área, deixando transparecer um sentimento de nostalgia nas escolas normais de formação de professores.

O melhor que poderia fazer seria preparar aquele professor secundário de cultura acadêmica, o que, de algum modo, estará fazendo com os alunos que não se revelem dotados para a especialização alta, graças à qual fará os

⁶ Formou-se em Medicina no ano de 1930 na Faculdade da Bahia. Trabalhou em alguns hospitais e, simultaneamente, a partir de 1927, exerceu o cargo de inspetor de ensino no ginásio em que estudou. Em 1931, foi nomeado inspetor federal da Educação e Saúde para o ensino secundário. Jayme Abreu se desvinculou de sua área e tornou-se um autodidata em educação. Em 1942 foi nomeado para o cargo de técnico da Secretaria de Educação do Estado, quando iniciou sua aproximação com Anísio Teixeira. Foi assessor de Anísio Teixeira quando este assumiu o cargo de Secretário de Educação da Bahia. Em 1949, Anísio Teixeira confiou-lhe a Superintendência do Ensino Médio, setor em que veio a ser conceituado especialista, e ao assumir o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Anísio cria a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME) e novamente convocou Jayme Abreu para coordenar os projetos do ensino médio. Consultar em COSTA, 2013.

candidatos ao magistério superior. Por isto mesmo que as Faculdades de Filosofia nasceram marcadas por esse espírito acadêmico de cultura especializada nas diversas disciplinas e não pelo espírito vocacional propriamente dito, as Faculdades de Filosofia não se revelaram capazes de ministrar a cultura básica, para as profissões liberais nem a cultura predominantemente eclética e prática para os novos cursos secundários. Igualmente, não se revelaram capazes de preparar o professor para os cursos normais, de tipo vocacional, reduzindo-se neste campo à formação em certa especialização pedagógica de validade duvidosa para as disciplinas de pedagogia das escolas normais, recebendo os demais professores da escola normal preparo especializado de tipo acadêmico (Teixeira, 1968).

Segundo o autor, as Faculdades não estavam efetivamente a cumprir seu papel na formação de professores para o ensino secundário, concebidas com o objetivo de ampliar o conhecimento universitário, priorizando as especificidades das disciplinas e renovando o perfil discente em cultura acadêmica. Conforme Anísio Teixeira, a faculdade de filosofia vinha reproduzindo uma formação acadêmica nos alunos, preparando-os para a atuação no magistério superior, privilegiando aqueles com mais habilidades e pouco se interessava em reconhecer nos alunos seus interesses para a prática nos cursos secundários ou nos cursos normais.

A esse respeito, analisando o caso francês, Bourdieu (2007) aponta os motivos das desigualdades dos ensinos secundário e superior:

A igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou melhor dizendo, exigida. Assim, por exemplo, a ‘pedagogia’ que é utilizada no ensino secundário ou superior aparece objetivamente como uma pedagogia ‘para o despertar’, como diz Weber, visando ao despertar os ‘dons adormecidos’ em alguns indivíduos excepcionais, através de técnicas encantatórias, tais como a proeza verbal dos mestres, em oposição a uma pedagogia racional e universal, que, partindo do zero e não considerando como todo o que apenas alguns herdaram, se obrigaria a tudo em favor de todos e se organizaria metodologicamente em referência ao fim explícito de dar a todos os meios de adquirir aquilo que não é dado, sob a aparência do dom natural, senão às crianças das classes privilegiadas (Bourdieu, 2007, p. 53).

De acordo com Bourdieu (2007), não se deve apenas discutir a cultura do ensino, mas também perceber se cada modalidade vem analisando a realidade social e se esse modelo corresponde à essência do aluno; ou seja, se é privilegiado o ensino racionalizado e universal que beneficia os “dons” e impede de reconhecer o conhecimento que foi adquirido na escola, e não herdado, por compreender que nem todos têm a mesma realidade social, cultural e econômica.

2.1 – PROJETO ESCOLA DE DEMONSTRAÇÃO: INÍCIO DA CARACTERIZAÇÃO DO MODELO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Antes do Decreto-Lei nº 9053, de 12 de março de 1946, que instituiu a criação de um Ginásio de Aplicação, junto às Faculdades de Filosofia no Brasil, em 1944, o então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o professor Lourenço Filho, designou Álvaro Neiva, Técnico em Administração Escolar, para elaborar um plano de organização interna de um colégio de demonstração de ensino, a ser instalado anexo à Faculdade Nacional de Filosofia, para a prática de docente do curso de Didática. O objetivo do colégio de demonstração, segundo Lourenço Filho (PROEDES/CAP, 1944), era fortalecer a identidade, como nos Estados Unidos e em outros países da Europa, tornando-se um elevado padrão pedagógico na formação do magistério secundário, que se agravou no Brasil pela insuficiência das instalações e ao autodidatismo predominante na constituição do professorado.

Dentro das nossas realidades atuais, a solução teria que ser a que adotou: a criação de um colégio de demonstração, convenientemente instalado, superiormente dirigido, servido por um professorado de completa formação pedagógica, integrado na Faculdade Nacional de Filosofia, à falta duma Faculdade de Educação, e intimamente coordenado com a cadeira de Didática Geral e Especial do seu Curso de Didática. Só assim será possível atender ao aspecto mais importante da preparação dos nossos futuros professores secundários, proporcionando-lhes ambiência satisfatória à iniciação prática docente. E esse objetivo principal do Curso de Didática, curso que só é atingido após três anos de preparação superior e especializada no conteúdo das diferentes disciplinas do currículo secundário (PROEDES/UFRJ. Planos de organização... 1945, p. 2).

Os cuidados com a supervisão do projeto do Colégio de Demonstração da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) ficaram sob a responsabilidade do professor Luiz Narciso Alves de Mattos⁷, catedrático interino de Didática Geral e Especial, que tempos depois foi fundador do 1º Ginásio de Aplicação, da FNFI, do Rio de Janeiro. Conforme exposto, é possível observar a tentativa de criação de um modelo de ensino colégio de demonstração, que viria a integrar a Faculdade de Filosofia a função de seminário do magistério secundário, promovendo à cadeira de didática um campo para suas demonstrações, aplicações e pesquisas, contribuindo na

⁷ Foi diretor e fundador do Colégio de Aplicação da UFRJ. Sua formação começou como estudante do Colégio São Bento, fez curso superior de filosofia na Casa Central de Estudos da Ordem de São Bento, no Rio de Janeiro (1924-1926). Seguiu carreira fora do Brasil, estudando na Universidade Católica da América em Washington, sendo diplomado em Cânones e Teologia e Mestrado em Educação. De 1929 a 1931, foi professor do Teachers College de Cincinnati, Ohio (Ver em Abreu, 1992).

ampliação da cultura pedagógica brasileira e na orientação técnica docente da escola secundária.

Nos Estados Unidos existem cerca de 300 estabelecimentos desse gênero, destinados à prática de ensino dos candidatos ao magistério secundário e aos ensaios de novas práticas metodológicas pelos professores das universidades. São precisamente, esses colégios de aplicação que tem feito progredir enormemente, o ensino secundário norte-americano tornando-o conhecido em todo o mundo pelo alto preparo e competência didática de seus professores e padrão de eficiência (PROEDES/UFRJ. Renovar os métodos... 1948, p. 2).

De acordo com Varizo (2020), inúmeras propostas foram criadas por vários educadores, de diversas nacionalidades e diferentes concepções teóricas, com o objetivo de buscar uma identidade própria, contrapondo o modelo de educação tradicional. Educadores como William James, John Dewey, William H. Kilpatrick, Georg Kerschensteiner, Piaget, Decroly, entre outros, pensaram no movimento de uma escola nova, de caráter experimental, onde o estudante pudesse vivenciar a aprendizagem de forma ativa e prática (Varizo, 2020).

Conforme Larroyo, *Apud* e Varizo (2020), as escolas novas mais influentes estavam localizadas nos Estados Unidos, estreitamente associadas às universidades e vinculadas aos Teachers Colleges, que funcionavam como verdadeiros laboratórios de experimentação pedagógica. Dentre essas instituições, destaca-se a University Elementary School, integrante da Universidade de Chicago, fundada em 1896 por John Dewey, Alice Chipmam, Ella Flagg Young e Jane Adams. A similaridade com o projeto que seria aprovado dois anos mais tarde, envolvendo a criação do ginásio de aplicação no Brasil, evidencia a concepção e elaboração do modelo educacional que se configuraria como um campo prático de ensino.

Nessa perspectiva, Lourenço Filho (1978) evidenciou que em 1930 houve um crescimento no desenvolvimento do sistema público de educação em vários países, priorizando princípios e práticas de renovação do ensino, por meio do interesse pelos estudos da biologia e da psicologia. Essas reformas no ensino tentaram resolver problemas de saúde, familiares, de trabalho, atrelados às instituições escolares. Para Lourenço Filho, a V Conferência mundial da Escola Nova, que ocorreu na Dinamarca em 1929, trouxe conquistas importantes, como a renovação da didática por meio do método ativo, normas para avaliação, extensão do movimento do ensino público, confronto de concepções filosóficas e associações de educadores; ou seja, fez uma revisão de modelos teóricos e práticos para um melhor tratamento dos problemas da educação. Esse modelo se distancia do sistema tradicional, por sua formalidade e rigidez, abrindo caminhos para uma escola ativa. A saber:

A educação vinha a propor-se, enfim, como problemática integral de cultura. As raízes da reforma escolar de nosso tempo encontram-se, de fato, nessa dupla ordem de fundamentos: primeiro, maior e melhor conhecimento do homem, mediante a análise das condições de seu crescimento, desenvolvimento ou expansão individual; depois, maior consciência das possibilidades de integração das novas gerações em seus respectivos grupos culturais. Em tal confronto, surge, aliás, a antinomia fundamental do pensamento pedagógico de todos os tempos, ou oposição entre natural e ideal, a expansão do indivíduo e a sua subordinação à vida política e moral do grupo. (Lourenço Filho, 1978, p. 23).

Essa renovação, ao pensar a escola como o espaço ativo, teve em sua funcionalidade o desenvolvimento das habilidades que seriam úteis ao trabalho; ou seja, uma escola que estimulasse a funcionalidade da criança, do jovem, contra os aspectos tradicionais, através do distanciamento do professor/aluno, das lições tomadas, sem levar em consideração a construção do conhecimento. Enfim, o ambiente escolar se renovou pelas ações e práticas da metodologia ativa e pelas circunstâncias políticas da época. Sobre a Escola Ativa⁸, Lourenço Filho destaca:

A escola ativa (...) concebe a aprendizagem como um processo de aquisição individual, segundo condições personalíssimas de cada discípulo. Os alunos são levados a aprender observando, pesquisando, perguntando, trabalhando, construindo, pensando e resolvendo situações problemáticas que lhes sejam apresentadas, quer em relação a um ambiente de coisas, de objetos e ações práticas, quer em situações de sentido social e moral, reais ou simbólicas. É evidente que, a um didatismo seco e árido, regulado por imposição externa de feição uniforme, tende-se a opor situações de trabalho que respondam a condições normais de desenvolvimento e ajustamento de cada discípulo. Desse modo, o ensino ativo transfere o mestre do centro de cena para ele colocar o educando, visto que é este que importa em sua formação e ajustamento, ou na expansão e desenvolvimento de sua personalidade. (Lourenço Filho, 1978, p. 151).

Com base nesse conceito, o autor ressalta que o modelo ideal da nova pedagogia transforma os pensamentos em ação, e assim a criança desenvolveria os ritmos da vida biológica e depois teria a oportunidade de compreender a vida social. A união da teoria com a prática propõe conceitos construtivos e de valorização progressiva do aluno.

⁸ A denominação escola ativa foi lançada, em 1917, num escrito do educador suíço Pierre Bovet, como tradução do nome alemão “Arbeitsschule”, literalmente escola do trabalho, criado em 1911 pelo educador alemão Jorge Kerschensteiner. A propósito, observa Ferrière na introdução da terceira edição de seu livro “L'école Active”, publicado em 1926: “Escola ativa. Expressão desconhecida em 1918. Só depois de 1920 ela se tornou corrente... Parece-me que foi Pierre Bovet, meu ilustre amigo, diretor do Instituto J. J. Rousseau, professor na Universidade de Genebra, o primeiro a empregá-la. Ver em Lourenço Filho, 1978.

O significado renovador que foi construído pelos pioneiros da Educação Nova fez de Fernando de Azevedo um grande articulador dos resultados, dos avanços e das memórias da Escola Nova no Brasil. Em sua obra intitulada *A cultura brasileira*, Fernando Azevedo constrói e exalta o caráter histórico, cultural e social do país e imortaliza seus feitos como administrador público, liderança do movimento renovador (Zaia Brandão, 1999). Ele ainda destaca as transformações ocorridas no Brasil por meio da modernização escolar e do fortalecimento da Nova Escola.

No Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (2010), é defendido que as responsabilidades do Estado abrangem a garantia de uma educação pública como um direito fundamental para cada indivíduo, assegurando o princípio biológico e tornando a escola acessível em todos os níveis, sendo comum e única para todos os cidadãos. Sob essa perspectiva, destaca-se a importância de uma instituição laica, gratuita e obrigatória.

Os fundamentos da Educação Nova são baseados no desenvolvimento das ciências, por meio de doutrinas, pesquisas, experiências e princípios, todos orientados para respeitar a individualidade da criança e suas habilidades. Portanto:

Nessa nova concepção da escola, que é uma reação contra as tendências exclusivamente passivas, intelectualistas e verbalistas da escola tradicional, a atividade que está na base de todos os seus trabalhos é a atividade espontânea, alegre e fecunda, dirigida à satisfação das necessidades do próprio indivíduo. Na verdadeira educação funcional deve estar, pois, sempre presente, como elemento essencial e inerente à sua própria natureza, o problema não só da correspondência entre os graus do ensino e as etapas da evolução intelectual fixadas sobre a base dos interesses, como também da adaptação da atividade educativa às necessidades psicobiológicas do momento. O que distingue da escola tradicional a escola nova não é, de fato, a predominância dos trabalhos de base manual e corporal, mas a presença, em todas as suas atividades, do fator psicobiológico do interesse, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o estímulo constante ao educando (criança, adolescente ou jovem) a buscar todos os recursos ao seu alcance, 'graças à força de atração das necessidades profundamente sentidas' (Brasil, 2010, p. 49).

Ainda de acordo com Lourenço Filho (1978), os princípios gerais da Escola Nova estabelecem ao educando a possibilidade de desenvolver suas próprias habilidades, por meio de ações e de forma individual. Assim, a personalidade do educando vai se desenvolvendo, e ele vai alcançando a liberdade de encontrar a maturação e a compreensão da vida. Para Rosa Fátima (2008), as três décadas da Escola Nova trouxeram orientações para o ensino público, e os materiais impressos, que estavam circulando, foram fundamentais para o fortalecimento da escola ativa no Brasil. Segundo ela:

O conjunto das inovações instituídas na época envolveu a globalização do ensino entendido como o desenvolvimento do programa com bases em centros de interesse, métodos de projetos ou outras formas de integração das matérias, a utilização de atividades diversificadas, a realização de excursões, instalação de salas-ambiente, a prática das atividades agrícolas e outras ações que rompiam com a rotina da sala de aula. Outra dimensão da renovação do primário pela escola nova foi constituída pelas denominadas instituições auxiliares – biblioteca infantil, cinema educativo, cooperativa, jornal infantil, banco escolar, horta, clube agrícola, orfeão, associação de pais e mestres, caixa escolar, assistência dentária, entre outras (Souza, 2008b, p. 80).

De acordo com a autora, esse pensamento pedagógico inovador tinha a finalidade de ampliar as ações educativas dentro do ambiente escolar, aproximando a escola da comunidade e mostrando a importância da intervenção na sociedade. Em outras palavras, todo esse movimento da Escola Nova trouxe um contraponto ao ensino tradicional, ampliando, assim, o repertório didático, aproximando o professor do aluno, dando autonomia ao educando, fortalecendo o sentimento e os saberes e mostrando as possibilidades que o mundo do trabalho exigia de cada ser social.

Os pioneiros da Escola Nova tornaram visíveis ideias e resultados que vinham funcionando, como as reformas de Anísio Teixeira na Bahia e Fernando de Azevedo no Distrito Federal; porém, essas ideias foram passando, como modelos, em várias escolas brasileiras, tendo que ser adaptadas às realidades locais e à política educacional. O modelo progressista/renovador dos escolanovistas mexeram com a comunidade escolar e com conceitos tradicionais de aprendizagem. Entre a adequação, aceitação e execução, o modelo da escola ativa vem tentando se renovar em tempos e tempos. Os modelos tradicionais e os métodos ativos misturam-se aos nossos dias porque a sociedade muda e as políticas educacionais desfiguram a emancipação do conhecimento do educador.

De acordo com Lourenço Filho, a abordagem integral apresentada como fenômeno educacional, espelhada em modelos de outros países, foi incorporada pela Faculdade de Educação, onde o colégio de demonstração seria um núcleo inicial nos desenvolvimentos progressistas, abrangendo atividades, ensino e pesquisas didáticas.

Quando fomos honrados com a incumbência do presente planejamento, entregávamos, justamente, a uma experimentação nesse sentido. Trabalhada por doze anos consecutivos, essa experiência convenceu-nos amplamente da sua exequibilidade, e a Escola Ativa Direta, nascida desse esforço, talvez possa colaborar na integração da nossa escola secundária na corrente progressista, participando da constituição dum tipo de ensino ajustado ao meio

nacional, tanto quanto à renovação didática que ora se processa. E isso sem prejuízo, antes como estímulo, à atitude predominantemente experimental, isenta apriorismos, deve presidir a todos os trabalhos do colégio de demonstração (PROEDES/UFRJ. Planos de organização... 1945, p. 8).

Desta forma, a proposta de ensino estava pautada na orientação metodológica, organizada por meio do trabalho prático dos alunos mestres e das demonstrações realizadas com os respectivos assistentes do Curso de Didática. Aos regentes caberia a colaboração nos trabalhos de ensino dos alunos mestres, no estágio de observação e na participação. Já nas pesquisas didáticas ficavam sob a responsabilidade do assistente de Didática especial de Pedagogia, atendendo aos trabalhos experimentais e de demonstração, por meio da prática dos alunos nos cursos de pedagogia; contudo, os estágios de observação eram realizados em escolas de formação primária, não podendo ser realizado na escola de demonstração (PROEDES/UFRJ. Planos de organização.1945, p. 8).

De acordo com o relatório final, o projeto da escola de demonstração foi arquivado. No entanto, em 16 de janeiro de 1946, dois meses antes da publicação oficial do Decreto Federal nº 9053, que autorizava a criação do ginásio de aplicação, o diretor da Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, Raul Leitão da Cunha, solicitou ao professor Luiz Narciso Alves de Mattos o levantamento orçamental para a implementação do ginásio de aplicação (PROEDES/UFRJ. Planos de organização.1945, p. 8).

A Faculdade Nacional de Filosofia, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, que foi a primeira instituição a fundar um ginásio de aplicação, criou um regimento que, inevitavelmente, serviu de modelo para outros ginásios de aplicação que vieram a surgir junto às Faculdades de Filosofia do país. Antes mesmo da lei 9053/46 foi solicitado pelo diretor da Faculdade Nacional de Filosofia que o professor Luiz Narciso Alves de Mattos procurasse um prédio onde pudesse funcionar o ginásio de aplicação, o que se concretizou depois de dois anos do decreto publicado. A instituição começou a funcionar nas dependências da Fundação Getúlio Vargas, na Praia de Botafogo, Rio de Janeiro. Segundo Luiz Narciso, o prédio em que antes funcionava o externato Colégio Aldridge College já possuía uma estrutura consideravelmente apta para suas atividades (PROEDES/UFRJ. Instalação Colégio de Aplicação. 1945, p. 2).

O ginásio de aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia, concebido com a finalidade de aprimorar o ensino secundário, deu início às suas atividades enfrentando desafios, apesar de ter sido projetado para se tornar uma referência no cenário educacional brasileiro.

Aproveitando o ensejo, tomamos a liberdade de ponderar que o projetado 'ginásio de aplicação' ao mesmo tempo que virá atender a uma premente e fundamental necessidade na formação técnica e profissional do novo magistério secundário, é uma iniciativa de vulto prenhe de graus responsabilidades só poderão ser devidamente atendidas si o 'ginásio de aplicação' da F.N.F. dispuser, além de pessoal devidamente habilitado e remunerado, de verba, instalações que ele permitiam o cabal desempenho de suas funções num mínimo de condições materiais e técnicas indispensáveis para o seu trabalho (...). Não podemos, pois admitir que esse mínimo de condições seja negado a um órgão tão essencial da Universidade do Brasil e que tantos benefícios promete para a gradual melhoria do ensino secundário brasileiro (PROEDES/UFRJ. Carta funcionamento.1946, p. 2).

Conforme Narciso Mattos, o ginásio de aplicação implicaria o constante esforço em manter a autocrítica do professorado, visando ao aperfeiçoamento e à prática da pesquisa, como resultado de um modelo de ensino que vinha surgindo, para o treinamento dos alunos mestres a fim de atuarem no ensino secundário. A aplicação de novas técnicas no ginásio de aplicação vinha com o objetivo de manter a qualidade do ensino e, conseqüentemente, a atuação dos alunos.

2.2 – DEFININDO A CONFIGURAÇÃO DO MODELO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

A criação do modelo de colégios de aplicação no Brasil deu-se por meio do Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de março de 1946, do Governo Federal, que determinava a fundação de ginásios de aplicação mantidos pelas faculdades de filosofia do país, com o objetivo de servirem “[...] à prática docente dos alunos matriculados no curso de didática” (Brasil, 1946). Quanto ao funcionamento, os ginásios de aplicação a serem criados deveriam obedecer ao que determinava a legislação a respeito do ensino secundário, inicialmente às determinações da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Brasil, 1942), e às sucessivas legislações que tratavam desse ramo de ensino. Dessa feita, os colégios de aplicação seguiriam as atribuições da lei orgânica do ensino secundário, as quais tinham como finalidade possibilitar o prosseguimento dos estudos primários, elevando a formação dos adolescentes por meio de uma consciência humanística e de preparação intelectual (Brasil, 1942).

Portanto, as faculdades de filosofia deveriam criar os ginásios a partir da data expedida no mencionado decreto-lei, e esses estabelecimentos de ensino eram autorizados a funcionar como campo de prática, desde que houvesse alunos matriculados no curso de didática (Brasil, 1946). A Lei nº 186, de 17 de dezembro de 1947, definiu para três anos o prazo de implantação dos ginásios de aplicação, a fim de que cada faculdade tivesse condições de estruturar o projeto e seu funcionamento. Assim, os colégios de aplicação começaram a surgir no Brasil após dois anos de expedição e publicação do Decreto-Lei nº 9.053, de 1946.

No artigo sobre a história e a teoria da forma escolar, publicado no periódico *Educação em Revista* (2001), de autoria de Vincent; Lahire & Thin, podemos perceber, na discussão apresentada pelos autores sobre o modelo escolar na França nos séculos XVII ao XIX, uma análise das características de sua estrutura escolar. Isso nos leva a refletir que o papel da escola não era meramente moldado por estruturas externas, determinando seu modo de funcionar, mas também havia uma certa autonomia. Conforme os autores, houve uma emergência de discutir a forma escolar, refletindo todas as dificuldades e conflitos encontrados ao longo da história, apontando que a instituição escolar sempre esteve em crise durante todo o tempo. Nessa perspectiva, pensar numa teoria da forma escolar é pensar em mudanças significativas para o desenvolvimento dos saberes. A aprendizagem se organiza pela prática, de geração em geração, aprendendo a fazer. “O modo de socialização escolar é, portanto, indissociável da natureza escritural dos saberes a transmitir” (Vincent; Lahire & Thin 2001, p. 29).

Os autores também observam que a escola e a pedagogização estão relacionadas à constituição de saberes, determinados e codificados, tanto as práticas dos alunos quanto a prática dos seus professores. Ou seja, a escola é tida como uma instituição que tem o objetivo de formar as relações sociais e compreender os lugares de poder. Assim, no universo escolar não se convence seguir uma única pessoa, mas sim a regras que são impostas tanto aos alunos quanto aos mestres. As configurações escolares propostas no conceito de Vincent; Lahire & Thin apontam o entendimento de como as classificações de poder começam a fazer sentido quando os domínios vão sendo vistos na forma escolar e permanecem até o fim da escolaridade. Se essas definições escolares vão se configurando também na vida profissional, isso significa que vão afetar as relações sociais e suas práticas. “A excelência escolar” é consagrada norma de excelência universal, reconhecida mesmo por aqueles que não vão à escola ou nela não são bem-sucedidos” (Vincent; Lahire & Thin, 2001, p. 38).

Em artigo publicado em 1958 na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Ernesto de Sousa Campos⁹ apresenta elementos da trajetória da criação de colégio de aplicação no Brasil, rememorando o período que antecedeu sua fundação, quando proferiu uma exposição na tribuna do Rotary Club de São Paulo, em 1926 (Campos, 1958). Ernesto de Sousa Campos analisou o ensino secundário brasileiro, destacando as dificuldades de os alunos ingressarem no ensino superior, em virtude da falta de preparação para prestar os exames vestibulares. Na ocasião esse pesquisador apresentava ideias para a criação de um sistema escolar brasileiro que preenchesse a ausência de um curso intermediário a fim de que os alunos ingressassem no nível superior. Desta forma, ele iniciava a preocupação e apontava a necessidade de construção de centros preparatórios e de aperfeiçoamento para futuros profissionais. Apesar da importância da celeridade, Ernesto de Souza entendia a dificuldade de manter essas instituições devido à carência de recursos, ausência de instalações, equipamentos, pequena remuneração dos mestres e à ausência de material bibliográfico adequado para a formação.

⁹ Ernesto de Sousa Campos nasceu em Campinas (SP) no dia 21 de setembro de 1882, filho de Antônio de Sousa Campos, senador do Império, e de Rosa Cândida Bittencourt de Sousa Campos. Era descendente de uma família tradicional cujas origens remontam à época da colonização do território paulista. Fez seus estudos iniciais no Colégio Americano, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, bacharelando-se no ano de 1906 em engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo. cursou mais tarde a Faculdade de Medicina de São Paulo, por onde se formou no ano de 1919 (...), regressando ao Brasil em 1923. Em 1930, foi nomeado diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, tornando-se mais tarde, durante o governo estadual de Armando Sales (1933-1937), um dos planejadores do campus universitário do Butantã. De 1937 a 1938 dirigiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Em janeiro de 1946, no início do governo de Eurico Gaspar Dutra, foi eleito no ano anterior com o apoio da coligação formada pelo Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ernesto de Sousa Campos foi nomeado ministro da Educação e Saúde (...). Consultar em CPDOC/FGV, 2021.

Ainda de acordo com Ernesto de Souza Campos, a ideia discutida na tribuna do Rotary Club, São Paulo, fez pensar no Curso Intermediário, que prepararia os alunos que desejavam ingressar nos estudos superiores. E a ideia, ora destacada na tribuna, de implantar escolas modelares e estimuladoras de aperfeiçoamentos tomou rumos diferentes naquela ocasião, criando o Pré-universitário, cuja finalidade era melhorar a qualidade do aproveitamento dos alunos para o ingresso nas faculdades. Embora esse fosse o desejo de sanar um problema no ensino público brasileiro, Ernesto Sousa Campos relata que outros esforços foram envidados para que um colégio universitário fosse criado, assim como na Faculdade de Medicina de São Paulo havia implantado o curso pré-médico, que tinha a finalidade de ajustar e aperfeiçoar os conhecimentos das matérias de maior profundidade do curso (Campos, 1958).

De acordo com Ernesto de Souza Campos, antes de redigir o Decreto-lei federal nº 9.053, de 12 de março de 1946, da criação do ginásio de aplicação junto às faculdades e universidades federais, o texto foi debatido com dois reitores de universidades do Rio de Janeiro, referindo-se aos professores Inácio Manuel Azevedo do Amaral, reitor da Universidade do Brasil, e o padre Leonel Franca, professor e diretor do Colégio Santo Inácio, reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, naquela ocasião membro do Conselho Nacional de Educação, os quais eram considerados por Ernesto de Sousa Campos como representantes que conheciam o ensino secundário e o ensino superior, bases fundamentais para o projeto que viria a entrar em vigor (Campos, 1958).

Conforme Ernesto de Sousa Campos, o entrosamento das faculdades de filosofia, na estrutura do modelo do colégio de aplicação, representaria mudanças necessárias de estímulo, por meio da ampliação de um campo experimental, ativo e real. Para Ernesto Campos, os objetivos do ginásio de aplicação foram: primeiro, proporcionar a prática didática em casa de ensino apropriada, dotada de todos os recursos para tal finalidade; segundo, instituir uma casa de ensino modelar para estímulo e emulação de outras casas do mesmo grau; terceiro, abrir, sob a égide da Faculdade de Filosofia, um campo experimental palpitante e evolutivo (Campos, 1958). Conseqüentemente, todas as mudanças que permeavam os objetivos da criação do ginásio de aplicação, pensado para ser modelo de experimentação pedagógica e campo de estágio, chegavam às faculdades de filosofia (Campos, 1958).

Para Ernesto de Sousa Campos, eram tão incansáveis as preocupações com os problemas recorrentes da Faculdade de Filosofia, que foi necessário convocar um estudo mais rigoroso das condições de funcionamento das faculdades, resultando no Decreto-Lei nº 9.092, de 26 de março de 1946. Conforme o artigo 4º deste decreto: “§1º – Para obter diploma de licenciado, os alunos do quarto ano receberão formação didática teórica e prática no ginásio de

aplicação e serão obrigados a fazer um curso de psicologia aplicada à educação; §2º – Os que não satisfizerem as exigências do parágrafo anterior, receberão o diploma de bacharel” (Brasil, 1946).

A Revista de Pedagogia (1957) dedicou todo o volume IV da edição para destacar a organização do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, fundado em 1957 por meio de convênio entre a Faculdade e a Secretaria da Educação. Tal publicação destaca que as necessidades de criação de um colégio de aplicação foram inspiradas nas ideias do Instituto J. J. Rousseau, em Genebra, e justificam a importância de um instituto de educação que se compromete com as preparações psicológica e pedagógica dos educadores. Na publicação da revista, o texto de Édouard Claparède¹⁰, sob o título “*Um Instituto das Ciências da Educação e as necessidades as quais se responde*”, destacou que o Instituto J. J. Rousseau realizou reformas necessárias para a condução de uma pedagogia experimental, a saber: a) desenvolvimento da criança; b) psicologia individual; c) problemas de técnica e economia do trabalho; d) problemas de didática (metodologia); e) psicologia do professor (Claparède, 1957).

Para Claparède, o Instituto possibilitava aos educadores uma experimentação com o objetivo de orientar-se de uma reforma pedagógica, no movimento concernente à psicologia, à higiene da criança e à didática. Com isso o Instituto J. J. Rousseau não tem a finalidade de ficar limitado ao acúmulo de conhecimentos, mas deixar clara aos alunos a edificação da ciência pedagógica, levando em conta suas aptidões individuais e vocação de cada um no uso do método científico e do método de observação psicológica, considerando suas causas e dificuldades (Claparède, 1957).

Onofre de Arruda Penteadó Junior (1957), na mesma publicação constante da Revista de Pedagogia, destaca que a criação do Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo contou também com uma série de ideias inspiradas no Centro Internacional de Estudos Pedagógicos de Sèvres¹¹ (França). Conforme

¹⁰ Médico e psicólogo suíço, Claparède é considerado um dos pioneiros no estudo da psicologia da criança, a partir de um enfoque interacionista sobre a gênese dos processos cognitivos. Em 1912, ele fundou o Instituto Jean-Jacques Rousseau, juntamente com Pierre Bovet (1878-1965), com as finalidades de formar educadores, realizar pesquisas nas áreas de Psicologia e Pedagogia e incentivar as reformas educativas baseadas no movimento da Escola Nova (Éducation Nouvelle). O trabalho realizado no Instituto Rousseau desdobrou-se em atividades acadêmicas, integradas à Universidade de Genebra e em atividades de proselitismo político na defesa das reformas na educação e na promoção do pacifismo. Consultar em Campos (2005).

¹¹ Em agosto de 1954, visitou o Brasil a Madame Hatinguais, uma das figuras mais eminentes da educação francesa e do mundo atual, que, a convite do governo brasileiro, realizou em várias cidades do território nacional magníficas conferências sobre a experiência pedagógica que os franceses estão realizando em seu país, desde 1945. Em São Paulo, a ilustre visitante pronunciou uma série de palestras, cuja importância reputamos das maiores para todos os educadores brasileiros (...). Madame Hatinguais dirige desde sua criação o Centro Internacional de Estudos

Onofre de Arruda Penteado Junior, então diretor do Colégio de Aplicação da USP, a influência do Centro de Estudos Pedagógicos de Sèvres e as sugestões dadas pelos técnicos da UNESCO resultaram nas seguintes orientações:

a) favorecer para o melhor conhecimento possível dos alunos, por meio de reuniões de professores, em contato com os pais, e pela pesquisa individual de aptidões; b) praticar a coordenação das disciplinas por entendimento regular sobre os diferentes pontos do programa, de maneira a habituar os alunos a considerarem toda a questão em seu conjunto; c) levar o educando a conseguir um método pessoal de trabalho graças ao ensino; d) analisar o ensino, suprimindo as barreiras entre a escola e a vida, principalmente pelo estudo do meio, ensinando-se ao aluno a situar-se no tempo e no espaço; e) estabelecer uma ligação com o trabalho das secções técnicas do estabelecimento ou com estabelecimentos técnicos vizinhos; f) dar mais oportunidade às disciplinas artísticas e manuais, a fim de permitir um desenvolvimento completo da personalidade; g) criar uma atmosfera de confiança em que os alunos tomem consciência da responsabilidade de sua própria formação (Penteado Junior, 1957).

Minoru M. Kinpara (1997) observa que as funções que regulamentavam os colégios de aplicação obedeciam à legislação do ensino secundário e aos respectivos regimentos internos de cada unidade de ensino; ou seja, havia a compreensão de um modelo de ensino que priorizava não somente a prática pedagógica dos alunos mestres, mas também a possibilidade de recriar métodos de ensino de cunho experimental, mantendo uma relação direta entre faculdade e colégio de aplicação, na perspectiva de uma educação inovadora e integrada à comunidade social e do trabalho.

O estágio e a experimentação pedagógica sempre estiveram presentes desde o funcionamento dos ginásios de aplicação no Brasil. No entanto, é preciso compreender que essas duas etapas têm finalidades diferentes. O estágio está inserido no currículo do curso de licenciatura, compreendendo aspectos teóricos; e as atividades práticas referem-se ao desempenho do aluno mestre sob a supervisão/orientação do professor do curso de licenciatura e a realização da aula prática. A atuação do aluno mestre é supervisionada e avaliada pelos professores, que darão o parecer final no sentido de considerá-lo apto ou não apto para o exercício do magistério.

A experimentação, por sua vez, decorre de atividades de pesquisa, identificando problemas e buscando solucioná-los por meio de métodos científicos. Lourenço Filho destacou

Pedagógicos de Sèvres, núcleo do movimento renovador, hoje um dos maiores e mais famosos laboratórios pedagógicos mundiais, oferecendo aos educadores do mundo inteiro contribuições valiosas para a solução científica dos problemas educacionais. Consultar em Revista de Pedagogia, 1956).

quatro elementos seguidos por Stevenson, a respeito da importância da prática experimental por meio de projetos: 1) o projeto visa, principalmente, à formação do raciocínio aplicado às realidades e não à informação de memória; 2) o educando deve formar sua experiência e pôr à prova suas próprias conclusões; 3) integração na forma de pensar, sentir e agir; 4) exercício do pensamento como valor funcional. Ou seja, a escola experimental traduz fontes de informação, cooperação e conquista de obstáculos, as quais podem ser usadas no ensino primário e no ensino secundário (Stervenson *Apud*; Lourenço Filho, 1978, p. 225).

Zilma Barros (1975) observa que o objetivo da experimentação pedagógica foi introduzir inovações no processo de ensino-aprendizagem, na estrutura organizacional da escola e no sistema escolar. Desta forma, o professor promove a pesquisa, avalia os resultados e aplica os novos métodos para o melhor aproveitamento de resultados. Esta interação é viável quando as relações entre universidade e colégio de aplicação estão disponíveis com o mesmo objetivo e funcionalidade. O estágio docente e a experimentação pedagógica são vertentes que norteiam a funcionalidade dos colégios de aplicação no Brasil.

Com a finalidade de organizar o ensino no Brasil, novas configurações traçaram os próximos rumos da educação e, conseqüentemente dos colégios de aplicação com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961; e os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, o que diminuiu a centralização do MEC. Diante desse cenário, em 1962 foi criado o Conselho Federal de Educação (CFE), órgão instituído por meio da LDB 1961, que aprovou o Parecer nº 292/1962, deliberando e orientando que a prática de ensino do aluno mestre deveria acontecer, também, em escolas da comunidade (Brasil, 1962). Para além desta indicação, o diagnóstico examinou os métodos pedagógicos dos colégios de aplicação desde sua implantação, mostrando que o modelo não correspondia à expectativa inicial do decreto, de ser um estabelecimento modelo de demonstração e experimentação. De acordo com o parecer, as características do colégio de aplicação não estavam correspondendo aos princípios para que foram criados. Em síntese, o parecer observa que o futuro do aluno deve ser assegurado na preparação pedagógica docente (Brasil, 1962).

Ao analisar os primeiros 10 anos de criação do decreto-lei que determinou a criação de ginásios de aplicação nas faculdades de filosofia (Brasil, 1946), Ernesto de Sousa Campos (ano), em artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, no ano de 1957, observou a urgência e a necessidade inadiável de consolidar um modelo destinado a ser campo de observação pedagógica e uma escola experimental de nível secundário. Neste sentido, Ernesto de Sousa Campos afirma que “é mister, todavia, dar ao estabelecimento organização à

altura das mais rigorosas exigências pedagógicas, ampliando seus objetivos e transformando-o em uma autêntica escola-modelo” (Campos, 1957).

Conforme Zilma Gomes Parente Barros (1975), desde o início do funcionamento do colégio de aplicação, duas funções distintas caracterizaram o modelo: campo para realização de estágios de licenciados e de laboratório de experimentação pedagógica. Com esse propósito, a relação entre os professores da Faculdade de Filosofia e os professores do colégio de aplicação passou a desempenhar um papel fundamental para a comunidade, trazendo uma nova visão no processo educativo. Desta forma, a institucionalização da prática de ensino anexa à Faculdade de Filosofia representava um reconhecimento da importância de um futuro profissional no seu campo de trabalho.

Um elemento importante para a compreensão do modelo colégio de aplicação pode ser encontrado no próprio contexto de elaboração e disseminação dos colégios no Brasil. No quadro adiante, destaca-se que essas instituições surgiram a partir do Decreto-lei nº 9.053/46, estabelecendo função específica nos ginásios de aplicação, exercendo posto de treinamento de futuros professores das faculdades de filosofia e servindo de campo de experimentação pedagógica para melhorar o ensino secundário no Brasil. À medida que se ampliavam as séries, os ginásios de aplicação foram se tornando colégios de aplicação, pois passaram, gradativamente, a ofertar não somente o 1º ciclo do ginásial, mas também o 2º ciclo do colegial do ensino secundário. O quadro a seguir apresenta a relação dos ginásios de aplicação vinculados às faculdades de filosofia e a posterior vinculação deles às universidades e às respectivas denominações recebidas.

Quadro 4 – Colégios de aplicação criados junto às faculdades de filosofia (1948-1968)

Nº	Faculdade de vinculação	Denominação inaugural	Universidade de vinculação	Denominação do colégio de aplicação	Ano de criação
1	Faculdade Nacional de Filosofia	Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia da UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Colégio de Aplicação da UFRJ	1948
2	Faculdade de Filosofia da UFMG	Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia	Universidade Federal de Minas Gerais	Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG	1954
3	Faculdade de Filosofia da UFRGS	Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Colégio de Aplicação da UFRGS	1954
4	Faculdade de Filosofia da UFPE	Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	Colégio de Aplicação da UFPE	1958
5	Faculdade Católica de	Ginásio de Aplicação da FCFS	Universidade Federal de Sergipe	Colégio de Aplicação da UFS	1959

	Filosofia de Sergipe				
6	Faculdade Catarinense de Filosofia	Ginásio de Aplicação da Faculdade Catarinense de Filosofia – FCF	Universidade Federal de Santa Catarina	Colégio de Aplicação da UFSC	1961
7	Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora	Ginásio de Aplicação João XXIII da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora	Universidade Federal de Juiz de Fora	Colégio de Aplicação João XXIII – UFJF	1965
8	Faculdade de Educação da UFG	Colégio de Aplicação da UFG	Universidade Federal de Goiás	Colégio de Aplicação do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação – CEPAE/UFG	1968

Fonte: Quadro elaborado pelo autor por meio do levantamento nos endereços eletrônico dos colégios de aplicação, 2021.

Conforme o Regimento Interno do Colégio de Aplicação da UFRJ (1958), o que se estabelecia no art. 228, quanto às orientações e funcionamento do modelo, foi proporcionar aos licenciandos da faculdade um campo adequado para a observação e prática de ensino, bem como oferecer a professores e alunos oportunidades de pesquisas pedagógicas e uma experimentação pedagógica. De acordo com Alzira Alves de Abreu (1992), observa-se que “[...] os trabalhos de grupo, as pesquisas, que hoje fazem parte do cotidiano de todos os colégios desde o primeiro grau, nos anos 1950 e 1960, eram uma grande novidade. O Colégio de Aplicação foi inovador nessa área e serviu de modelo para muitas escolas experimentais [...]” (Abreu, 1992). Abreu (1992), ao analisar o Regimento do Colégio de Aplicação da UFRJ, expõe que a escolha de métodos de ensino, prevista no documento “Diretrizes para orientação do ensino de Colégio de Aplicação da FNFI”, caracterizava-se pela adoção de métodos ativos, individualizados e socializados por meio de programas flexíveis e ajustáveis aos alunos e a seus diversos estágios de evolução. Para isso “[...] propunha harmonizar o ensino expositivo tradicional com o ensino individualizado, estudo dirigido, tarefas diversificadas, trabalho pessoal livre e original e o ensino socializado, dramatizações, trabalhos de equipe, discussão socializada” (Abreu, 1992, p.50).

O regimento do Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG, da Universidade Federal de Minas Gerais (1963), no art. 219, tinha como objetivo o funcionamento do grau médio, reforço e extensão de grau médio, com cursos profissionalizantes e experiências pedagógicas. No art. 220, o colégio destina-se ao estudo, observação, prática e estágio docente dos alunos de licenciatura, trabalhos de pesquisa na área pedagógica e psicológica, experimentação de métodos e processos de ensino nos currículos pedagógicos (UFMG. Regimento. 1963).

O Colégio de Aplicação da UFRGS adotou procedimento semelhante, conforme evidenciado em seu regimento, e destacado por Zilma Gomes Parente Barros (1975), no artigo 399, que explicita que o colégio de aplicação, além de exercer função de ensino médio, servirá: “a – de estudo e prática docente do curso de didática; b – pesquisas, estudos e demonstrações de interesse educacional; c – estágio de professores e especialistas em serviços educacionais; d – documentação sobre experiências secundárias” (Barros, 1975).

O primeiro regimento do Colégio de Aplicação da UFS, aprovado em 1960, no capítulo I das finalidades, define o propósito de oferecer o ensino secundário em conformidade com os planos, leis e normas vigentes da legislação federal, seguindo os princípios dos ideais de solidariedade humana (CEMDAP. Regimento interno, 1960).

Com a incorporação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e do Ginásio de Aplicação à Universidade Federal de Sergipe, em 1968, houve a necessidade de aprovação de um novo regimento para o Colégio de Aplicação. Isso ocorreu por meio da Resolução nº 15/75/CONSU que aprovou um novo regimento para o Colégio de Aplicação da UFS. Por esse regimento o mencionado colégio teve como objetivo fornecer o ensino de 1º e 2º graus, por meio de normas estabelecidas da legislação em vigor e ser campo de experimentação e estágio para a Faculdade de Educação da UFS (CEMDAP. Regimento. 1975). Diferente do primeiro regimento do Ginásio de Aplicação da UFS, que priorizava a formação como cidadão e formação pessoal para a atuação em sociedade, o regimento de 1975 do colégio de aplicação evidenciou a importância do desenvolvimento das potencialidades dos alunos e de uma qualificação para o mercado de trabalho (CEMDAP. Regimento. 1975).

Com a inserção do Colégio de Aplicação na estrutura da UFS como órgão suplementar diretamente vinculado à Reitoria (1981), além das mudanças na legislação educacional da época, foi necessária a aprovação de um novo regimento para o Colégio. Assim, foi aprovado o regimento de 1981. Nele estavam previstas como finalidades do Colégio: “[...] organizar documento com informações a respeito de profissões, oportunidades educacionais, ocupacionais e profissionais, mercado de trabalho local e regional; promover a integração entre escola-empresa-comunidade”.

O fortalecimento do mundo do trabalho no regimento do Colégio de Aplicação, com base na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, viabilizou a entrada de cursos de aprendizagem e os de qualificação no ensino de 2º grau. Com a Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, destaca-se no art. 4º a obrigatoriedade comum curricular nos ensinos de 1º e 2º graus, por meio do § 1º da preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno (CEMDAP. Regimento, 1981). Sobre os objetivos evidenciados no Art. 2 do regimento:

contribuir para a formação do cidadão e seu desenvolvimento pessoal; contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e transformação pessoal; desenvolver a pesquisa pedagógica; oferecer oportunidades de experimentação pedagógica; estender a experiência para a comunidade (CEMDAP. Regimento interno.1981).

Nas concepções do regimento do Colégio de Aplicação do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação – CEPAE/UFG, aprovado em 1966, a finalidade principal é a formação dos candidatos ao prosseguimento dos estudos em nível superior. O próprio programa pedagógico tem a preocupação de desenvolver em cada estudante a possibilidade de vivenciar palestras, estudos, conferências, a fim de que haja um engajamento consciente na profissão. No artigo 10 desse regimento é possível notar o movimento da orientação vocacional, visando ao esclarecimento de várias profissões e de suas possibilidades, a saber: visitas orientadas às escolas da Universidade e outras organizações públicas e privadas; debates conduzidos por profissionais; informações objetivas acerca das necessidades do desenvolvimento técnico-científico do país e de aspectos dos mercados de trabalho; verificações de ordem psicológica em torno do comportamento, reações e tendências (Regimento do Colégio de Aplicação do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação – CEPAE/UFG, aprovado em 1966).

As redefinições com a implantação da Lei 5.692/71 potencializaram mudança de perspectiva quanto às relações entre escola e trabalho. Inicialmente, porém, não ficaram muito definidas as proporções dessas relações. Assim elas foram instrumentalizadas como relação entre escola/mercado de trabalho/emprego. As funções do ensino de 1º e 2º graus foram tomando outros contornos com a profissionalização do ensino, como apontam os pressupostos do ensino na Lei 5.692/71:

- 1) A análise histórica das funções do ensino de 2º grau, no Brasil, permite inferir que a proposta de profissionalização da Lei 5.692/71 pressupõe a existência de algumas condições básicas, que são, principalmente: — **existência de relações estreitas e racionais entre escola e mercado de trabalho;**
- 2) Carência de técnicos de nível médio no país; — valorização da escolaridade formal por parte da empresa; — possibilidade de se atribuir ao sistema educacional a maior responsabilidade pelo preparo dos recursos humanos necessários à modernização do setor econômico;
- 3) Viabilidade de uma proposta única de ensino médio para todo o país, capaz não só de integrar o desenvolvimento intelectual do adolescente com sua formação profissional, mas também de promover a regulação das novas relações surgidas — ou por surgir — entre a educação e o sistema econômico. (Brasil, 1982, p. 28 – grifo nosso).

A lei 5.692/71 (Brasil, 1971), que determinou a profissionalização do ensino de 2º grau, motivou os colégios a buscarem novas redefinições e reformulações em seus regimentos escolares. Assim ocorreu com o Colégio de Aplicação da UFS, conforme consta no documento encontrado no arquivo do CEMDAP, de título ¹²Posicionamento do colégio de aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação, elaborado pela direção da Faculdade de Educação de Sergipe (CEMDAP. Posicionamento.1976). O projeto tinha como objetivo principal ajustar as funções do Colégio de Aplicação à Faculdade de Educação da UFS, conforme a Lei 5.692/71, e assim proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparando para o exercício consciente da cidadania. (Brasil, 1971).

As ações propostas pelo projeto previam o fortalecimento dos objetivos do Colégio de Aplicação, em seu campo de estágio, experimentação e pesquisa, para alunos e professores da Faculdade de Educação. Os professores que se reuniram naquela ocasião discutiram e apontaram soluções para o melhor funcionamento das funções educacionais do Colégio de Aplicação. A esse respeito, evidenciaram a urgência de medidas técnico-pedagógicas para estruturar o modelo junto à Faculdade de Educação. Conforme traçado pelo projeto Posicionamento do colégio de aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação (1976), havia uma pressão do Colégio de Aplicação da UFS e da comunidade para que o Colégio mantivesse as provas de seleção como critério de ingresso, uma vez que tal método selecionava de maneira mais eficaz os candidatos tanto intelectual quanto economicamente favorecidos (CEMDAP. Posicionamento.1976).

O projeto destacava a falta de apoio técnico especializado que atendesse às necessidades da Faculdade de Educação, bem como sinalizava que a faculdade vinha se limitando a ações isoladas, sem inserir o Colégio de Aplicação. Com isso mantinha uma falta de relacionamento entre a FACED e o colégio, notando assim uma ausência sistemática de ações para dirimir o estreitamento entre as duas instituições. Conforme exposto, os professores não estavam entendendo a função do Colégio de Aplicação, causando uma falta de direcionamento nas propostas vinculadas à criação do modelo de aplicação que preservava o estreitamento entre

¹² O presente trabalho é fruto do esforço de um grupo de professores da Faculdade de Educação e do Colégio de Aplicação. Durante quatro meses, por meio desse trabalho foi estudado e discutido o posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções como laboratório da Faculdade de Educação. O grupo era composto dos professores: Paulo Andriola, Aglaé D'Ávila Fontes de Alencar, Sônia Maria Van Dijck Lima e Maria Olga de Andrade, da Faculdade de Educação; e Cléa Maria Brandão Mendes, Manuel Messias de Vasconcelos e Therezinha Belém Carvalho Teles, do Colégio de Aplicação. Consultar em CEMDAP, 1977.

faculdades e colégios no tocante ao aprimoramento dos estudantes de licenciatura e campo de experimentação pedagógica atuante e modelar (CEMDAP. Posicionamento.1976).

As diretrizes para o avanço do modelo do colégio de aplicação foram gradativamente desenvolvidas em acordo com as alterações nas leis e o aprimoramento dos estudos, visando a uma redefinição de suas práticas pedagógicas. No caso específico do Colégio de Aplicação da UFS, as evidências apontadas no projeto assumem a preocupação da equipe pedagógica e dos professores da Faculdade de Educação e do Colégio de Aplicação em alinharem responsabilidades e finalidades. A perspectiva de desenvolvimento do Colégio de Aplicação da UFS resultou na iminência de uma comunicação direta entre colégio e faculdade, como bem apontam as evidências observadas na pesquisa que o projeto desenvolveu. “Tudo isso tem concorrido para que o Colégio de Aplicação se torne pura e simplesmente uma escola de 1º e 2º graus sem qualquer finalidade no esquema da Universidade” (CEMDAP.Posicionamento.1976). Posteriormente, abordaremos de forma mais detalhada a relação entre o Colégio de Aplicação e a Faculdade de Educação, investigando a funcionalidade e a política das ações desenvolvidas em ambas as instituições.

3 – CRIAÇÃO DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE E DO GINÁSIO DE APLICAÇÃO

Esta seção aborda a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, fundada em 1950 pela Sociedade Sergipana de Cultura, com o propósito de formar professores para o ensino secundário e normal. Discute também a fundação do Ginásio de Aplicação, criado com o objetivo de ser campo de estágio para os alunos da Faculdade Católica. Além disso, evidencia o modelo curricular vigente na época, ressaltando as funções e definições de uma instituição escolar vinculada a uma universidade.

3.1 – FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE: IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Em Sergipe, a primeira escola de ensino superior foi implantada em 1913, por meio da Diocese de Aracaju. O Seminário de Sergipe iniciou-se com duas modalidades de ensino: o Seminário Menor, que pertencia aos estudos preparatórios, e o Seminário Maior, que fornecia todo o arcabouço para a formação¹³ de sacerdote. O Seminário representou a ampliação da formação de novos clérigos, mas também contribuiu para a construção educacional de muitos sergipanos. Conforme Barreto (2004), enquanto não tinha sede própria, o seminário funcionava no edifício da residência episcopal, que estava localizada na Praça Camerino, na cidade de Aracaju. Ainda de acordo com essa autora, as áreas de concentração para os estudos eram as ciências humanas, a filosofia cristã e a teologia. Para esse objetivo, o seminário ofertava os cursos preparatórios filosófico e teológico, estrutura que manteve até 1933 quando foi fechado pelo Visitador Apostólico dos Seminários do Brasil, Mons. Alberto Pequeno, por determinação da Santa Sé (Barreto, 2004).

Com a expansão dos cursos superiores no Brasil, no fim dos anos 1940, surgiram as primeiras escolas isoladas de ensino superior de Sergipe: Faculdade de Ciência Econômica (1948), Faculdade de Química (1950) e Faculdade de Direito (1950). Diante desse cenário, foi

¹³ O Seminário, implantado em 1913, representou não somente a manutenção e a ampliação do número de clérigos, mas também uma escola que educou e “formou” muitos sergipanos. Enquanto os fundos para a construção da sede própria do Seminário eram arrecadados, as atividades do Seminário iniciaram, no dia 04 de abril de 1913, ainda de forma improvisada, no edifício que servia de residência episcopal, localizado na praça Camerino nº 181. Foi nesse prédio que a primeira turma do Seminário ficou estudando até 1914, quando as obras do prédio definitivo, localizado na quadra de terras entre as ruas Espírito Santo, Riachuelo, Pacatuba e São Vicente, foram concluídas. Consultar em (Barreto, 2004).

fundada a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1950), cujo objetivo era formar cidadãos para exercerem a profissão do magistério nos ensinos secundário e normal (SOUZA, 2014a).

Em publicação no jornal *A Cruzada* (edição de 19 de novembro de 1950), o então Padre Luciano Cabral Duarte¹⁴ explica em seu discurso a importância da formação das faculdades e universidades para preparar cidadãos de moral e fé, e anuncia a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, sob a proteção da Igreja. Para o Pe. Luciano Cabral Duarte, “[...] não existe uma filosofia para católicos e outra para os que o não são, mas existe uma filosofia humana e outra anti-humana. É a serviço da primeira que nos colocamos” (Duarte, 1950). Com esse discurso, Pe. Luciano anuncia à sociedade sergipana a criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

Com o decreto nº 29.311, de 28 de fevereiro de 1951, é concedida a autorização do funcionamento de cursos na Faculdade Católica e Filosofia de Sergipe (Brasil, 1951). No artigo único, fica determinado o funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras anglo-germânicas, Pedagogia e Matemática. A Faculdade era mantida pela Sociedade Sergipana de Cultura, sociedade civil ligada à Arquidiocese de Aracaju. No mesmo ano, foram ofertados os cursos de Filosofia, Geografia e História e Matemática, com início das aulas previsto para o dia 28 de março de 1951 (*A Cruzada*, 11 de março de 1951).

Foi registrada com destaque no jornal *A Cruzada*, edição de 1º de abril de 1951, a solenidade de inauguração dos cursos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, nas dependências do Ginásio Nossa Senhora de Lourdes. Estavam presentes o bispo diocesano D. Fernando Gomes, o governador do Estado de Sergipe, Arnaldo Rollemberg Garcez; autoridades políticas, religiosas, o corpo docente, discente, intelectuais e a seleta sociedade sergipana. Naquela ocasião, o Pe. Luciano Cabral Duarte, diretor da Faculdade, proferiu o pronunciamento da aula magna.

Segundo Oliveira (2013), para o funcionamento das atividades da faculdade Católica no Colégio Nossa Senhora de Lourdes foram disponibilizadas 15 salas a fim de acomodar os cursos de Filosofia, Matemática, Geografia e História. Estes cursos estavam inseridos em quatro seções fundamentais: seção de Filosofia, seção de Ciências, seção de Letras, seção de Pedagogia e uma seção especial de Didática. Os cursos “ordinários” contribuíam apenas para obtenção do

¹⁴ Dom Luciano José Cabral Duarte nasceu em 21 de janeiro de 1925, na cidade de Aracaju. Iniciou a formação para o sacerdócio, mas prosseguiu seus estudos no Seminário Provincial de Olinda, Pernambuco, e no Seminário Central de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Em 04 de agosto de 1947, tornou-se diácono. Depois de um ano foi ordenado padre da Catedral Metropolitana de Aracaju. Bacharelou-se em Teologia em 1954. No mesmo ano fez especialização na Universidade da Sorbonne (Paris). Criou a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e o Ginásio de Aplicação. Tornou-se arcebispo metropolitano em 1971. Consultar em (Lima, 2009).

diploma. Já os cursos “extraordinários” seriam para o aperfeiçoamento de determinada cadeira, que daria conta do “curso ordinário” em outro curso.

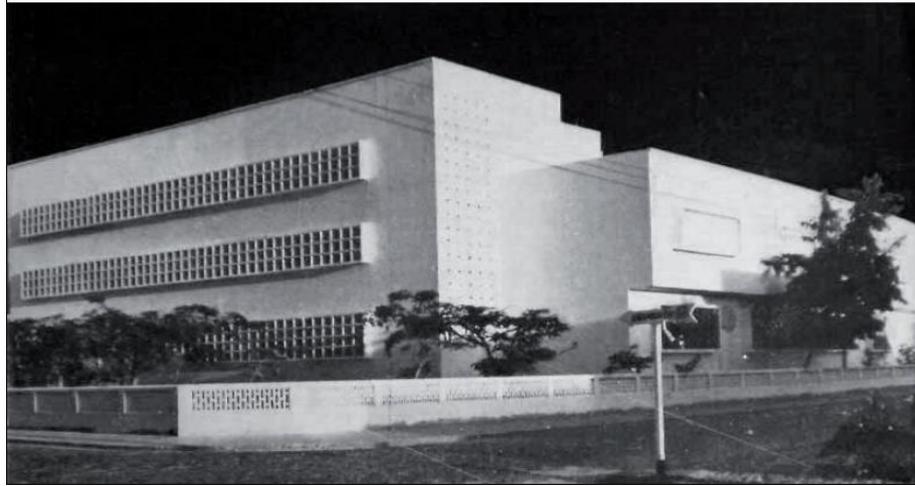
Na estruturação e organização da faculdade, após um ano de funcionamento, essa instituição contava com uma equipe técnica formada por: Gonçalo Rollemberg Leite, Felte Bezerra, Lucilo da Costa Pinto, Manuel Cabral, Gentil Tavares e Pe. Euvaldo Andrade. Segundo o Pe. Luciano Cabral (Duarte, 1952), o corpo docente era formado por: José Rollemberg Leite, Petru Stefan, José Barreto Fontes, Fernando Porto, Felte Bezerra, Gonçalo Rollemberg, professora Maria Thetis Nunes, Costa Pinto, Fraga Lima, Garcia Moreno, Manoel Cabral, José Silvério Fontes e professora Maria Aurélia Fonseca. A posteriori, compuseram o quadro docente: José Bonifácio Fortes Neto, Cônego Domingos Fonseca, Dr. Lourival Bonfim, Cleonice Xavier de Oliveira e Armando Rollemberg Leite (A Cruzada, 25 de dezembro de 1952).

Quanto à organização da Faculdade Católica de Filosofia, nos primeiros anos de funcionamento esta já sentia as dificuldades financeiras, buscando equilibrar as despesas de manutenção e controle do orçamento. Nas turmas iniciais, havia um número pequeno de alunos em cada curso, e o valor não supria os custos da instituição de ensino.

Apesar de dispor de salas amplas, o colégio Nossa Senhora de Lourdes enfrentava diversos problemas estruturais: primeiramente o fato de localizar-se no centro da cidade, próximo ao mercado da capital, o que diminuía a quantidade de alunos pela preocupação dos pais com o ambiente onde ele estava inserido. Em segundo lugar, as possibilidades de frequentar estabelecimentos com turmas mistas também levou algumas alunas a transferir-se para outras instituições. E por último, o prédio encontrava-se com dificuldades de manutenção, principalmente do telhado, o que influenciou a decisão do diretor da Faculdade de Filosofia para a construção de prédio próprio. (Nunes, 2008 p.30).

Ao longo dos anos, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe passou por vários desafios, pela estrutura física, problemas financeiros, falta de material didático adequado e da própria composição religiosa que estruturava a instituição. Apesar disso, foi responsável pela formação de vários professores.

Figura 1 – Vista parcial do prédio da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Aracaju (1970)



Fonte: Fotografia do Acervo do CEMDAP, 2022.

Novos movimentos foram surgindo no início da década de 1960 para a efetivação de uma universidade em Sergipe. Segundo Eliana Souza (2013), houve várias discussões nas quais diversos grupos de estudantes, liderados pelo Pe. Dom Luciano Cabral Duarte, debatiam sobre a criação da Universidade Federal de Sergipe. A pressão entre posições se acirrava e a influência do religioso prevalecia nas redes de sociabilidade das quais fazia parte.

Encabeçado por Dom Luciano Cabral Duarte, o movimento para a elaboração de um anteprojeto destinado à implantação da Universidade Federal tomou corpo, levando à sua aprovação pelo Conselho da Educação, em 1966 (Souza, 2014a). Finalmente, com o Decreto-lei, de 28 de fevereiro de 1967, o presidente da República, no uso de suas atribuições, instituiu a fundação da Universidade Federal de Sergipe (Brasil, 1967). Em abril de 1968, em solenidade no Palácio do Governo, foi assinada a escritura de incorporação das seis faculdades existentes em Aracaju à fundação Universidade Federal de Sergipe.

Somente em 15 de maio de 1968, numa festa realizada no Instituto Histórico e Geográfico, a sociedade sergipana assiste à posse do reitor, Dr. João Cardoso do Nascimento Junior, e dos vice-reitores, Dr. Valdemar Fortuna de Castro e o Padre José de Araújo Mendonça. Dom Luciano Cabral Duarte destaca no jornal *A Cruzada* seus anseios de vitória e a consagração de conseguir implantar uma universidade em Sergipe. Ainda mostra a importância de efetuar o progresso no Estado, chamando a atenção das opiniões públicas pelo bom senso de acreditarem e aplaudirem a conquista. Seu alerta e preocupação foram a urgência da formação docente para atuar na universidade, indicando cursos de pós-graduação dentro e fora do país (Duarte, 1968).

3.2 – “SEMENTEIRAS DE CULTIVAR TALENTOS”: SURGIMENTO DO GINÁSIO DE APLICAÇÃO DE SERGIPE

O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe foi fundado no dia 30 de junho de 1959, por meio da entidade mantenedora Sociedade de Cultura de Sergipe, tendo como presidente Dom José Vicente Távora, bispo da Diocese da capital sergipana, que delegou poderes ao Mons. Luciano José Cabral Duarte para fundar a instituição escolar. O Ginásio de Aplicação começou a funcionar em 1960, no mesmo endereço da Faculdade Católica, na rua Campos, nº 177, bairro São José, na cidade de Aracaju (CEMDAP. Documento da fundação.1959).

Como consta no Art. 71 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, além dos estabelecimentos federais de ensino secundário, mantidos diretamente pela União, havia duas outras modalidades de estabelecimentos: os equiparados e os reconhecidos. § “1º Estabelecimentos de ensino secundário, equiparados serão os mantidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal, e que haja sido autorizados pelo Governo Federal. § 2º Estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos serão os mantidos pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado, e que haja sido autorizados pelo Governo Federal” (Brasil, 1942). Conforme o Art. 72, tanto a equiparação quanto o reconhecimento necessitavam da avaliação dos estabelecimentos de ensino secundário para o seu funcionamento.

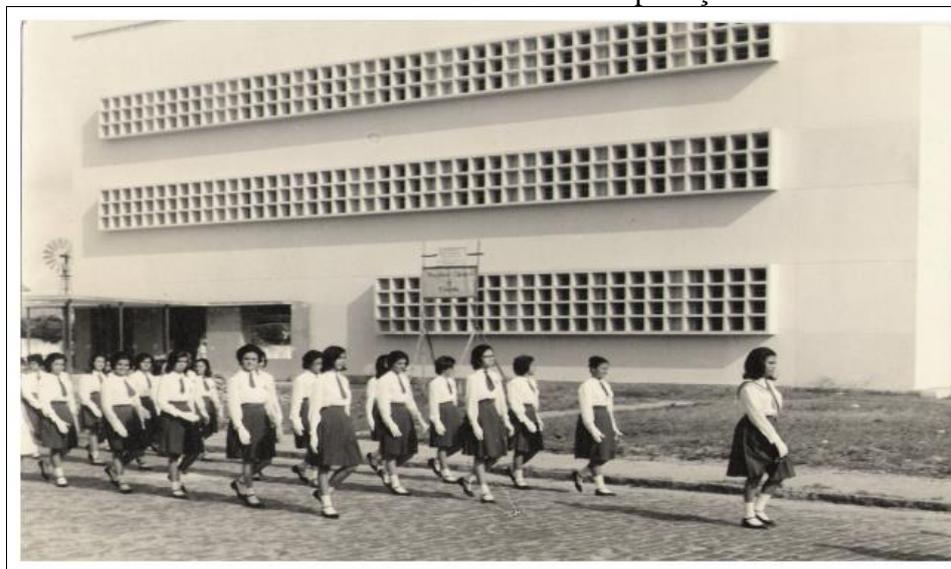
As informações gerais do Relatório do futuro Ginásio de Aplicação (1959), extraídas da documentação disponível no CEMDAP, relatam as condições necessárias para o funcionamento do ginásio, mencionando o nome da professora Rosália Bispo dos Santos, na direção da escola, e como secretária a professora Elze do Prado Barreto. Inicialmente foi cobrada uma mensalidade, e as aulas seriam ministradas no turno da tarde (das 13h às 17h), no regime misto e na condição de externato. No relatório elaborado pela inspetora Celina Oliveira Lima, que designava a ordem de serviço, conclui-se que a instalação desse ginásio era uma necessidade que vinha se fazendo cada vez mais presente, porque o treinamento didático dos professores se realizava de forma contundente e consciente, desenvolvendo cada vez mais o rendimento da obra educativa em Sergipe. Com o melhor professorado do Estado, o magistério estaria com profissionais capacitados para ministrar melhor o ensino secundário de Sergipe, porque eles estariam em condições pedagógicas satisfatórias. “Diante do exposto, opino que seja concedido ao Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe funcionamento condicional nos termos do artigo 128 da port. 501.152, do Parecer do inspetor seccional” (CEMDAP. Verificação prévia, 1959).

Após a divulgação do parecer assinado por Rosilda Barreto, inspetora do ensino secundário de Sergipe, em 14 de novembro de 1959, foi publicado no jornal *A Cruzada* o edital nº 1 para os exames de admissão na 1ª série ginásial. No edital constam alguns requisitos básicos para a realização da inscrição: 1º) – requerimento firmado pelo candidato ou responsável, que não se inscreveu e nem se inscreverá em exames de outros estabelecimentos na mesma época, 2ª) – prova de idade, 11 anos completados ou até dia 31 de julho seguinte; 3º) – comprovante de sanidade física e mental (imunização antivariólica), 4º) – certificado de conclusão do curso primário. A divulgação do resultado dos exames foi feita no jornal *A Cruzada*, em 12 de dezembro de 1959, que informou ainda que a primeira turma do Ginásio de Aplicação iniciaria suas atividades com 24 alunos¹⁵.

Ainda conforme o relatório final, foi atestado que a escola serviria de treinamento didático dos professores, dentro das condições satisfatórias e acompanhado de professores do ginásio. A inspetora Celina Oliveira Lima conclui que a situação do prédio para o funcionamento da escola tinha as seguintes características: prédio novo e recuado, isolado dos vizinhos, distante de linha de ônibus, distante de pregões de anúncios; sala satisfatória e iluminada; de alvenaria e pedra vestida como massa e cimento; portas e paredes em cor creme-claro; piso de taco; e hall de entrada ampla para a circulação dos alunos (CEMDAP. Documento de fundação, 1959). Na imagem a seguir é possível observar a fachada do prédio da FCFS onde funcionava o Ginásio de Aplicação, provavelmente no momento de um desfile cívico.

¹⁵ Os candidatos aprovados no exame de admissão do Ginásio de Aplicação tinham feito seus estudos primários no Educandário Brasília, Educandário Modelo, Colégio Menino Jesus, Colégio Nossa Senhora Menina e no curso particular da professora Rosilda Teixeira. Consultar em *A Cruzada*, 14 de novembro de 1959.

Figura 2 – Frente do prédio da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, onde funcionava o Ginásio de Aplicação.



Fonte: Fotografia do Acervo do CEMDAP, 2022.

A equipe docente do Ginásio de Aplicação era selecionada pelo diretor e ouvida pelo conselho técnico-administrativo da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Nas disposições gerais do primeiro regimento do Ginásio de Aplicação (CEMDAP. Regimento, 1960) aponta-se que a supervisão de ensino do colégio era de responsabilidade do conselho técnico da faculdade, por meio dos professores de Didática geral e espacial da instituição. Sendo assim, os alunos que faziam parte do Curso de Didática desenvolveriam a prática de ensino nas classes do ginásio, assistidos pelos professores do estabelecimento. Segue adiante a relação inicial do corpo docente do Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia de Sergipe, em 1960.

Quadro 5 – Relação do corpo docente do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1960

Nº	Matérias	Professores/ras
1	Português	Rosália Bispo dos Santos
2	Francês	Rosália Bispo dos Santos
3	Matemática	José Rollemberg Leite
4	Geografia	Josefina Sampaio Leite
5	História do Brasil	Gonçalo Rollemberg Leite
6	Latim	José de Araújo Machado
7	Desenho	Olga Andrade Barreto
8	Trabalhos manuais	Cecília Teixeira
9	Canto orfeônico	Cândida Viana Ribeiro
10	Educação física	Rosália Bispo dos Santos

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do acervo documental (CEMDAP. Documento de fundação, 1959)

Nesse quadro podemos observar que a diretora do Ginásio de Aplicação, Rosália Bispo dos Santos, além de desenvolver suas atividades na direção da escola, assumia as cadeiras de português, francês e educação física. É importante destacar que o primeiro ano de implantação do Ginásio de Aplicação serviu para firmar-se no conceito da sociedade sergipana. Como afirma Dom Luciano José Cabral Duarte, “[...] a escola se consolida como um estabelecimento de alto nível de estudo, ampliando novas e eficientes técnicas de ensino, dando uma formação cristã a seus alunos” (Duarte, 1960). Sob influência católica, o Ginásio de Aplicação seguia com a maior parte de seus professores composta de ex-alunos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, criando séries à medida que as turmas iam avançando. A partir de 1966 foi autorizado e passou a oferecer também o curso colegial.

Em seu artigo intitulado “O ensino que se renova”, publicado no jornal *A Cruzada*, edição de 10 de dezembro de 1960, Celina Oliveira Lima, a inspetora federal que havia avaliado o Ginásio de Aplicação antes de ser autorizado o seu funcionamento em 1959, faz uma análise do ensino sergipano naquela ocasião, destacando que a chegada do ginásio de aplicação em Aracaju é uma renovação para o Estado, e certamente uma influência para outras instituições de ensino. Avaliando o ensino secundário, essa inspetora observa que conheceu vários diretores e várias instituições de ensino que vêm tendo a preocupação de acompanhar as mudanças do ensino brasileiro. Ainda reforça que a quantidade dos professores vem aumentando em virtude da formação nas faculdades de filosofia, e que a multiplicação vai elevar ainda mais o magistério de Sergipe (Lima, 1960).

A inspetora Celina Oliveira Lima informou ainda que, apesar de o ginásio de aplicação ter apenas um ano de implantação, o rendimento escolar era considerado extraordinário, sobretudo porque tinha um número menor que 30 alunos em sala de aula, e que a instituição de ensino adotou o estudo dirigido como metodologia de trabalho, colaborando para um melhor rendimento do alunado. Ao acompanhar de perto o primeiro ano de funcionamento do ginásio de aplicação, Celina destacou que os pais dos alunos pediram que não houvesse a necessidade de buscar “bancas de estudo ou explicadores de aula”, incentivando assim que a escola acompanhasse os alunos, quinzenalmente, com orientação educacional, visando ao melhor rendimento e que contribuísse para sua formação intelectual (Lima, 1960).

A inspetora Celina Oliveira Lima também se aproveitou da ocasião para demonstrar a satisfação com o resultado obtido no primeiro ano de funcionamento do Ginásio de Aplicação, e destacou os esforços dos diretores, professores, secretária e alunos do curso de Didática da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe que fizeram parte da prática de ensino. Ao

mencionar a participação de toda a equipe nesse primeiro ano de funcionamento do GA, a inspetora evidenciou que a vitória da criação da instituição de ensino deu-se também pelo entendimento que os pais dos alunos tiveram ao acreditarem numa educação renovadora no Estado.

Sobre o perfil dos estudantes do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, o artigo intitulado “O perfil estudantil do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968): uma investigação de fontes seriais do arquivo escolar” (Conceição, Melo, 2021) apresenta uma análise do perfil dos alunos do Ginásio de Aplicação da FCFS entre os anos de 1959 a 1968. No tocante à composição do perfil do ginásio, esses autores expressam o seguinte:

O investimento de famílias na educação de seus filhos e filhas fornecida pelo Ginásio de Aplicação é um dado importante para a composição do perfil socioeconômico dos estudantes matriculados nesse estabelecimento. Essa variável, analisada com outras informações, indica a origem social dos estudantes ligada a famílias de condições econômicas média ou rica. Segundo Antônio Fontes Freitas, ex-diretor do estabelecimento, o ‘Ginásio de Aplicação era mais restrito e elitizado, diferentemente do Colégio de Aplicação. O Ginásio era pago, e a maioria dos alunos chegavam de carro, diferentemente dos professores que nem todos tinham carro’. Igualmente, quando indagados sobre o perfil socioeconômico dos estudantes do Ginásio de Aplicação, estudantes egressos entrevistados recordam que eles eram pertencentes a estratos médios ou ricos da sociedade sergipana (Conceição; Melo, 2021, p.10).

Diante disso, os dossiês investigados pelos autores também comprovaram o perfil dos pais por meio das profissões/ocupações destacadas nas fichas de matrícula dos alunos. Entre as ocupações das mães e o seu quantitativo, tem-se o seguinte: doméstica/prendas domésticas (98); funcionária pública (17); professora (3); bancária (2); farmacêutica (1); cirurgiã-dentista (1). No tocante às ocupações dos pais e à quantidade, foram constatadas: comerciante (37); bancário (31); funcionário público (21); médico (12); advogado (6); cirurgião dentista (4); magistrado (4); militar/oficial do exército (4); comerciário (3); engenheiro civil (2); engenheiro agrônomo (2); agricultor (3); motorista (1); marítimo (1); securitário (1); contador (1); engenheiro civil e agricultor industrial (1); e aeroviário (1). Observam-se nos dados destacados as diferenças entre as profissões, sobretudo entre as femininas e as masculinas, o que é provável por se tratar de mulheres de classe média alta que não trabalhavam ou não tinham oportunidade de buscar profissões para atuar no mercado de trabalho.

De acordo com Conceição e Melo, as instituições escolares anteriores dos alunos que ingressaram no Ginásio de Aplicação entre 1959 e 1968 foram estabelecimentos particulares de

ensino de forte presença católica e fundados na primeira metade do século XX. São elas: Educandário Brasília (156), Educandário Menino Jesus (36), Colégio Salvador (33), Educandário Imaculada Conceição (29), Colégio Jackson de Figueiredo (19), Colégio Nossa Senhora de Lourdes (17), Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus (11), Curso Maria da Anunciação (11), Colégio Patrocínio São José (11), Educandário Nossa Senhora Menina (10), Ginásio Atheneu Sergipense (10), Ginásio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora (8) e Colégio Pio Décimo (8). Igualmente podemos encontrar a presença de estudantes que vieram de instituições fora do Estado de Sergipe, a exemplo do Colégio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, Ginásio Salesiano do Salvador, Colégio Marista de Salvador, Ginásio do Instituto Nossa Senhora da Salette e o Colégio Militar de Salvador; Colégio Salesiano Nossa Senhora da Vitória, no Espírito Santo; o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro – Externato; Colégio Municipal Paulo de Frontin e Colégio Sacré Coeur de Jesus. Além destes, há também estudantes dos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte e Brasília, no Distrito Federal (Conceição; Melo, 2021, p. 12).

A partir dos dados apresentados anteriormente, evidenciamos indícios significativos do perfil socioeconômico dos estudantes matriculados no Ginásio de Aplicação, em quase sua totalidade de escolas particulares, exceto o Ginásio Atheneu Sergipense, que era um estabelecimento público de ensino secundário. A imagem adiante ressalta a primeira turma do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe, fotografia do acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (CEMDAP).

Figura 3 – Primeira turma do Ginásio de Aplicação de Sergipe da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.



Fonte: Acervo do CEMDAP, 2022.

Em comemoração à formatura dos alunos da primeira turma do ginásio de aplicação, o jornal *A Cruzada*, edição de 7 de dezembro de 1963, convidava toda a comunidade aracajuana para a celebração de uma missa em Ação de Graças, na Igreja de São Salvador, às 8 horas do dia 10 de dezembro de 1963, em Aracaju. À noite foram entregues, no salão nobre da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, certificados de conclusão aos alunos do curso ginásial do colégio: 1 – Álvaro José Paes Moreira; 2 – Cecília Maria de Freitas Barreto; 3 – Eduardo Silveira Leite; 4 – Eliana Andrade Porto; 5 – Eliana Costa Lima Rezende; 6 – Ênio Lima de Araújo Góis; 7 – Heloísa Rezende Machado; 8 – Heráclito Diniz Gonçalves; 9 – João Conrado Guerra; 10 – José Valter Nunes Siqueira; 11 – Josenildo Fontes Santos; 12 – Maria das Graças Melo Garcez; 13 – Mércia Alves da Silva; 14 – Osvaldo Gilson Fonseca Costa; 15 – Roberto Morais de Almeida Mesquita; 16 – Sérgio Peterson Botto de Barros (Jornal *a Cruzada*, 10 de dezembro de 1960, p.3). A figura anterior evidencia a presença de 24 alunos da primeira turma do Ginásio de Aplicação, mas no Jornal *A Cruzada*, mencionado anteriormente, constam os nomes de apenas 16 formandos que foram receber os certificados de conclusão do ginásial em 1963.

Por meio do Decreto-lei nº 269, de 28 de fevereiro de 1967, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe foi incorporada à Universidade Federal de Sergipe, assim como o Ginásio de Aplicação também foi incorporado a essa universidade (Brasil, 1967). Posteriormente, por meio da Portaria nº 147, de 04 de julho de 1969, do Ensino Secundário, foi autorizado o funcionamento do segundo ciclo, e assim o Ginásio de Aplicação passou a se chamar Colégio de Aplicação (CEMDAP. Caderno de Memórias. 1992). Conforme Conceição (2023), com a federalização da Faculdade Católica e do Colégio, em 1968, quando passaram a fazer parte da Universidade Federal de Sergipe, muitos professores do Colégio vieram a compor o quadro funcional da Universidade, alguns enquadrados como professores do Colégio de Aplicação e outros alocados nos departamentos (Conceição, 2023, p. 162).

3.3 – MODELO COLÉGIO DE APLICAÇÃO E AS PROPOSTAS CURRICULARES

A criação e a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 4.024/61) provocaram mudanças e transformações que estabeleceram uma organização curricular, ampliando o ensino médio para dois ciclos – o ginásial e o colegial – , abrangendo os cursos secundários, técnicos e de formação de professores. Essa composição fez com que o currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo fosse comum a todos, sendo que o ciclo ginásial ficaria com quatro séries e o colegial, com três. Entre as disciplinas apontadas no 1º e 2º ciclos, foi incluída, como de caráter optativo, uma de propensão vocacional (Brasil, 1961).

A base curricular do ciclo ginásial estava pautada em nove disciplinas, ministradas com práticas educativas, porém não poderia ter menos de cinco nem mais de sete disciplinas em cada série, devendo ter duas optativas ou de livre escolha para cada curso. Nas duas primeiras séries do ciclo colegial, além de práticas educativas, havia oito disciplinas, uma ou duas das quais deviam ser optativas, de livre escolha pelo estabelecimento. A terceira série do ciclo colegial destacou aspectos linguísticos, históricos e literários, mantendo um currículo diversificado, que visava a um preparo maior para os cursos superiores, mantendo no mínimo quatro e no máximo seis disciplinas, que podiam ser ministradas em colégios universitários (Brasil, 1961).

Embora a sugestão da LDB fosse uma flexibilização curricular com base na realidade de cada escola, as transformações foram acontecendo independentemente de estarem preparadas para as mudanças, deixando maior responsabilidade para os estabelecimentos de ensino e os professores ajustarem os currículos com conhecimentos gerais e técnicos, como preparação para o mundo profissional.

(...) A partir das prescrições da LDB 4.024/61 havia um desejo da sociedade brasileira daquela época de massificar a ação educativa, colocando-a como um sustentáculo que deveria funcionar à luz da produção em série típica da natureza dos processos industriais, cujo aprimoramento era considerado necessário para a geração das riquezas capazes de levar o país a superar as barreiras do subdesenvolvimento econômico e cultural. A escola continuou a ser restrita e excludente, mas no âmbito da ideologia de progresso e prosperidade dominante ela se uniria à fábrica para ajudar na realização do projeto político dos governos populistas que se sucederam de 1930 a 1964. Nesse período, a produção intelectual sobre as mudanças educacionais que em 1961 se veriam concretizadas pela LDB foi intensa, mesmo que essas mudanças estivessem presentes de uma forma não tão ampla quanto os teóricos desejavam (MARCHELLI, 2014, p. 1490).

Conforme Paulo Sérgio Marchelli, ao analisar o contexto que envolvia o Brasil no bojo da criação da Lei de Diretrizes e Bases (1961), sinaliza a troca de interesses que envolvia os liberais escolanovistas que defendiam a escola pública, com os católicos que tinham como finalidade a perpetuação da escola privada, longe da interferência do Estado nos negócios educacionais. “O espírito conciliador da LDB fincou-se como um sólido pilar na base ideológica que sustentava o próprio palco onde se desenrolariam todos os conflitos sociais de interesse sobre a educação brasileira, ou seja, nos seus conselhos” (Marchelli, 2014, p. 1486).

Devido à ação dos conselhos de educação, logo após a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, por meio do parecer 292/1962 do Conselho Federal de Educação, em 1962, foram feitas alterações no curso de Didática da Faculdade de Filosofia. A prática docente, que antes era exclusiva do colégio de aplicação para o desenvolvimento do estágio, passou a ser ampliada para escolas da comunidade. Conforme o parecer, tornou-se oneroso criar um estabelecimento de ensino no modelo de aplicação, o que fez com que esse tipo de colégio deixasse de surgir na maioria das faculdades de filosofia (Brasil, 1962).

Conforme o parecer aí citado, os colégios de aplicação que já estavam em funcionamento acabaram reproduzindo rotinas de instituições comuns, transformando-se em “vitrine pedagógica”, onde os alunos seriam “meros” expectadores (Brasil, 1962). O diagnóstico publicado no parecer ainda trouxe a análise das aulas ministradas pelos docentes, caracterizadas como artificiais e limitadas, devido a poucas experiências nos respectivos cursos de formação. Embora tenham sido apresentadas diversas críticas sobre o modelo escolar, foi evidenciado existirem colégios que vinham mantendo o padrão junto às faculdades, mas o objetivo era

redefini-los como centro de experimentação e demonstração. A prática de ensino, esta deve ser feita nas próprias escolas da comunidade (...). Só assim poderão os futuros mestres realmente aplicar os conhecimentos adquiridos, dentro das possibilidades e limitações de uma escola real (...) (Brasil, 1962, p. 98).

Com a ampliação do campo de estágio, os alunos mestres das faculdades de filosofia buscavam instituições de ensino na comunidade, e assim o modelo colégio de aplicação foi redefinindo suas funções. Conforme o Parecer nº 292, o colégio seria um espaço de experimentação pedagógica e de demonstrações científicas para serem divulgadas e seguidas por outras escolas.

A recondução do ensino brasileiro foi tomando outros contornos após a promulgação da LDB de 1961, que pressionou as instituições de ensino a construírem novos regimentos e se

adequarem aos novos currículos. A profissionalização do ensino na Lei 5.692/71 representou uma série de medidas de reestruturação da educação brasileira, capaz de promover a contínua atualização do sistema de ensino e de renovar as relações entre a educação e a sociedade no Brasil. Os pontos básicos da relação entre escola e mercado de trabalho dedicaram-se a dois eixos: a delimitação dos cursos a serem oferecidos e a criação dos currículos. Isto significa que todo currículo compreenderá educação geral e formação especial: Educação geral – exclusiva nas séries iniciais – transmite a base de conhecimentos comuns, indispensáveis à formação humana no nosso tempo; Formação especial – fixada em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local, por meio sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho; b) no ensino de 2º grau habilitação profissional (Brasil, 1980).

Quadro 6 – Significação do Currículo da Lei 5.692/71

		Atividades	Áreas de estudo	Disciplinas
Localização no currículo	Séries escolares de maior ênfase	1ª à 4ª ou 5ª do 1º grau	5ª ou 6ª à 8ª do 1º grau	1ª à 4ª do 2º grau
	Partes de currículo em que se apresentam	Compõem a parte do núcleo comum como a parte diversificada; a parte de educação geral como a de formação especial.		
Relação: Idade cronológica; série escolar; desenvolvimento intelectual	Idades aproximadas em que se enfatizam	7, 8 a 10 anos (aproximação)	11, 12 e 14 anos (aproximação)	15 a 18 anos (aproximação)
	Desenvolvimento intelectual (provável)	Pensamento operário concreto	Transição – início do pensamento operatório formal.	Pensamento operário formal
Exercício do currículo	Amplitude e globalização do conhecimento	Maior amplitude; conhecimentos afins e não afins.	Conteúdos de disciplinas afins	Menor amplitude; estudos de um campo específico do conhecimento
	Experiências e sistematização do conhecimento	Enfatizam experiências concretas	Experiências concretas e conhecimento sistematizado.	Enfatizam conhecimento sistematizado

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (Brasil, 1980).

O quadro anterior apresenta a significação no currículo do núcleo comum obrigatório em todo o país. A parte diversificada corresponde às diferentes realidades regionais, aos planos dos estabelecimentos e aos interesses e aptidões dos alunos. E a educação geral, específica nas séries iniciais, transmite a base de conhecimentos comuns, obrigatórios à formação humana; e

formação especial está em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional.

A reorganização curricular promovida pela Lei 5.692/71 determinou como obrigatórias as disciplinas: Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Educação Física, Programas de Saúde e Ensino Religioso (nos estabelecimentos oficiais, facultativas para os alunos). Com isso, as matérias comuns e a parte diversificada do currículo ficaram a cargo dos estabelecimentos de ensino, seguindo a lei estabelecida pelo Governo Federal. As atividades e as disciplinas foram articuladas pela amplitude do campo de atuação da escola e pelas formas abordadas no desenvolvimento de atividades vivenciadas pelos alunos, com o objetivo de integrar os conhecimentos no processo da aprendizagem (Brasil, 1971).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), ao analisar a Lei nº 5.692/71 sobre a profissionalização do ensino, reflete que a escola deveria preparar os profissionais para qualquer nível, elaborando um currículo e definindo suas relações com o mercado de trabalho local ou regional. Com isso, as relações entre escola e mercado de trabalho não são tão simples, pois envolvem pelos menos três tipos de fatores que causam influência sobre o currículo: as demandas do sistema econômico, as aspirações e as expectativas dos interessados e a cultura institucional da escola. O tratamento conveniente desses fatores é que iria aprovar decisões sobre os aspectos do profissional a ser formado. Conforme o INEP, vários questionamentos foram necessários para que se permitissem alterações na formação dos futuros profissionais.

Que ênfase será dada aos aspectos técnicos e instrumentais da formação profissional? E aos aspectos de fundamentação científica? Como essa ênfase está traduzida em termos de carga horária, de métodos ou estratégias de ensino, de orientação do conteúdo? Que papel terão as demandas do mercado de trabalho? Até que ponto serão atendidas as aspirações e as expectativas dos interessados, sejam alunos, pais ou professores? Como garantir a participação desses interessados nas decisões? (Brasil, 1982, p. 30).

Conforme os questionamentos observados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, é possível apurar que a escola estaria adotando uma política com maior ou menor liberdade diante das ressalvas do mercado de trabalho. Na visão da lei, a escola deveria adequar os cursos e os currículos às demandas verificadas. Isto revela que as relações entre escola e mercado de trabalho são parciais, na medida em que os resultados da primeira estão limitados às imposições do segundo, verificando-se pouca ênfase às perspectivas do público e menos ainda à disposição de cada escola (Brasil, 1982).

Para Luiz Antônio Cunha (2005), “a mais ambiciosa medida de política educacional de toda a história do Brasil foi, sem dúvida, a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau”. Conforme esse autor, a fusão dos ramos do 2º ciclo do ensino médio, depois da LDB de 1961, caminhou de forma distinta do 1º ciclo. Houve assim um escoamento do conteúdo profissional, em detrimento de uma educação geral, com foco na sondagem vocacional e na iniciação ao trabalho. Com essa unificação, o ensino secundário, o ensino normal, o ensino técnico industrial, o ensino técnico comercial e o agrotécnico passaram a constituir um único ramo, ofertando cursos profissionalizantes, formando técnicos e auxiliares. Analisando os reflexos da criação da Lei 5.692/71, Cunha aponta que a promulgação dessa lei representou, para o ensino de 2º grau, a vitória de um pensamento dentro do MEC, pela profissionalização universal, da inserção dos estudantes no mercado de trabalho (Cunha, 2005).

Cunha (2005) apresentou uma reflexão a respeito do ensino profissionalizante dentro do currículo de 1º e 2º graus e destacou a necessidade de qualificação de profissionais a estarem aptos a atuar em diversos campos do mundo do trabalho; ou seja, pensar em qualificar profissionais que iriam formar outros profissionais. Ele nos mostra também o desafio para a educação e para as escolas em lidarem com a ligação do ensino de 1º e 2º graus ao ensino profissionalizante, porém dentro da escolarização secundária.

De acordo com Cláudio de Moura Castro (1981) em seu artigo intitulado “Secundário profissionalizante: prêmio de consolação?”, publicado na Revista Em Aberto (1981), foram as escolas mais caras e mais fluentes de recursos que puderam oferecer cursos profissionalizantes com qualificação adequada. Isto porque elas são estabelecimentos de ensino que mantêm uma clientela de alunos com maiores chances de prestar as provas de vestibulares, ao contrário das escolas mais precárias, que estavam passíveis do fracasso dos programas profissionalizantes. Essa formação integral do aluno previa o atendimento a demandas do mercado, concentrando-se na preparação do estudante para participar da vida econômica e social do país. O que vimos foi uma equiparação formal do curso secundário aos cursos técnicos, mesclando o modelo humanístico/científico com o tecnológico.

Conforme Castro (1981), a profissionalização ao grau do ensino secundário foi uma ideia incontestável, uma vez que a lei trouxe um leque de perspectivas importantes. Contudo, a implantação trouxe vários desafios; e devido às diversas ocorrências, o ensino não vinha alcançando o sucesso previsto. A improvisação ocorrida no curso profissional provocou dificuldades na implantação, devido à falta de estudos, falta de investimento em equipamentos e ausência de treinamento de pessoal. Com isso as escolas enfrentaram dificuldades em montar

Total	26	810	26	840	25	840	24	840	
-------	----	-----	----	-----	----	-----	----	-----	--

Fonte: Quadro elaborado pelo autor conforme o acervo documental (CEMDAP. Regimento interno. 1975)

Dos currículos ofertados no Regimento do Colégio de Aplicação da UFS (1981), o Artigo 31 reforça a importância de priorizar o entendimento vocacional dos alunos, possibilitando opções para as necessidades reais da região e do mercado de trabalho. Na ocasião foram ofertadas duas habilitações para o mundo do trabalho: Habilitação Básica em Saúde e Habilitação Básica em Química. A base do currículo geral para o ensino de 1º grau deu ênfase ao conhecimento da língua nacional, instrumento de comunicação e com expressão na cultura brasileira. O quadro a seguir evidencia o currículo da 2ª Fase do 1º grau, com destaque para a valorização da formação geral e do ensino profissionalizante, como consta da legislação em vigor.

Quadro 8 –Grade Curricular – 1º grau – 2ª fase (Colégio de Aplicação – UFS)

Disciplinas		5ª série		6ª série		7ª série		8ª série		Total
		h/s	h/m	h/s	h/m	h/s	h/m	h/s	h/m	
1	Língua portuguesa	4	120	-	120	4	120	4	120	*Escolha de duas áreas (60h) (30+30)
	Língua estrangeira	4	120	-	60	2	60	2	60	
	Educação artística	2	60	8	60	2	60	2	60	
	SOMA	10	300	8	240	8	240	8	240	
2	Geografia	3	90	3	90	3	90	3	90	** Escolha de uma área (60h)
	História	3	90	3	90	3	90	3	90	
	O.S.P.B.	-	-	-	-	2	60	2	60	
	E.M.C.	2	60	2	60	-	-	-	-	
	SOMA	8	240	8	240	8	240	8	240	
3	Matemática	3	90	3	90	3	90	3	90	
	Ciências	3	90	3	90	-	-	*	120	
	Programa de Saúde	-	-	-	-	3	90	-	-	
	Desenho	-	-	2	60	2	60	2	60	
	SOMA	6	180	8	240	8	240	8	270	
4	Iniciação para o trabalho						*		*	
	Agricultura	1	30	-	*					
	Indústria	1	30	-	-					
	Comércio	-	-	1	30					
	Educação para o lar	-	-	1	30					
	SOMA	2	60	2	60	2	60	2	60	
5	Educação religiosa	1	30	1	30	1	30	1	30	600

	Educação física	3	90	3	90	3	90	3	90	
	Orientação educacional	1	30	1	30	1	30	1	30	
	Total	31	930	31	1.030	31	1.030	32	1.060	4.020

Fonte: Quadro elaborado pelo autor conforme o acervo documental (CEMDAP. Regimento interno. 1981)

O foco principal desta tese não é a abordagem do curso profissionalizante; entretanto, é relevante ressaltar os desdobramentos de uma escola inicialmente concebida como campo de estágio e experimentação pedagógica diante das transformações no cenário educacional brasileiro após a promulgação da Lei 5692/71. No caso do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, o artigo 114 do regimento esclarece que, para atender à 1ª fase do 1º grau, o colégio, por meio da universidade, estabeleceu convênios com escolas “das redes oficiais de ensino para servirem como espaço de estágio para a faculdade de educação. O mesmo ocorria no âmbito profissionalizante, quando o colégio, por meio dos órgãos da UFS, buscava parcerias e convênios para contemplar a parte profissional do currículo, reservando apenas a parte geral para o Colégio de Aplicação (CEMDAP, 1981).

3.4 – DISCUTINDO AS FUNÇÕES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS

O modelo escolar do colégio de aplicação, desde sua criação, tem como característica ser campo de estágio e experimentação de inovações pedagógicas, servindo de “modelo” para as escolas da comunidade, contribuindo assim para a formação humana e profissional dos alunos. Conforme Ernesto de Souza Campos (1957), o colégio de aplicação foi fundado para ser “uma casa de ensino modelar para estímulo e emulação de outras do mesmo grau, (...) sob a égide da Faculdade de Filosofia, um campo experimental palpitante e evolutivo” (Campos, 1957, p. 238). Nesse ponto de vista, observamos que os colégios de aplicação vinham redefinindo suas funções e reestruturando seus objetivos para diferenciarem-se dos outros sistemas de ensino.

Nesse sentido, o documento intitulado “Relatório de observação sobre ensino de 1º e 2º graus do Colégio de Aplicação da UFS” (CEMDAP. Relatório.1974) apresenta o registro do estágio de observação das professoras do Colégio, Cléa Maria Brandão Mendes e Lindalva Cardoso Dantas, no Centro de Recursos Humanos “João Pinheiro¹⁶” e no Centro Pedagógico da UFMG, em Belo Horizonte. Esse relatório evidencia a experiência que essas professoras tiveram ao vivenciarem um estágio de 30 horas nas duas instituições de ensino. O Centro de Recursos Humanos João Pinheiro era uma instituição que se destinava à pesquisa e à aplicação de métodos e técnicas, por meio do modelo de escola-laboratório Leon Renault. O centro de ensino oferecia o 1º grau a partir da alfabetização como também orientava e supervisionava técnicos da educação. Por meio do laboratório de currículos, eram elaborados e editados livros e testados no próprio centro, com o objetivo de apresentar assistência técnica às unidades federais (CEMDAP. Relatório. 1974).

A outra instituição observada pelas professoras foi o Centro pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais, o qual desenvolvia o ensino de 1º grau e o 2º grau

¹⁶ As origens do CRHJP datam da década de 1950, quando Anísio Teixeira, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs), com apoio da Unesco. Foram criados CRPEs em Recife, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador. Minas Gerais recebeu um desses Centros, o CRPE-MG, importante órgão de pesquisa educacional, que existiu até 1973, quando foi transformado no Centro de Recursos Humanos João Pinheiro, e passou a estar vinculado ao Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura. Em 1982, o CRHJP foi incorporado à Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), com a denominação de Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro (IRHJP). Em 1996, um convênio entre a FAE e o governo de Minas Gerais transferiu o IRHJP para a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Atualmente, o arquivo do CRHJP está localizado na Biblioteca Bartolomeu Campos de Queiróz, que integra a Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais. Consultar em FILGUEIRAS (2020).

profissionalizante, conforme a lei 5.692/71. No tocante ao ensino profissionalizante, esse centro ofertava os cursos técnicos em Laboratório de Análises Clínicas, em Química e em Manutenção de Máquinas. É importante destacar que o Centro Pedagógico da UFMG é resultado da reconfiguração do antigo Colégio de Aplicação que funcionava naquela instituição (CEMDAP, Relatório. 1974). Conforme foi observado nos regimentos (1975, 1981) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, os cursos técnicos/profissionalizantes eram ofertados em parceria com o Estado, com funcionamento em outros espaços escolares cedidos pelo governo.

Na visita das professoras Cléa Maria Brandão Mendes e Lindalva Cardoso Dantas ao Centro Pedagógico de Minas Gerais, elas observaram que essa instituição de ensino possuía um espaço/ateliê reservado para a prática do mundo do trabalho. Conforme o relatório dessas docentes, as salas de aula eram bem equipadas com aparelhos e materiais necessários ao ensino de Eletricidade, Mecânica e Cerâmica, disciplinas ofertadas no centro pedagógico da UFMG.

O estágio de observação efetuado nos centros citados foi bastante enriquecedor, e, sobretudo, animador, porque foi possível fazer em termos de ensino quando são claros os objetivos a perseguir, por professores e alunos em perfeito entrosamento. Ambos os centros gozam de alto conceito pelo alto nível de ensino moderno, prática e eficiente que desenvolvem. São modelos do que se pode fazer em educação de 1º e 2º graus. Os responsáveis por isto se sentem felizes, compensados, pela projeção dos seus alunos, sem vaidade de aparecer como promotores daquele 'status'. Os resultados falam mais alto e para eles é o suficiente (CEMDAP. Relatório.1974, p.6).

Ao relatarem as conclusões da observação no Centro de Recursos Humanos João Pinheiro e no Centro Pedagógico da UFMG, as citadas professoras registraram que a experiência *in loco* as fez pensar em diversas sugestões para o Colégio de Aplicação de Sergipe, pois há tempo percebiam que existiam limitações quanto aos objetivos traçados no regimento dessa instituição de ensino, o que impossibilitava uma melhor comunicação entre a Universidade, a Faculdade de Educação e o Colégio, ao passo que as professoras propuseram uma renovação nas funções do Colégio de Aplicação da UFS, haja vista que ser apenas campo de estágio tornar-se-ia obsoleto, pois os colégios de aplicação, quando foram criados, atendiam às antigas faculdades de filosofia (CEMDAP. Relatório. 1974).

Conforme o relatório, as professoras Cléa Maria Brandão Mendes e Lindalva Cardoso Dantas sugeriram que o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe tivesse um Centro Pedagógico de 1º grau que atendesse a partir da alfabetização, ampliasse o Colégio

Técnico com base na lei 5692/71 e construísse uma Escola-Laboratório que contemplasse alunos do 1º grau. Além disso, as professoras Cléa Maria Brandão Mendes e Lindalva Cardoso Dantas, ao retornarem do estágio no Centro de Recursos Humanos João Pinheiro e no Centro Pedagógico da UFMG, propuseram a criação de um projeto que evidenciasse as funções do colégio de aplicação da UFS, e contaram com a colaboração dos seguintes docentes da Faculdade de Educação: Paulo Adriola, Aglaé d'Ávila Fontes de Alencar, Sônia Maria Vam Dijck Lima e Maria Olga de Andrade; e dos professores do Colégio de Aplicação: Cléa Brandão Mendes, Manuel Messias de Vasconcelos e Therezinha Belém Carvalho Teles. O objetivo era trazer à baila a metodologia que estava sendo desenvolvida no colégio, consultando opiniões dos alunos, dos pais destes, dos professores do Colégio de Aplicação e da Faculdade de Educação (CEMDAP. Posicionamento.1976).

A proposta do projeto em redefinir a função do Colégio de Aplicação da UFS orientava que houvesse um corpo técnico especializado composto de coordenador, orientador educacional, orientador pedagógico, psicólogo escolar, assistente social e médico. Para melhorar o perfil do corpo docente, foi definido que os professores tivessem formações específicas, de acordo com recomendações da Lei 5.692/71, para atuarem nos cursos profissionalizantes da instituição. Com isso o projeto elaborado pelos professores da Faculdade de Educação e do Colégio de Aplicação, estes propuseram que houvesse um melhor aproveitamento dos professores no planejamento escolar e que ocorresse um contato maior com outros colégios de aplicação, bem como que firmassem parcerias com instituições e empresas para o ensino profissionalizante. Foi proposto também que os docentes participassem de eventos/congressos/simpósios educacionais para “ajudar a ensinar o aluno a aprender, a estudar, a pensar, a reelaborar a cultura e julgar com objetividade” (CEMDAP. Posicionamento.1976, p.12).

O encontro nacional de escola de aplicação proporcionava uma oportunidade para os colégios apresentarem propostas e compartilharem experiências em diversos sistemas de ensino. Além disso, constituía uma ocasião para discutir critérios destinados a estruturar os cursos profissionalizantes existentes nos colégios de aplicação. Como citado anteriormente, por meio desses encontros, os colégios de aplicação buscavam analisar suas estruturas, visando a consolidar e a unificar o modelo escolar, mantendo a excelência que foi proposta desde sua criação no Brasil.

No V Encontro Nacional de escolas de aplicação, o qual ocorreu no período de 29 de março a 1º de abril de 1982, em Recife, a então diretora do Colégio de Aplicação de Sergipe, Iara Mendes Freire, apresentou um trabalho elaborado juntamente com as professoras Ivanete

Rocha de Oliveira, Maria Cecília Antunes Aguiar e Maria José de Almeida Soares, o qual evidenciava o resultado da prática de estágio desenvolvida durante o ano letivo de 1981 (CEMDAP. V encontro. 1982). O encontro entre as escolas de aplicação tinha como objetivos socializar e compreender as práticas do modelo de ensino a partir das experiências com outras regiões do Brasil. Na ocasião, o Colégio de Aplicação da UFS funcionava com os seguintes níveis de ensino: 1º grau (quatro últimas séries); 2º grau (com todas as séries) e o ensino de 2º grau profissionalizante (habilitações em química e saúde).

O relatório apresentado mostrava algumas técnicas consideradas exitosas no modelo de ensino, como: elaboração de estórias a partir de textos, dramatizações, jograis, pesquisas, excursões, jornal escolar, exposição, entre outras. Considerando que a 5ª série apresentava dificuldades relacionadas às habilidades de leitura e interpretação, foi sugerida a análise de textos e expressão oral, assim como o estudo mais aprofundado de raciocínio lógico e leitura de mapas. Ou seja, as áreas de estudos estavam conectadas com o objetivo de sanar dificuldades e valorizar tudo o que fosse desenvolvido pelo aluno. Em atividades extraclasse foram registradas visitas em museus, indústrias, estações experimentais, testagem de metodologia, leitura e criatividade (CEMDAP. V Encontro. 1982). Os estagiários do Colégio de Aplicação da UFS adotavam o sistema de construção e intervenção de projetos dentro do próprio colégio. Alguns dos projetos visavam à elaboração de organograma e cronograma do colégio; ao ensino de bases filosóficas do Colégio de Aplicação; ao plano de sugestão de recuperação; à sistematização da recuperação paralela em classes de 1º grau e 2º grau; à caracterização da clientela do colégio e à implantação do serviço social no estabelecimento.

O desafio da preparação dos professores nos eventos de formação demonstra a urgência de socializar experiência com outras instituições de ensino e com outros profissionais da educação para ressignificar a função do Colégio de Aplicação da UFS; e ao mesmo tempo estimulava um diálogo de vivências que poderiam ser compartilhadas entre Universidade, Faculdade de Educação e CA. Ao compartilhar práticas e conhecimento, aperfeiçoava-se o ensino e potencializava-se o modelo escolar dos colégios de aplicação junto às universidades.

4 – O COLÉGIO DE APLICAÇÃO NA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA

Esta seção tem como objetivo explorar as relações entre a Faculdade de Educação e o Colégio de Aplicação da UFS, além de entender as articulações realizadas para legitimar a funcionalidade do Colégio, as responsabilidades no desenvolvimento das atividades pedagógicas, reestruturação técnica e o acompanhamento da prática docente dos estudantes das licenciaturas. A partir da análise dos relatórios do curso de licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação, identificamos o funcionamento dos estágios integrados de administração escolar, orientação educacional e supervisão escolar dentro do Colégio de Aplicação da UFS.

4.1 – “POSICIONAMENTO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS EM RELAÇÃO ÀS SUAS FUNÇÕES NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO”

Com a criação do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe as práticas de estágio dos estudantes da Faculdade matriculados na disciplina Didática passaram a ser realizadas no Ginásio, seguindo o que já ocorria em outras faculdades no país. A historiadora Thetis Nunes destaca a necessidade que motivou a criação do Ginásio de Aplicação. Segundo ela:

A prática docente necessária à conclusão do curso pelos alunos (em sua maioria alunas) do curso de Didática da Faculdade de Filosofia era, a princípio, realizada entre os colegas na sala de aula. Este fato demonstra que a criação de um ginásio se fazia necessária, pois além de uma instituição criada nos moldes da Faculdade de Filosofia, fato que já lhe conferia certa distinção, também ampliaria as possibilidades de aplicação prática do conhecimento teórico aprendido pelos formandos (Nunes, 2008, p. 37).

Os estágios eram realizados com a presença dos professores da Faculdade, os quais acompanhavam a prática no Ginásio de Aplicação (CEMDAP/UFS, 1960). Conforme a professora Maria Thetis Nunes¹⁷, em publicação no jornal *A Cruzada*, de 22 de março de 1969,

¹⁷ Maria Thétis Nunes trabalhou como professora e pesquisadora ininterruptamente durante os últimos 63 anos. Nesse período publicou mais de 10 livros, além de artigos e ensaios em revistas científicas. Nascida no município de Itabaiana, região do agreste do Estado de Sergipe, concluiu o seu curso de graduação na Bahia aos 22 anos de idade. Na sua estreia como intelectual concorreu à cátedra de Geografia e História do Atheneu Sergipense com a

com o título “O objetivo dos colégios de aplicação”, destacou que o objetivo da criação dos ginásios de aplicação era renovar os métodos pedagógicos por meio da prática de estágio dos alunos matriculados no curso de Didática. Segundo Thetis Nunes, por ser um campo de experimentação, o colégio de aplicação teria a mesma função dos “hospitais de clínica” para os alunos da Faculdade de Medicina. Desta maneira, a autora observou que o Colégio de Aplicação da UFS, por ser uma instituição de estrutura universitária, teria condições de renovar os rumos do ensino secundário sergipano, completando, assim, as atividades da Faculdade de Educação. Ou seja, ao ingressar no Colégio, o aluno faria parte do processo de formação de novos professores e da tentativa de renovação de um novo modelo de ensino.

As suas turmas não poderiam ultrapassar 30 alunos e, os alunos do curso de Didática, sob orientação do catedrático de Didática Geral e dos respectivos assistentes de Didática especializada, seriam encarregados das diversas cadeiras do curso. A direção de cada Faculdade deveria contratar professores licenciados para a regência de cadeiras correspondentes às ações didáticas que não estivessem funcionando ou não houvesse alunos matriculados. Também caberia ao catedrático de Didática geral de cada Faculdade a direção e responsabilidade desses estabelecimentos. Assim seriam os colégios de aplicação exclusivamente dependentes das Faculdades de Filosofia, em função dos quais deveriam nortear seus caminhos (Nunes, 1969, p. 2).

Com a fundação da Universidade Federal de Sergipe em 1968, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e o Colégio de Aplicação foram incorporados na estrutura administrativa e pedagógica da universidade. Conforme a Resolução nº 1/1968, por meio do Conselho Superior da Universidade Federal de Sergipe (CEMDAP. UFS/CONSU. Resolução.1968) e aprovada pelo Reitor João Cardoso do Nascimento Júnior, em 24 de agosto de 1968, foi criada a Faculdade de Educação. A Resolução nº 1/1968 estabelecia normas para que a Faculdade de Educação fosse responsável pela formação dos técnicos em educação, pelos licenciados, pelo curso de pedagogia e pelas disciplinas pedagógicas ligadas às licenciaturas.

Segundo publicação no jornal A Cruzada, de 30 de outubro de 1968, a professora Maria Olga de Andrade, docente da Faculdade de Educação, declarou que a nova estrutura

tese, Os árabes: sua contribuição à civilização ocidental, acerca da civilização árabe, na qual discutiu o Islamismo, a literatura árabe, a arte muçulmana, a Filosofia e a ciência árabes, além da influência muçulmana no Brasil. A partir daí trabalhou ministrando aulas e dirigindo o Atheneu Sergipense até a sua mudança para o Rio de Janeiro como estagiária do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – o ISEB. Depois do Rio de Janeiro trabalhou na Argentina como Adida Cultural do Brasil, na cidade de Rosário. Ao retornar a Aracaju voltou para o Atheneu e passou a atuar também na Faculdade Católica de Filosofia até a fundação da Universidade Federal de Sergipe, onde ingressou em 1968. (Ver em Carvalho, 2017).

educacional de Sergipe, mediante a criação da FACED, iria iniciar sob a direção da professora Cacilda de Oliveira Barros (Andrade, 1968). Conforme Oliveira (2011) o corpo docente da Faculdade de Educação foi composto pelos professores da antiga Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. E na ocasião os professores foram migrados como titulares nas diferentes disciplinas. Ainda segundo o autor, com a finalidade de construir um regimento próprio da Faculdade de Educação, os docentes da Faculdade enviaram um documento ao reitor da UFS, contendo os seguintes objetivos: “instrumentalização de uma metodologia interdisciplinar; integração social; consolidação na formação de especialistas em educação e com práticas inovadoras” (Oliveira, 2011, p. 50).

No “Relatório de Atividades da FACED 1977”, a professora Maria Olga de Andrade, diretora da FACED, destacou que a função da Faculdade de Educação era melhorar a qualificação dos docentes, promovendo cursos, encontros, seminários e o entrosamento da Faculdade junto ao Colégio de Aplicação. Conforme a professora Maria Olga de Andrade, as relações entre a Faculdade de Educação e o Colégio de Aplicação deveriam ser mais integradas, considerando que o colégio serve como um espaço de estágio e experimentação para os estudantes, funcionando como um laboratório para os futuros professores que irão atuar no 1º e 2º graus (Arquivo Central. Relatório da FACED. 1977).

Um dos objetivos elencados no Relatório de Atividades FACED evidencia que a instituição buscava instrumentalizar metodologias interdisciplinares, incentivando a formação dos futuros especialistas em educação, com saberes inovadores. Ao analisar o relatório, podemos perceber que a FACED destacava em suas diretrizes a preparação intelectual dos discentes em pedagogia e nas licenciaturas, bem como promovia atividades de extensão universitária, por meio dos estágios, atividades de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico de educação.

O relatório também apresentava uma relação de atividades que envolviam a FACED e o Colégio de Aplicação, como pode ser visto neste quadro:

Quadro: 9 – Atividades relacionadas pela FACED (1973 – 1977).

Realização de estágio de professoras no Centro de Recursos Humanos João Pinheiro
Trabalho de observação de experiências, Recursos Didáticos e Técnicas de Ensino Local: Centro de Recursos Humanos João Pinheiro – Belo Horizonte Centro Pedagógico da Universidade de Minas Gerais Período: 1 semana Participantes: FACED e Colégio de Aplicação Professoras: Lindalva Cardoso Dantas e Cléa Brandão Mendes
Palestras

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Bahia (Mestrado) 1977 – Zilma Parente – UFBA. Técnica de Elaboração de projetos para professores do Colégio de Aplicação (1977) – Prof ^a Ada Augusta Celestino Bezerra da Silva – FAGED/UFS.
Levantamento de dados a respeito do posicionamento e funções do Colégio de Aplicação
Levantamento de opinião dos professores do Colégio de Aplicação sobre a posição do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação Responsável: grupo de trabalho formado por professores do CA e da FAGED para estudo do posicionamento do Colégio de Aplicação da UFS. Levantamento de opinião dos professores da Faculdade de Educação sobre o Colégio de Aplicação (1976) Responsável: grupo de trabalho formado por professores do CA e da FAGED para estudo de posicionamento do Colégio de Aplicação na UFS. Levantamento de opinião dos alunos do Colégio de Aplicação sobre a programação do CA (1976) Responsável: professora Aglaé d'Ávila Fontes de Alencar com vistas ao estudo do posicionamento do CA na UFS. Levantamento de opinião dos pais de alunos do CA sobre a programação do Colégio de Aplicação (1976) Responsável: grupo de trabalho formado por professores da FAGED e do CA para estudo do posicionamento do Colégio de Aplicação na UFS. Caracterização psicossocial e econômica dos alunos do Colégio de Aplicação, com vistas à reformulação do sistema pedagógico do Colégio de Aplicação (1977). Responsável: professores Ada Augusta C. Bezerra da Silva; Paulo Andriola; Maria Auxiliadora de Aboim Machado; Lea Maria Guimarães de Carvalho; José Jefferson Euzébio Ribeiro; Nádia Fraga Vilas Boas.

Quando elaborado pelo autor conforme o acervo documental (Arquivo Central. Relatório Faced (1973-1977).

A professora Maria Thetis Nunes, numa publicação no jornal Gazeta de Sergipe (1969), observava que vários ginásios de aplicação não conseguiram se integrar com as Faculdades de Filosofia às quais estiveram vinculados. Ao analisar os 20 anos da criação dos ginásios de aplicação no Brasil, a autora evidenciou que as universidades foram suprimindo os colégios, substituindo-os por colégios universitários. Ou seja, em vez de prepararem os alunos universitários para atuarem no ensino secundário, no campo de estágio e experimentação pedagógica, ficariam concentrados na preparação desses alunos para a entrada no ensino superior. Sendo professora titular de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Maria Thetis Nunes destacou no jornal A Cruzada críticas ao funcionamento do Colégio de Aplicação e à Faculdade de Educação. Segundo Thetis Nunes, a contribuição do Colégio de Aplicação para o fortalecimento do ensino secundário sergipano seria a integração com a Faculdade de Educação, para que servisse de campo experimental, na aplicação de novas técnicas educacionais. Segundo ela, deveria ocorrer uma maior articulação entre a Faced e o Colégio de Aplicação para o adequado desenvolvimento das funções do Colégio.

Na sua regulamentação deve estar presente a interligação com a Faculdade de Educação, da qual seus professores não poderão estar desvinculados dos setores de Didática e prática de ensino. Será nas suas salas de aula que os alunos futuros professores aprenderão a ensinar e a isto deverão acostumar-se os pais e os alunos que o procuravam. Ao ingressar no colégio de aplicação, o aluno vai ser ‘cobaia’ para a formação de novos professores e para a experimentação (Nunes, 1969, p.2).

Conforme a professora Thetis Nunes, em publicação no jornal Gazeta de Sergipe, de 4 de abril de 1978, com o título “A universidade por dentro: o colégio de aplicação”, afirmou que várias mudanças ocorreram nas definições dos colégios de experimentação pedagógica, em virtude da promulgação da lei nº 5.692/71. Segundo a autora, o Colégio de Aplicação da UFS exigia definições, visto que, por certo tempo, foi considerado o melhor estabelecimento de ensino secundário de Sergipe. A mudança significativa, de acordo com as palavras dessa autora, foi a tentativa de democratizar a educação, utilizando o “pitoresco processo de seleção de alunos através de sorteio” (Nunes, 1978).

Segundo a professora Maria Thetis Nunes (1978), os Colégios de Aplicação no Brasil prezavam por práticas pedagógicas inovadoras e qualidade e que estivessem alinhadas com a Universidade. No entanto, essas práticas não eram fáceis de ser implementadas, especialmente pelas diversas tentativas dos órgãos colegiados da Universidade Federal de Sergipe em apontarem os problemas enfrentados para a consolidação do modelo de colégio de aplicação na instituição. Contudo, a professora Maria Thetis Nunes concluiu que a Faculdade de Educação deveria, por meio dos setores técnicos da Universidade Federal de Sergipe, acompanhar as ações pedagógicas desenvolvidas no Colégio de Aplicação da UFS a fim de que esse estabelecimento não fosse apenas uma escola dentro da universidade. “Os órgãos da UFS não tiveram a ousadia de extinguir o colégio de aplicação, ou fazer uma reforma que justifique o orçamento que ocupa” (Nunes, 1978).

O professor Eduardo Ubirajara Rodrigues Batista¹⁸, em publicação no jornal Gazeta de Sergipe, de 26 de abril de 1978, com o título “Uma sugestão para a UFS”, ressaltou duas posições contrárias à manutenção do Colégio de Aplicação junto à UFS: o caráter elitista e a forma de seleção dos alunos na instituição. Porém, o professor Eduardo Ubirajara Rodrigues

¹⁸ Professor Emérito da Universidade Federal de Sergipe. Possui graduação em Licenciatura em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Paraíba (1970), especialização em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (1975), especialização em Gestão Estratégica de Pessoas pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe (2008), mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (1978) e aperfeiçoamento em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal da Bahia (1975). Atualmente é Professor da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe e Membro de corpo editorial da Revista FANESE. (Ver em O Manguezal, 2021).

Batista evidenciou que as últimas transformações do ensino no Brasil, sobretudo com o experimento do Ginásio de Aplicação da UFS, trouxeram “perdas e lucros” para a universidade.

Conforme o professor Eduardo Ubirajara, alguns docentes que ingressaram no curso superior e uns alunos que entraram para estudar na Universidade foram de boa qualidade, porém seria necessário que houvesse uma clientela mais preparada para ingressar no curso superior, e, para tanto, a melhor opção seria trocar o ensino de 1º grau por turmas semigratuitas de pré-vestibular ou até mesmo extinguir o Colégio de Aplicação. “Com isso a universidade teria melhores alunos em seus cursos superiores, diminuindo o desastroso índice de reprovações e evasões (Batista, 1978).

Tanto a professora Maria Tehtis Nunes quanto o professor Eduardo Ubirajara questionaram a viabilidade e a funcionalidade do Colégio de Aplicação de Sergipe da UFS e usaram o jornal Gazeta de Sergipe para expor críticas à Universidade Federal de Sergipe, da qual faziam parte. Várias questões podemos observar ao pensar nos caminhos de uma instituição de ensino que foi criada para ser campo de estágio dentro de uma universidade e que vinha crescendo/ampliando os setores responsáveis pelo seu funcionamento. A articulação do Colégio de Aplicação deveria estar alinhada com as diretrizes e políticas da universidade, para que, na integralidade, formasse estudantes do colégio e docentes que iriam atuar nas instituições públicas e federais.

Com o objetivo de discutir a funcionalidade do Colégio de Aplicação da UFS, após uma reunião para redefinir as atribuições do colégio, envolvendo o corpo discente, corpo docente e pais de alunos do Colégio de Aplicação (CA), juntamente com o corpo docente da Faculdade de Educação (FACED), foi estabelecido que os coordenadores de área do colégio realizassem encontros periódicos tanto em sua área técnica quanto no Departamento de Didática (CEMDAP. Posicionamento.1976). O objetivo desses encontros era elaborar questões relacionadas ao planejamento e ao trabalho, promovendo uma colaboração efetiva entre as duas instituições. Em decorrência dessa reunião, foi criado o projeto “Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação (1976)”, com o objetivo de relacionar as funções que cabiam ao Colégio de Aplicação (como laboratório de ensino) e à Faculdade de Educação. A ação do projeto teve duração de quatro meses e contou com a colaboração de professores da Faculdade de Educação e do Colégio de Aplicação da UFS, alunos e pais dos alunos do Colégio.

O projeto tinha a finalidade de discutir metodologias de trabalho e ouvir pessoas envolvidas no Colégio de Aplicação e na Faculdade de Educação, a fim de que as opiniões solucionassem os problemas que emperravam o funcionamento do modelo Colégio de

Aplicação, junto à Universidade Federal. O mencionado projeto detectou que havia a necessidade de chamar a responsabilidade de cada um: Colégio de Aplicação da UFS, Faculdade de Educação e Reitoria.

Sentimos que o presente trabalho para ter sucesso precisa de entrosar as duas unidades, Faculdade de Educação e Colégio de Aplicação. A primeira, porque é responsável pela política de ação e supervisão de todo o projeto; a segunda, porque é órgão de execução e é parte integrante daquela unidade (ARQUIVO CENTRAL/UFS, 1977).

Para a execução do projeto, foi solicitado à FACED e ao Colégio de Aplicação que revissem os seus objetivos, com base nas propostas, discussões e responsabilidades, e encontrassem soluções com base na escuta da comunidade escolar. Na reunião ficou estabelecido o prazo de 10 meses para a implantação, assim como foram alterados os objetivos gerais e específicos, após a identificação dos problemas: linha de ação pedagógica; situação da aprendizagem a que submete a clientela; sua abertura para a pesquisa e experimentação; situação de laboratório representativa de toda a comunidade; testagem de teorias, métodos, estratégias de ensino e inovações; flexibilidade do programa (Arquivo Central/UFS. Posicionamento. 1976). No quadro a seguir, destacamos os objetivos sugeridos na reunião com os membros da FACED e do Colégio de Aplicação, ocorrida em 1976.

Quadro 10 – Objetivos gerais e específicos evidenciados no Projeto Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação – 1976

Objetivo geral	Objetivo específico
<p>Melhorar o desempenho do Colégio de Aplicação em relação aos seus fins primordiais;</p> <p>Definir a linha de responsabilidade da Faculdade de Educação com o colégio de aplicação.</p>	<p>Definir as funções do colégio de aplicação na FACED;</p> <p>Rever objetivos do Colégio de Aplicação;</p> <p>Redefinir as metas do Colégio de Aplicação;</p> <p>Estabelecer as estratégias a serem utilizadas pelos educandos.</p> <p>Definir a sistemática de integração da Faculdade de Educação e o Colégio de Aplicação.</p>

Fonte: Quadro elaborado pelo autor conforme o acervo documental (CEMDAP. Posicionamento. 1976).

Apesar das dificuldades de interação entre o Colégio de Aplicação e a FACED, conforme destacadas no projeto “Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação”, é importante notar os esforços em encontrar caminhos

para legitimar o modelo de colégio de aplicação junto à Universidade. A construção do projeto envolvendo a FACED e o Colégio de Aplicação levanta a questão da responsabilidade pela manutenção desse modelo e do crescimento do colégio dentro da UFS. Se o colégio estava vinculado à Faculdade de Educação, e a discussão é a integração junto ao colégio, quais as limitações que os impediam de continuarem sendo modelo para as outras instituições? A responsabilização perpassa pelo desejo de colaboração ou pela tentativa de autonomia do Colégio de Aplicação em relação à FACED?

Para tanto, o levantamento de opiniões, composto por corpo discente do CA, corpo docente do CA, pais de alunos do CA e corpo docente da FACED, trouxe questões que problematizaram a função do CA. A partir da análise desses desafios, tornou-se evidente que o Colégio de Aplicação apresentava dificuldade de articulação, conforme ilustrado nas questões destacadas no quadro que segue.

Quadro 11 – Dificuldades indicadas nos questionários que limitavam o Colégio de Aplicação de exercer a função de laboratório para a Faculdade de Educação – 1976

Nº	Resultado dos questionários
1	Na pressão de dentro e fora do colégio para que continue nos moldes anteriores de “elites intelectuais”;
2	Não existe ainda um corpo técnico especializado no colégio que atenda às suas necessidades e às necessidades dos alunos da FACED;
3	A biblioteca é praticamente inexistente no sentido de atender às programações específicas do CA;
4	Equipamentos de ciências, artes e material audiovisual não existem;
5	Inexiste programa de coordenação pedagógica global;
6	Existe apenas um orientador educacional com dedicação parcial;
7	Não há serviço de saúde montado;
8	A escola tem pouca programação extraclasse;
9	Grande número de professores desconhece as funções de um colégio de aplicação, o que tem causado muitas definições;
10	Não funciona o círculo de pais e mestres;
11	O colégio não possui sistema de avaliação global;
12	A atuação da FACED tem se limitado a ações isoladas;
13	As práticas de ensino sempre funcionaram no Colégio de Aplicação, sem que a ação de alunos e supervisores de estágio exercesse maior influência no sistema;
14	Acompanhamento do aluno no colégio é falho;
15	Os pais dos alunos são completamente desconfiados;
16	A falta de relacionamento entre o pessoal docente da FACED e do estágio;
17	A FACED jamais tentou estabelecer uma sistemática de ação para corrigir as disfunções do CA, e este por iniciativa própria não tem caminhado na direção dos objetivos;
18	O sistema disciplinar carece de revisão.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no acervo documental (CEMDAP. Posicionamento, 1976).

Dos 18 pontos de atenção elencados para o desenvolvimento das funções do Colégio de Aplicação junto à Faculdade de Educação, apenas os itens 11, 16 e 17 reconhecem que existia um problema de integração entre a FACED e o Colégio de Aplicação. E os 15 itens restantes destacam a fragilidade do Colégio de Aplicação na tomada de decisão. O item 1 veio em destaque devido à compreensão majoritária de que a seleção deveria ser baseada em mérito por meio de prova, e não por sorteio. Nesse sentido, Bourdieu analisa como a herança cultural determina trajetórias para um melhor desempenho na instituição escolar.

Assim, a instituição escolar, que em outros tempos acreditamos que poderia introduzir uma forma de meritocracia ao privilegiar aptidões individuais por oposição aos privilégios hereditários, tende a instaurar, através da relação encoberta entre aptidão escolar e a herança cultural, uma verdadeira nobreza de Estado, cuja autoridade e legitimidade são garantias pelo título escolar (Bourdieu, 1996, p. 39).

Ao analisar a nobreza escolar na França e no Japão, Bourdieu percebeu que a função social do conhecimento consagra os detentores de habilidades, como os filhos de dirigentes da indústria, médicos, altos funcionários e dirigentes políticos, que se comportam como herdeiros da nobreza escolar. No entanto, ao examinar o projeto do Colégio de Aplicação da UFS, é evidente a insatisfação expressa no projeto ao justificar, como problema, a admissão de alunos por meio de sorteio.

No ponto 1 do quadro 11 os dados apurados apontaram que havia o interesse por parte de pessoas de dentro do Colégio de Aplicação da UFS, quanto de fora do retorno das provas de seleção, para que continuasse fortalecendo a clientela do colégio nos moldes “intelectuais” e “econômicos”. O ofício nº 508/1979/CECH encaminhado ao magnífico reitor explica o critério de ingresso dos alunos no colégio: das 30 vagas da 5ª série do 1º grau do Colégio de Aplicação, 18 seriam preenchidas por sorteio entre filhos ou dependentes de servidores da UFS, totalizando 60%, enquanto os 40% restantes destinavam-se à rede oficial, conforme convênio assinado pela UFS/SEC em setembro de 1979.

Ao identificar a falta de integração do Colégio de Aplicação nos itens 16 e 17, observamos um problema significativo decorrente da falta de entrosamento entre as instituições. Portanto, se a FACED tivesse adotado uma abordagem mais sistemática, mantendo o Colégio de Aplicação como uma entidade pertencente à Universidade, as dificuldades de autonomia perante a Faculdade de Educação poderiam ter sido evitadas.

A direção da Faculdade de Educação, ao reconhecer e informar no Projeto “Posicionamento do Colégio de Aplicação, em relação às suas funções na Faculdade de

Educação”, que havia problemas de articulações entre o Colégio de Aplicação e a FACED em termos de funcionalidades, reafirmou a importância da aplicação dos questionários entre o corpo discente e o corpo docente do Colégio de Aplicação, pais de alunos do colégio de aplicação e o corpo docente da FACED, para que não houvesse posições pessoais. Por meio dos dados apurados, foi percebido que havia algumas limitações por parte do colégio de aplicação da UFS, perante os problemas destacados no quadro 11. Existia uma preocupação por parte da Faculdade de Educação de que o Colégio de Aplicação se tornasse “simplesmente uma escola de 1º e 2º graus sem qualquer finalidade no esquema da universidade” (CEMDAP. Posicionamento. 1976).

4.2 – REESTRUTURANDO AS AÇÕES DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO: “COLOCÁ-LO EM POSIÇÃO DE VANGUARDA NAS ATIVIDADES DE ENSINO”.

O que a escola deve e quer ter de novo é o espírito, o idealismo, a metodologia e a capacidade de reflexão sobre o próprio processo (CEMDAP. Reestruturando. 1979)

Após analisar os resultados dos questionários aplicados à comunidade escolar, incluindo alunos e professores do Colégio de Aplicação, pais de alunos e o corpo docente da Faculdade de Educação, o propósito do projeto “Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação” era abordar a dificuldade de integração exercida entre o Colégio de Aplicação e a FACED para o exercício de sua função de laboratório para a Faculdade de Educação.

No relatório foi destacada pelo departamento de Didática da FACED, encarregado das práticas de ensino no Colégio de Aplicação, a identificação de uma "incoerência" na estrutura e no funcionamento da instituição, atribuindo-a à falta de preparo dos alunos e às dificuldades enfrentadas pelos estagiários que iniciavam sua prática no local (CEMDAP/UFS. Posicionamento.1976). Como mencionado anteriormente, a urgência do projeto reside na busca por legitimar a função do Colégio de Aplicação, procurando reestruturar o cenário educacional e redefinir as responsabilidades diante das dificuldades que o Colégio de Aplicação e FACED vinham enfrentando para legitimar a funcionalidade das duas instituições perante a prática de estágio e experimentação pedagógica.

Após as novas configurações dos objetivos do Colégio de Aplicação, mediante os resultados das ações do projeto Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação, uma das finalidades era formar o educando, em conformidade com a Lei nº 5692/71, desenvolvendo as potencialidades como elementos de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Ou seja, podemos observar que a reestruturação das funções do Colégio de Aplicação envolveu o entrosamento da Faculdade de Educação, no tocante à realização de reuniões, seminários e encontros para o melhor fortalecimento e engajamento em trabalhos de pesquisa, experimentação e supervisão no setor pedagógico do Colégio de Aplicação, e assim acompanhar, controlar e avaliar as ações aprovadas pelo Conselho Departamental da FACED. Convém frisar que nas aulas no Colégio de Aplicação, os professores deveriam ter a atitude de

incentivar a formação de valores e política de ação, a exemplo de: 1 – desenvolver o sentimento de cidadania; 2 – desenvolver as potencialidades dos alunos; 3 – desenvolver a personalidade do aluno; 4 – despertar para a vocação (CEMDAP/UFS. Posicionamento. 1976). Conforme o quadro abaixo, foram atualizadas as metas do Colégio de Aplicação da UFS.

Quadro 12 – Metas estabelecidas por meio do projeto Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação por meio das ações desenvolvidas em 1976

Nº	Metas para o Colégio de Aplicação da UFS
1	Corpo técnico especializado, coordenador do colégio de aplicação, orientador educacional, orientador pedagógico, psicólogo escolar, assistente social e médico.
2	De um corpo docente (perfil de professor após a Lei 5.692/71).
3	Planejamento corporativo com colegas do mesmo estabelecimento de ensino, de outras unidades e de centros interescolares, bem como com representantes de instituições e empresas da comunidade;
4	Participar da constituição do currículo pleno de estabelecimento de ensino;
5	Aconselhamento vocacional;
6	Programar estudos para recuperação de aprendizagens e recuperação de alunos com defasagem escolar;
7	Uma educação geral que possibilite ensino de conteúdo básico; correlação e convergência de disciplina, domínio de técnicas pedagógicas, interessa-se pelo autoaperfeiçoamento;
8	Organizar a aprendizagem em termos de esquemas e relações;
9	Ajustar-se aos objetivos do grau do ensino às características das disciplinas, às áreas de estudo, às atividades, às fases de desenvolvimento do educando e às diferenças individuais delas;
10	Demonstrar preocupação com a formação do aluno. Atividades, conteúdos programáticos; tudo está voltado para a formação dos alunos;
11	Levar os alunos, através da aula, a aprenderem a estudar e a pensar. As disciplinas são métodos gerais de pensar;
12	Fazer sondagem inicial dos conhecimentos dos alunos para melhor orientar a aprendizagem;
13	Evitar improvisação imprudente e desordenadora e a rotina automática, esclerosada e amorfia;
14	Ensinar o aluno a aprender, a estudar, a pensar, a reelaborar a cultura, a julgar com objetividade, a criar formas de cultura;

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no acervo documental (CEMDAP. Posicionamento. 1976. p.11).

Conforme o Relatório de Reestruturação do Colégio de Aplicação (1977), ao analisar os problemas enfrentados pelo Colégio de Aplicação da UFS, concluiu-se que a instituição não vinha cumprindo sua função de acordo com os objetivos da Universidade Federal de Sergipe e da Faculdade de Educação. Ou seja, o Colégio de Aplicação não estava oferecendo à FACED e à comunidade subsídios para a estruturação do modelo educacional. A indicação do Relatório de Reestruturação era de que, a partir de 1978, o Colégio de Aplicação se tornasse um laboratório pedagógico para o desenvolvimento de estudos e experiências educacionais, além

de campo de estágio para as habilitações oferecidas pela FACED (Arquivo Central/UFS. Reestruturação. 1977).

Para oferecer à comunidade experiências educacionais, foi proposto que o Colégio de Aplicação criasse caminhos para a divulgação das atividades desenvolvidas por meio das escolas da rede. As medidas de ordem técnico-pedagógica sugeridas no relatório incluíam a criação de um serviço técnico-pedagógico e a implementação de um sistema de planejamento e controle das ações realizadas no Colégio.

Quanto às medidas de ordem institucional, foi indicada a implantação da reforma do ensino de 1º e 2º graus, incluindo o 1º grau completo, o curso profissionalizante no 2º grau e a ampliação de turmas. Medidas de ordem física e material solicitavam redefinições do espaço físico do Colégio de Aplicação, equipando laboratórios, salas para educação artística, biblioteca e salas ambientais para alunos da primeira fase do 1º grau.

As sugestões de reestruturação foram resultado do projeto “Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação” e da tentativa da FACED de justificar a falta de articulação do Colégio de Aplicação da UFS, mediante a proposta de ser um espaço de laboratório da aprendizagem e campo de prática de estágio. O relatório apresentado tinha como objetivo, para a reestruturação, a integração do corpo docente à FACED bem como a eliminação da direção e vice-direção do Colégio de Aplicação, cujas funções ficariam na dependência da direção da FACED, criando, desta forma, no Colégio uma coordenação administrativa e uma coordenação pedagógica (Arquivo Central/UFS. Reestruturação. 1977).

Em comunicação interna encaminhada ao reitor da Universidade Federal de Sergipe em 8 de novembro de 1978, a diretora do CECH¹⁹, professora Maria de Lourdes Amaral Maciel, informou o resultado das reuniões do CECH com o Colégio de Aplicação e concluiu que o Colégio se tornasse centro de experimentação, onde fossem testados métodos e estratégias de ensino, por meio do desenvolvimento de pesquisas. Conforme a professora Maria de Lourdes

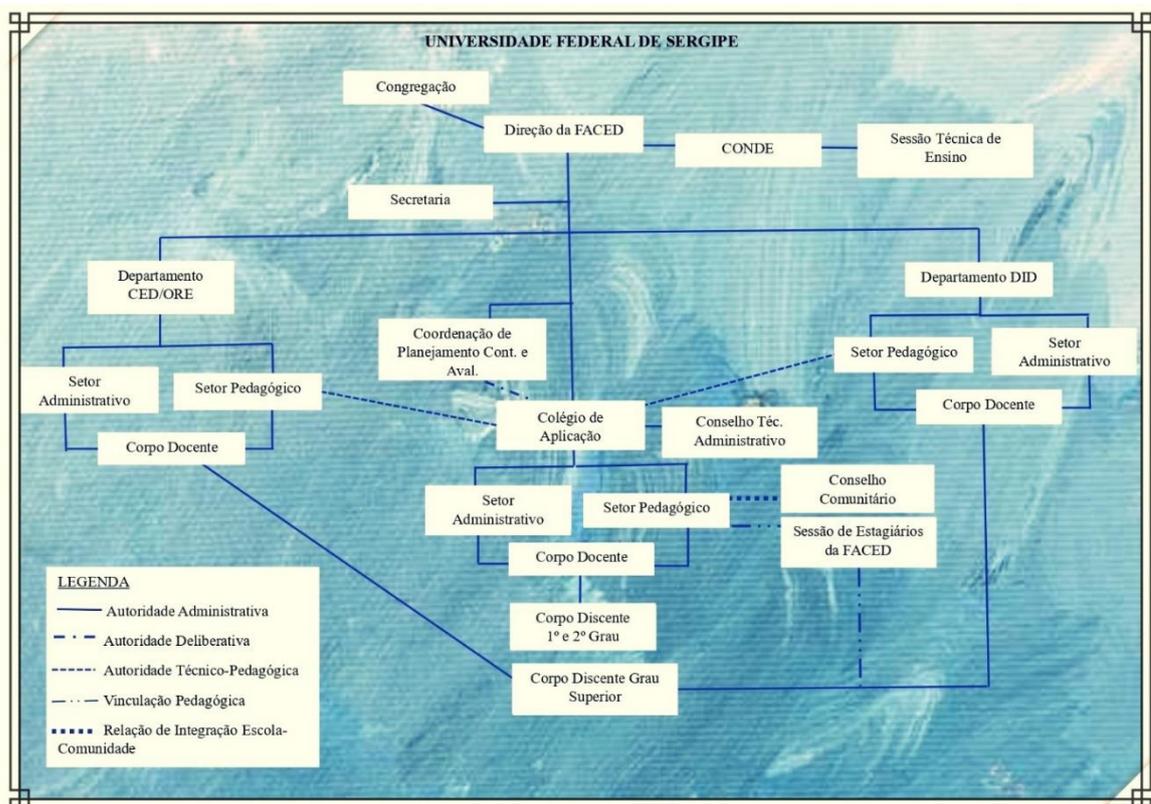
¹⁹ O Estatuto, publicado em 1978, promoveu reforma da Organização e do Sistema de Administração, criando então os Conselhos Acadêmicos; os Centros e Departamentos e os Órgãos Suplementares. Em seu Art. 8º determinava: “Os órgãos de Execução de ensino, pesquisa e extensão ficam agrupados em Unidades, denominadas Centros, que se subdividem em Departamentos”. Foram criados então os seguintes centros: Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Centro de Educação e Ciências Humanas. Ver em Resolução nº 01/79/CONSU/UFS.

Amaral Maciel, o colégio de aplicação, como estava estruturado, não atendia de forma alguma às exigências de uma escola-laboratório (Arquivo Central/UFS. Comunicação interna, 1978).

Mediante o exposto, foi proposto a Reitoria que extinguisse progressivamente o ensino de 1º grau do Colégio de Aplicação, implantando um novo modelo de 2º grau, com duas turmas de cada série. Nesse sentido, Maria de Lourdes Amaral Maciel sugeriu uma comissão imediata para a reestruturação do Colégio de Aplicação. O assunto da discussão da redefinição do modelo de Colégio de Aplicação da UFS ficou na responsabilidade do CECH, mesmo após o colégio passar a fazer parte do Órgão suplementar, vinculado à reitoria.

A figura adiante evidencia a vinculação da Universidade Federal de Sergipe e da Faculdade de Educação junto aos setores responsáveis pela funcionalidade do Colégio de Aplicação da UFS.

Figura 4 – Organograma da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe



Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no acervo documental (CEMDAP. Regimento. 1975).

A articulação no departamento do CECH permitiu um estreitamento, no ponto de vista técnico, visto que o departamento era responsável pelas licenciaturas. Portanto, a diretora do CECH, Maria de Lourdes Amaral Maciel, propôs mudanças significativas ao reitor, em virtude da ligação com a reitoria.

O relatório das “Definições Básicas do Colégio de Aplicação” (1979) evidencia definições do Colégio de Aplicação após o movimento de reestruturação da escola. “O colégio já possui quantidade significativa de projetos de reestruturação não viabilizados por motivos os mais diversos” (CEMDAP. Definições. 1979. p1). O serviço de coordenação pedagógica foi criado com o objetivo de sistematizar reuniões das áreas de ensino para planejamento, revisão, replanejamento das atividades docentes; e com isso nas reuniões semanais criaram-se vínculos e discutiam-se problemas comuns e correntes. Segundo o relatório, cada planejamento seria revisado constantemente e adaptando às necessidades (CEMDAP. Novas definições. 1979).

Como objetivo básico foi reafirmada a necessidade de ser uma Escola de Experimentação, de pesquisa e demonstração de novos procedimentos educacionais, coerentes com a realidade e as novas descobertas e atuais buscas desenvolvidas nesta área. Todas as descobertas e experiências realizadas no CA têm uma dimensão social, comunitária, enquanto serão estendidas para possível aproveitamento pelas outras instituições de Educação e Ensino (CEMDAP. Novas definições. 1979).

No Relatório “Definições Básicas do Colégio de Aplicação” (1979) foi reafirmada a necessidade de este ser escola de experimentação, pesquisa e demonstração, desenvolvidas por meio da articulação social e comunitária e pelas parcerias com instituições de ensino da rede. Foi elaborada uma nova programação que propunha as seguintes mudanças: organização do serviço de coordenação pedagógica; sistematização de reuniões semanais com as áreas; implantação de procedimentos didático-pedagógicos; integração do Colégio de Aplicação e o Centro de Educação e Ciências Humanas (CEMDAP. Novas definições. 1979).

As novas atividades planejadas pelo Colégio de Aplicação da UFS contaram com a contribuição de projetos da área de supervisão escolar, orientação educacional, psicologia da aprendizagem e administração escolar. As ações eram realizadas por meio dos estágios do curso de licenciatura em pedagogia da Faculdade de Educação, dentro do Colégio de Aplicação. Os projetos citados no relatório estavam em andamento, tais como: Revisão e reestruturação do currículo; Análise da filosofia do Colégio de Aplicação; Análise do trabalho dos professores de estudos sociais e educação física; Elaboração do organograma (CEMDAP. Novas definições. 1979).

Além dos projetos, havia parcerias integradas com o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, por meio do Programa Saúde do Colégio de Aplicação, utilização dos seus laboratórios e de atividades com a participação dos estagiários do curso de medicina, projetos de dependência, recuperação e avaliação, bem como o levantamento de recursos materiais

didático-pedagógicos (mapoteca, biblioteca, recursos audiovisuais e laboratórios (CEMDAP. Novas definições. 1979). É importante destacar que o relatório de definições emitido pelo Colégio de Aplicação da UFS reage aos questionamentos do projeto “Posicionamento do colégio de aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação” e nos relatórios de reestruturação de suas funções perante o modelo de escola de experimentação e estágio supervisionado.

Conforme Vicent; Lahire e Thin (2001) as transformações no universo escolar requerem o conhecimento histórico de sua criação para que haja uma compreensão da necessidade de mudança que se exige quando a instituição torna-se alvo de numerosas críticas. Para que uma nova configuração ocorresse no Colégio de Aplicação, o documento Definição do CA (1979) indicou que a escola deveria ser efetivamente um laboratório de aprendizagem, porém “precisava ter as mesmas condições que as escolas em geral da região em termos de recursos humanos e materiais e em se tratando de alunado para que seus resultados sejam fidedignos” (CEMDAP/UFS, 1979).

4.3 – COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFS COMO CAMPO PARA AS PRÁTICAS DE ESTÁGIO

Diante da necessidade de orientação para os estágios de prática de ensino na Universidade Federal de Sergipe, foi desenvolvido o Manual de Estágio (Arquivo CECH. Manual de Estágio.1973) após extensas discussões e reuniões no Departamento de Didática da Faculdade de Educação da UFS. Segundo a professora Maria Olga de Andrade, docente de prática de ensino de inglês, atendendo a uma solicitação do chefe do departamento, professor José Jackson Carneiro de Carvalho, o manual foi elaborado com o intuito de guiar os alunos que ingressavam nos cursos de formação de magistério da Faculdade de Educação. A professora apresentou o manual aos professores do Colégio de Aplicação e do Departamento de Didática da Faculdade de Educação da UFS, buscando contribuições pertinentes (Arquivo CECH. Manual de Estágio.1973). Conforme o Manual de Estágio, a professora Maria Olga de Andrade destacou a relevância da prática de estágio para a formação docente.

Por estágio entendem-se aqui atividades de investigação do campo de trabalho, de observação direta, elaboração, confecção e manipulação de material didático, participação e regência de classe, isto é, o tempo de prática durante o qual o professorado se habilitará a exercer a sua profissão. No estágio verifica-se o candidato ao magistério estará apto, não apenas no conteúdo, mas também no uso das técnicas didáticas de sua área de ensino (Arquivo do CECH /UFS. Manual de Estágio. 1973).

O Manual de Estágio tinha como objetivo principal facilitar a comunicação entre o estagiário e os profissionais que atuavam nas instituições escolhidas para a realização da prática de ensino. Além disso, buscava informar o estagiário sobre as atividades envolvidas e os critérios que levariam à sua aprovação. Deste modo, os professores/supervisores seguiriam as normas estabelecidas pelo Departamento de Didática, assegurando o compromisso esperado conforme as diretrizes do manual e o conhecimento adquirido durante o estágio em sua vida profissional.

Um dos requisitos estabelecidos era que o estagiário realizasse um levantamento prévio da instituição de ensino na qual iria estagiar, buscando compreender a situação dos alunos e da comunidade escolar. De acordo com o “Manual de Estágio das práticas de ensino”, o estagiário deveria obter o máximo de informações antes de iniciar sua prática na respectiva instituição de ensino. Para tanto:

Quadro 13 – Aspectos para o levantamento de dados na instituição escolar em que o estagiário iria desenvolver sua prática

Nº	Levantamento em relação à escola
1	Histórico da escola
2	Filosofia educacional, objetivos, costume
3	Currículos e programas
4	Métodos e técnicas de ensino
5	Sistema de avaliação
6	Recursos didáticos
7	Atividades extraclasse
8	Relação escola/comunidade
9	Clima educativo (entusiasmo, disposição para ensinar e aprender)
10	Se os alunos são receptivos ou resistentes e revoltosos – disciplinados ou indisciplinados
11	Se existem estima e respeito entre alunos e professores
12	Relação entre diretores, professores e alunos
13	Estrutura administrativa da escola
14	Estrutura pedagógica – grupo docente e grupo discente

Fonte: Quadro elaborado pelo autor conforme o acervo documental (Arquivo CECH/UFS. Manual de Estágio. 1973).

Ao analisarmos esse quadro, é possível observar que o “Manual de Estágio das práticas de ensino” não se preocupava apenas em supervisionar a prática docente, mas também em preparar o estagiário para sua formação profissional. Isso inclui o desenvolvimento do entendimento da cultura escolar e a compreensão do funcionamento da instituição de ensino na qual realizará sua prática. Por meio do levantamento indicado no Manual de Estágio, não apenas o aluno estaria bem mais preparado para iniciar suas atividades, mas o professor/supervisor também teria a capacidade de orientar de maneira mais eficaz o estudante/estagiário, direcionando suas atividades de acordo com a realidade da escola. Isso abrange o entendimento do clima organizacional e o nível de aprendizagem dos alunos, proporcionando uma experiência mais enriquecedora e alinhada com a prática educacional.

No quadro adiante, podemos observar os aspectos a serem observados pelos estagiários na escola-campo, conforme o Manual de Estágio.

Quadro 14 – Levantamento em relação aos alunos

Nº	Dados da observação
1	Antecedentes familiares dos alunos;
2	Procedências racial e regional dos alunos;
3	Condições econômicas das famílias;
4	Condições sociais, culturais e religiosas
5	Sexo
6	Ocupação, recreação e habilidades

7	Atitudes, motivações e apreciações;
8	Atitudes em relação ao estudo.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor conforme o acervo documental (Arquivo CECH/UFS. Manual de estágio. 1973)

Conforme o Ofício Circular nº 01/75/GR, datado de 21 de novembro de 1975, e emitido pelo então vice-reitor, José Lopes Gama, durante seu período na reitoria, este ressaltou a necessidade de estabelecer uma coordenação específica para as atividades de extensão na UFS, especialmente no que diz respeito a estágios e treinamentos de estudantes. O objetivo era garantir um controle efetivo sobre a prática de ensino. O vice-reitor informou que, em resposta a essa demanda, o Ministério da Educação e Cultura criou a Coordenadoria de Atividades de Extensão. Além disso, foram realizados seminários, palestras e visitas a outras universidades, visando à organização mais eficaz dos estágios estudantis. De acordo com José Lopes Gama, tais medidas foram implementadas para aprimorar a gestão e a qualidade dessas atividades educacionais. Ele destacou que, anteriormente, os assuntos relacionados a estágios eram tratados pelo Centro de Extensão (CECAC), que desempenhava suas funções, porém, identificou-se a necessidade de estabelecer uma coordenação específica nos departamentos para melhor gerenciamento dessas questões.

Considerando que, nas atividades de Estágio, existe o elemento técnico profissional específico de cada curso e suas implicações de relação universidade/comunidade, comuns à política de ação da UFS; considerando a crescente preocupação e política do MEC no sentido dessa integração e autonomia ao mesmo tempo, a nível até nacional (Arquivo Central/UFS. Ofício. 1975).

Segundo o reitor, a proposta de integração apresentada tinha o potencial de proporcionar treinamento contínuo aos alunos, garantindo que estes estivessem em contato constante com a realidade do trabalho. Conforme destacado por José Lopes Gama, o CECAC, estabelecido em 1971 com esse propósito, já existia para atender a essa necessidade. O anteprojeto das normas gerais para estágios estudantis, ao abordar o tema no Capítulo I do “Manual de estágio das práticas de ensino”, ressaltou que os estágios, independentemente de serem profissionais ou não, curriculares ou extracurriculares, eram considerados atividades de extensão. Portanto, tais estágios eram orientados e supervisionados pelas unidades de ensino e estavam integrados ao órgão central de extensão (CECAC). A norma estabelecida era aplicável a todos os cursos da

Universidade Federal de Sergipe, com disposições específicas adaptadas a cada área de conhecimento (Arquivo Central /UFS. Manual de estágio. 1973).

Nesse sentido, o CECAC tinha como principal objetivo realizar um levantamento das oportunidades de estágio, coordenando convênios e parcerias com a UFS. A cada semestre, elaborava um catálogo abrangente com vagas de estágio na área profissional, encaminhando-o ao reitor para análise e adoção das medidas necessárias. Além disso, incumbia ao CECAC a coordenação das ofertas de bolsas para estagiários por meio do Serviço de Assistência ao Estudante, assegurando assim o suporte e estímulo à atividade, sem comprometer a qualidade e o desempenho do estudante ao longo de todo o período de prática.

A realização e coordenação dos convênios envolviam o estabelecimento de contato com as direções de cursos interessadas na execução, sendo assessoradas pelos órgãos técnicos da UFS em questões jurídicas, financeiras e administrativas. A elaboração de um plano geral de estágios, submetido à Reitoria, tinha o propósito de fornecer informações aos estudantes sobre locais, datas de início e término, modalidades de supervisão e condições oferecidas.

Além disso, a orientação para a matrícula ficava a cargo do coordenador do estágio, que assinava, juntamente com o candidato, requerimentos, apresentação da matrícula acadêmica e histórico escolar. No Capítulo II do Plano Geral de Estágios, os estágios profissionalizantes recebiam tratamento específico, adaptando-se às condições teórico-práticas das instituições do campo de atuação. Essa abordagem distinguia-os dos estágios de prática de ensino, relacionados a disciplinas específicas. Conforme o Plano, isso não invalidava o caráter educacional e de pesquisa previsto nas atividades de extensão. A organização detalhada dos estágios pode ser visualizada no quadro a seguir.

Quadro 15 – Objetivos do Plano Geral de Estágios (1975)

Nº	Objetivos
1	Dar ao estudante uma iniciação orientada à sua prática profissional, na qual terá em vista o espírito criativo e iniciativa do mesmo;
2	Colocá-lo em contato com reais condições regionais de seu possível campo de trabalho;
3	Testar os conhecimentos recebidos com a realidade profissional;
4	Criar, alargar ou aperfeiçoar a necessidade de mercado de trabalho de nível superior na região;
5	Recolher, por meio de relatórios, dados relativos à seleção e à atualização do ensino profissional;
6	Colaborar com o plano de desenvolvimento regional.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor conforme o acervo documental (Arquivo Central/UFS. Plano geral de estágio. 1975).

Em consonância com os objetivos do estágio profissionalizante, é importante destacar que este não se configurava como uma especialização para o estudante, mas sim como um cumprimento de normas estabelecidas pela Universidade para enriquecer a experiência de conhecimento, proporcionando a integração entre a teoria e a prática do curso em questão. Vale ressaltar que, dentro da UFS, eram oferecidos treinamentos de estágios não profissionais, ou seja, realizados tanto dentro da universidade quanto em comunidades ou empresas. O programa de treinamento era desenvolvido levando em consideração os interesses dos departamentos ou setores envolvidos, bem como os recursos materiais, humanos (docentes e discentes) e financeiros disponíveis na universidade. Nos casos em que havia interesse e demanda, os departamentos precisavam ser previamente identificados e capacitados para atender às necessidades dos treinamentos. Se os interessados fossem provenientes da comunidade ou estrangeiros, eles assumiriam os custos associados à formação.

Segundo Antonio Nóvoa (1991), em uma comunicação apresentada durante o 1º Congresso Nacional da Formação Continuada de Professores, realizado na Universidade de Aveiro, foi feita uma análise da condição dos professores portugueses e da visão desgastada da profissão perante muitos observadores. Nessa perspectiva, ele justificou que a falta de um projeto coletivo que mobilizasse toda a classe estava dificultando a afirmação social da profissão docente. Conforme Antonio Nóvoa, a formação de professores deveria ser incentivada sob uma abordagem crítico-reflexiva, capaz de fornecer dinâmicas e promover a autoformação. "O estagiário deve ter conhecimento da real situação tanto dos alunos com os quais trabalhará quanto da escola e da comunidade à qual a escola pertence. A turma que ele vai lecionar deve ser a fonte de seu principal interesse" (Nóvoa, 1991).

Do ponto de vista de António Nóvoa, a experiência pedagógica não apenas fornece conhecimento, mas também contribui para a construção da concepção de saberes, tornando a formação um processo interativo e dinâmico. Isso implica que a troca de experiências compartilhadas nos ambientes de formação e nas instituições de prática docente transforma a vida tanto do formador quanto do formado. O levantamento do perfil dos alunos, delineado nos Quadros 13 e 14, não permite apenas compreender a configuração dos estudantes na instituição onde o aluno da UFS realizava seu estágio, mas também possibilita perceber um aspecto metodológico presente nas diretrizes do Manual de Estágio, que busca compreender como a influência familiar e meio em que vivem os alunos podem afetar a aprendizagem ou até mesmo a abordagem didática adotada pelo estagiário naquele ambiente educacional.

Embora o Manual de Estágio da UFS tenha servido como um guia instrutivo para orientar o desenvolvimento do estagiário em sua prática docente, é crucial ressaltar que o

estágio não era apenas uma atividade obrigatória vinculada ao componente curricular, mas também uma forma de avaliar o desempenho do discente. Portanto:

É preciso trabalhar no sentido da diversificação dos modelos e das práticas de formação, instituindo novas relações dos professores com o saber pedagógico e científico. A formação passa pela experimentação, pela inovação, pelo ensaio de novos modos de trabalho pedagógico. E por reflexão crítica sobre a sua utilização. A formação passa por processos de investigação, diretamente articulados com práticas educativas (Nóvoa, 1991, p. 16).

Ao realizar o levantamento do perfil da instituição e investigar a vida econômica, cultural e social do aluno, o estagiário compreenderia melhor o campo de trabalho e elaboraria melhor o material didático que seria usado em suas aulas. Neste sentido, a aprendizagem obtida no estágio não ficava restrito ao conteúdo ou ao conhecimento adquirido na universidade, mas também na vivência presente na realidade naquele ambiente escolar.

4.4 – RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFS

[...] a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, onde se vai, onde se permanece certas horas de certos dias. (Viñao Frago, 2001, p. 71)

Segundo o Parecer nº 672/1969 (Brasil, 1969), que alterou as resoluções do Parecer nº 292/1962 (Brasil, 1962), especialmente no que diz respeito à prática de estágio em Administração Escolar, observou-se que esta prática se limitava às atividades administrativas escolares e não proporcionava ao futuro mestre a oportunidade de vivenciar o ensino. A resolução desse parecer, aprovada em 4 de setembro de 1969, instituiu uma comissão central para a Revisão dos Currículos. No âmbito dessa revisão, foi aprovada uma resolução que definia o conteúdo e a duração dos cursos destinados à formação pedagógica. Além disso, previa a revisão nos cursos superiores, conforme as profissões regulamentadas em lei, destacando dois pontos específicos: “1) a área então denominada administração escolar e 2) a alocação do tempo de formação pedagógica no currículo de cada licenciatura (Brasil, 1969, p.2)”.

Como solução, sugeriu-se a substituição do termo Administração Escolar por Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau. Assim, o Conselho Federal de Educação, com base nos pareceres 292/62 e 672/69, incorporou as alterações na Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968, conforme estabelecido no artigo 26, por meio de resolução do Ministro da Educação e Cultura.

Art. 1º Os currículos mínimos dos cursos que habilitavam ao exercício do magistério, em escolas de 2º grau, abrangerão as matérias de conteúdos fixados em cada caso e as seguintes matérias pedagógicas: a) psicologia da educação (focalizando pelo menos os aspectos da adolescência e aprendizagem); b) Didática; c) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau. Art. 2º Será obrigatória a Prática de Ensino das matérias que sejam objeto de habilitação profissional, sob a forma de estágio supervisionado a desenvolver-se em situação real, de preferência em escolas da comunidade; Art. 3º A formação pedagógica prescrita nos artigos anteriores será ministrada em, pelo menos, um oitavo (1/8) das horas de trabalho fixadas, com duração mínima, para cada curso de licenciatura (Brasil, 1969, p. 118).

A atualização do Parecer 672/1962 promoveu modificações no currículo, destacando a inclusão de disciplinas pedagógicas como Psicologia da Educação, com enfoque na Adolescência e na Aprendizagem, Didática e Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau. A alteração mais substancial ocorreu no Item C do Artigo 1º, ao substituir Elementos da

Administração Escolar por Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau, ampliando a abrangência da habilitação profissional no âmbito do estágio. Além disso, o Artigo 2º enfatizou a obrigatoriedade da Prática de Ensino, sob a forma de Estágio Supervisionado, a ser preferencialmente realizado em escolas da comunidade.

Na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe, optou-se por manter, no âmbito do Curso de Pedagogia, o estágio integrado à Administração Escolar no 2º grau, conforme evidenciado nos relatórios de estágio supervisionado, que foram realizados no Colégio de Aplicação da UFS (CEMDAP. Relatório de estágio.1977). Essa experiência integrada proporcionou a socialização e troca de conhecimentos vivenciados em grupo, sob a supervisão do diretor do Colégio de Aplicação de Sergipe. Os projetos desenvolvidos tinham como objetivo contribuir para a construção da estrutura administrativa escolar, sendo conduzidos pelos estagiários de Pedagogia.

Segundo Libânio e Pimenta (1999), observa-se pouca alteração na Resolução nº 252/69, especialmente no tocante ao Curso de Pedagogia e sua missão de formar professores e especialistas. Os autores destacaram:

Experiências alternativas foram tentadas em algumas instituições e o CFE expediu alguns pareceres sobre 'Currículos Experimentais', mas nenhum deles, a rigor, apresenta algo realmente inovador. Possíveis 'novidades' no chamado 'Curso de Pedagogia' seriam, por exemplo, a atribuição, ao lado de outras, da formação em nível superior de professores para as séries do ensino fundamental, supressão das habilitações (administração escolar, orientação educacional, supervisão escolar etc.) e alterações na denominação de algumas disciplinas. Alterações geralmente inócuas, pois na maior parte dos casos foi mantida a prática da grade curricular e os mesmos conteúdos das antigas disciplinas, por exemplo, organização do trabalho pedagógico manteve o conteúdo da anterior Administração Escolar (Libânio; Pimenta, 1999, p. 240).

De acordo com o livro *Formar professores como profissionais reflexivos* (1992), de Donald Schon, organizado por Antônio Nóvoa, percebemos diversas abordagens em relação ao conhecimento, à aprendizagem e ao ensino. Uma delas é a noção de saber escolar, uma forma de conhecimento voltada para a aquisição e transmissão de saberes. Nóvoa (1992) destaca a importância de reconhecer a profissionalização do saber, evidenciando o significado dos modelos e práticas de formação e estabelecendo novas conexões com os professores, bem como com o conhecimento científico e pedagógico. Assim, a formação profissional é compreendida como um processo que envolve experimentação, motivação e modos de reflexão. Em relação à interação entre universidade e escola no processo de formação:

A universidade atribui-se uma capacidade de conhecimento cultural e científico, intelectual, de proximidade com a pesquisa e com o pensamento crítico. Mas esquecemo-nos de que, por vezes é apenas um conhecimento vazio, sem capacidade de interrogação e de criação. Às escolas atribui-se uma ligação à prática, às coisas concretas da profissão, a tudo aquilo que, verdadeiramente, nos faria professores. Mas esquecemo-nos de que esta prática é frequente rotineira, medíocre, sem capacidade de inovação e, muito menos, de formação dos novos profissionais (...). É neste entrelaçamento que ganha força uma formação profissional, no sentido mais amplo do termo, a formação para uma profissão (Nóvoa, 2019, p. 8).

Conforme Antônio Nóvoa, ao longo da história da educação, as universidades mostravam indiferença em relação à formação de professores, uma atitude que contrastava com outras profissões, como Teologia, Direito e Medicina. No contexto da formação de educadores, Nóvoa destaca que, por muito tempo, o interesse dos universitários em letras e ciências estava garantido pela oportunidade dos programas e dos interesses dentro de suas próprias áreas de formação, sem muito comprometimento com a preparação da profissão. Conforme observado por Pimenta e Lima (2006) sobre estágio e docência, o exercício de qualquer profissão é, essencialmente, a prática que confere significado à aprendizagem de realizar algo ou a uma ação específica. As autoras argumentam que a profissão de professor representa uma forma prática de aprender a ser professor, envolvendo a imitação, observação, reprodução e reelaboração dos modelos existentes na prática. Elas enfatizam que o exercício de qualquer profissão é técnico, pois requer a aplicação de técnicas para realizar operações e ações específicas (Pimenta; Lima, 2006, p. 8).

Os quatro relatórios destacados a seguir foram o resultado do estágio supervisionado do curso de pedagogia da FACED, que tinha como objetivo a prática dos alunos de Supervisão escolar, Administração escolar e Orientação educacional, como atividade curricular obrigatória e carga horária de 135 horas. O estágio era composto por quatro fases: “1 – observação, diagnóstico e planejamento; 2 – apresentação da estratégia, devidamente avaliada e aprovada antes de começar o estágio; 3 – avaliação dos objetivos traçados e executados; 4 – apresentação do relatório e entrevista final”. Os estágios eram realizados no Colégio de Aplicação da UFS, porém se o número excedesse o limite no CA, a coordenação de estágios reconheceria a prática em outras instituições de ensino (Arquivo Central/UFS. 1974).

A partir da análise do relatório de estágio foi possível compreender como era executado o estágio dentro do colégio de aplicação da UFS e as ações que foram desenvolvidas pelas estagiárias com supervisão da Faculdade de Educação e do Colégio de Aplicação da UFS. Portanto, as atividades passavam pela aprovação da faculdade e do colégio, contribuindo para

uma melhor compreensão da funcionalidade do Colégio de Aplicação e do modelo de ensino de uma instituição escolar dentro da Universidade.

4.4.1 – “Ação Integrada e Planejada na Instituição Educacional: Colégio de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe”

No Trabalho de Conclusão do Estágio Integrado, realizado no Departamento de Didática, Ciências Educacionais e Organização Escolar, como parte integrante do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, foi elaborada uma Ação Integrada e Planejada na Instituição Educacional: Colégio de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Este trabalho se configurou como um requisito obrigatório para o estágio Integrado – Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar do 2º grau (1977). Conforme esclarecido pela coordenação dos estágios da FACED/UFS, sob a supervisão da professora Ada Augusta Celestino Bezerra da Silva, o Trabalho de Conclusão do Estágio Integrado (TCEI) teve como objetivo sistematizar, de maneira técnica, a produção intelectual gerada pelos alunos durante suas experiências pré-profissionais proporcionadas pelo estágio integrado. Segundo a professora Ada Augusta, os estagiários tiveram a oportunidade de desenvolver ações e oferecer contribuições significativas para a instituição, desenvolvendo habilidades, ideias, conclusões, opiniões, bem como identificando limitações e possibilidades no próprio campo de estágio (CEMDAP. Relatório de estágio: Ação. 1977).

Para isso, as estudantes do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Alda Maria Duarte Araújo Castro, Eliana Melo Santos, Leonísia Mota Amado, Maria Auxiliadora Silveira, Maria Vanda Brandão Macedo, Rosa Helena Rocha Chagas e Suely Maria Prado Melo, integrantes do Grupo 1 do Estágio Integrado no período de 1977/1, realizaram suas atividades no Colégio de Aplicação da UFS. O Grupo 1 foi selecionado pela equipe de professores/supervisores para participar do projeto intitulado “Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação”.

Durante o período do estágio, o Colégio de Aplicação da UFS encontrava-se vinculado à Faculdade de Educação, o que implicava ausência de autonomia administrativa e didático-pedagógica. Conforme descrito no Relatório de Estágio I, o projeto propunha uma análise da funcionalidade do Colégio de Aplicação e sua relação de interdependência com a FACED. Essa experiência integrada foi desenvolvida em grupo, abrangendo as áreas de Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar no 2º grau, permitindo a troca de experiências em três esferas do ambiente escolar. Segundo as estagiárias:

O Colégio de Aplicação representa um subsistema para a Faculdade de Educação. Suas decisões refletem diretamente em todos os elementos do sistema, daí a grande importância e responsabilidade das duas unidades de ensino em si integram por objetivos comuns, a fim de evidenciar um comportamento sistêmico cada vez mais equilibrado harmonioso e capaz de projetar efeitos imediatos e positivos no produto processado (CEMDAP. Relatório Ação. 1977, p. 17).

Com a intenção de capacitar as estagiárias para atuarem no Colégio de Aplicação da UFS, foi concebido um ciclo de palestras com a duração de cinco dias. O objetivo era proporcionar às alunas de estágio um embasamento teórico mais sólido para sua atuação no campo de estágio. Durante as palestras foram abordadas teorias específicas relacionadas a cada função desempenhada no ambiente escolar, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 16 –Palestras realizadas para a atuação da Prática de Estágio no Colégio de Aplicação

Nº	Título	Palestrante	Objetivo
1	Projetos	Nélia de Oliveira Costa	Demonstração prática do preenchimento do projeto.
2	Rede PERT/CPM ²⁰	Ada Augusta Celestino Bezerra da Silva	Fixação e esclarecimentos sobre elaboração técnica da Rede PERT/COM.
3	Liderança	Isaura Lúcia da Fonseca Sobral	Aprofundamento técnico para aplicação na vida profissional para habilitação escolar.
4	Como preparar um relatório técnico	Nádia Fraga Vilas Boas	Processamento técnico de elaboração de relatório.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor conforme o acervo documental (CEMDAP. Relatório Ação. 1977, p).

Com base no projeto “Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação”, as alunas do Estágio I desenvolveram os seguintes objetivos: 1 – reestruturar o regimento escolar do Colégio de Aplicação; definir as funções, rever os objetivos e as novas normas disciplinares. 2 – definir a sistemática de integração da Faculdade de Educação; 3 – estabelecer as estratégias a serem utilizadas pela unidade (CEMDAP. Relatório Ação. 1977).

²⁰A técnica denominada PERT/CPM foi desenvolvida para o planejamento de projetos em torno de 1950, porém a grande semelhança entre estas fez com que o termo PERT/COM seja utilizado como apenas uma técnica (Program Evaluation and Review Technique (PERT) e CriticalPath Method (CPM). Ver em IME – USP.br. Disponível em: https://www.ime.usp.br/~rvicente/PERT_CPM.pdf. Acesso: 10 de jan de 2024.

O aprofundamento dos problemas elencados no projeto “Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação”, possibilitou o estágio integrado no Colégio de Aplicação, com o objetivo de melhorar o desempenho e integração da FACED e do Colégio de Aplicação, como laboratório da Faculdade. Para tanto, foram estabelecidas metas destacadas no subprojeto 1 – Elaboração do Plano Global do Colégio de Aplicação. As metas estabelecidas foram as descritas no quadro a seguir:

Quadro 17 – Elaboração das metas para o Plano Global do Colégio de Aplicação da UFS

Nº	Metas
1	Prover orientação aos alunos tanto para continuidade dos estudos como para a carreira técnica de nível médio;
2	Assegurar a presença efetiva dos professores da Faculdade de Educação no Colégio de Aplicação, por meio dos trabalhos de pesquisa, estágio, levantamento, experiências e outros;
3	Instituir reuniões pedagógicas de docentes de ambas as unidades pelo menos no início e fim de cada período para acompanhamento do plano didático do colégio de aplicação;
4	Fazer a revisão curricular do colégio de aplicação, incluindo a sistemática de avaliação;
5	Conseguir a presença constante da família nos trabalhos e operacionalizar as funções do círculo de pais e mestres dentro da perspectiva de um conselho comunitário;
6	Utilizar melhor o trabalho do estagiário no colégio de aplicação por meio da coordenação de estágios;
7	Conseguir uma programação da biblioteca voltada para a programação do colégio de aplicação;
8	Incentivar o uso da biblioteca e da programação de atividades extraclasse;
9	Melhorar o sistema disciplinar do colégio de aplicação;
10	Munir o colégio com o corpo técnico-pedagógico de que necessita com expediente integral no turno em que funciona o colégio;
11	Aproximar os professores da Faculdade de Educação e Colégio de Aplicação para um trabalho conjunto e produtivo;
12	Iniciar uma experiência sobre a formação especial na 5ª e 6ª séries do colégio de aplicação sob a orientação da professora do currículo da FACED.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor conforme o acervo documental (CEMDAP. Relatório Ação. 1977).

A meta 2 e a meta 6, descritas no quadro 17, apontam a necessidade de fortalecer a comunicação entre a Faculdade de Educação e o Colégio de Aplicação da UFS por meio do envolvimento de ações desenvolvidas durante o período de estágio supervisionado, bem como sinalizam a importância de uma coordenação de estágio para que haja um acompanhamento específico dos alunos no campo de estágio. As metas estabelecidas no quadro anterior fazem parte da construção de um “Plano Global” elaborado pela Faculdade de Educação, o qual tinha como objetivos fortalecer o modelo do Colégio de Aplicação da UFS e reestruturar a funcionalidade do colégio dentro da universidade.

Com a finalidade de definir estratégias para a realização do Plano Global, foi realizada uma reunião, que contou com a participação da diretora da FACED, professores responsáveis

pelo estágio, corpo técnico do Colégio de Aplicação e estagiárias. Após essa reunião ficou estabelecido que o Plano Global resultaria em um documento estruturado com orientações para um melhor funcionamento das atividades escolares do Colégio de Aplicação. A elaboração do Plano Global seria o resultado da prática do estágio das estudantes da Faculdade de Educação, por meio do Estágio Integrado I, que tinha como propósito reestruturar as funções do Colégio de Aplicação. Um dos problemas enfrentados pelas estagiárias para a execução do Plano Global foi a dificuldade do uso do programa PERT/COM, que orientava a tabulação dos dados e do tratamento dos resultados do projeto. Na ocasião os professores/supervisores decidiram que as estagiárias desenvolveriam o trabalho em nível de planejamento, ficando a implementação da técnica PERT/COM para os próximos estagiários. O programa tinha a finalidade de acompanhar os resultados e atualizar os projetos à medida que as atividades fossem desenvolvidas (CEMDAP. Relatório Ação. 1977).

A elaboração do Plano Global tinha como justificativa sistematizar o trabalho educacional, fundamentado na Lei 5.692/1971 e nas atribuições da Faculdade de Educação. Convém ressaltar que o propósito desse Plano Global era ampliar a operacionalidade, especialmente devido à parceria estabelecida com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, cujas escolas também funcionavam como campos de estágio para os alunos da FACED.

A grande vantagem entre outras de um plano global numa instituição escolar é sem dúvida nenhuma evitar ações localizadas, atividades improvisadas, soltas, que na maioria das vezes levam os elementos do sistema a se desintegrarem do todo, provocando assim uma desarmonia ou um desencadeamento no processo educativo (CEMDAP. Relatório Ação. 1977, p. 26).

Torna-se relevante destacar que a construção do Plano Global contou com a participação da comunidade escolar do Colégio de Aplicação da UFS, sob a supervisão da Faculdade de Educação e do Colégio de Aplicação. Dessa feita, os elementos de reestruturação do modelo escolar deveriam estar em consonância com a Lei 5.692/71, a legislação complementar dos Conselhos Federal e Estadual de Educação, as portarias do magnífico reitor da Universidade Federal de Sergipe e o Regimento Escolar do Colégio de Aplicação. O levantamento foi conduzido pelas estagiárias do Estágio I, com a colaboração dos professores da FACED e do Colégio de Aplicação, cujo objetivo foi envolver a escola e a comunidade na definição dos objetivos, filosofia e valores contidos no Plano Global.

O projeto foi delineado a partir das contribuições das estagiárias de Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional, que analisaram os resultados da pesquisa junto aos profissionais dos respectivos departamentos. Os professores investigaram as características psicológicas e socioeconômicas dos alunos das turmas da 5ª e 6ª séries, sob a mediação dos professores do estágio Paulo, Andriole e Maria Auxiliadora Machado. A revisão do componente curricular ficou a cargo das professoras Marta Cruz e Consuelo Maria. Todas as ações, implementações e resultados obtidos por meio do projeto seriam encaminhados à FAGED e à direção do Colégio de Aplicação.

Com base na amostragem do questionário aplicado no Colégio de Aplicação da UFS, por meio da Ação Integrada e Planejada pelas estagiárias, apresentam-se a seguir os objetivos sugeridos para o processo de reestruturação do colégio:

Quadro 18 – Pontos apresentados nos questionários para a reestruturação do Colégio de Aplicação da UFS

Nº	Pontos apresentados nos questionários para melhoria do Colégio de Aplicação da UFS
1	Melhorar o ensino e mostrar ao aluno o caminho que ele deva seguir;
2	De acordo com as exigências da pedagogia do ensino didático e psicologia da aprendizagem;
3	Melhor equipe de professores e mudar o tipo de ensino;
4	Desenvolvimento integral das potencialidades do educando, autorrealização, capacitação para o trabalho;
5	Cumprir a programação estabelecida pela equipe pedagógica, visando ao aproveitamento do aluno;
6	Sendo o colégio integrado nos seus objetivos, nada tenho a responder;
7	Estou de acordo com a organização e excelente ambiente;
8	Procurar induzir os alunos a manterem um melhor padrão de disciplina, incluindo o respeito ao próximo, preparando-os também para a vida social;
9	Formar os alunos para a vida profissional e cultural;
10	Dar melhor educação aos seus alunos, formando jovens responsáveis e disciplinados;
11	Sejam os mesmos que norteiam a Universidade;
12	Preparar o aluno para o vestibular;
13	Aliado ao preparo para o vestibular, a profissionalização do mesmo, sem descuidar do desenvolvimento artístico e esportivo do aluno;
14	Em termos de ordem e aplicação deveriam estar em 1º lugar no Estado;
15	Ensino e seleção real de valores;
16	Formar o aluno para ser um bom profissional;
17	Preparar o aluno para enfrentar a vida em qualquer seleção intelectual, moral e social;
18	Fazer com que seus alunos alcancem êxito no vestibular;
10	Uma ampliação para entender o maior número de estudantes pobres, que tenham força de vontade para estudar;
20	O Colégio de Aplicação está atingido as metas necessárias ao bom desenvolvimento do aluno;
21	Educar e ensinar ao mesmo tempo, não querer muito dos alunos;

22	Os objetivos do colégio de aplicação julgamos estar sendo alcançados, pois estão voltados para a preparação dos alunos com técnicas de nível médio, além de suas respectivas formações ao ingresso em cursos de nível superior;
23	Valorização na escolha do bom professor.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor conforme o acervo documental (CEMDAP. Relatório Ação.1977).

O quadro 18 faz parte da amostragem do questionário aplicado aos pais dos alunos pelas estagiárias. Com o objetivo de buscar alternativas para a reestruturação do Colégio de Aplicação da UFS, tendo a importância do colégio para a formação do aluno, sobretudo o aluno que buscava o conhecimento e que almejava uma carreira profissional. No quadro supracitado também é perceptível que, apesar das sugestões que foram apresentadas como pontos de melhoria, a comunidade escolar entendia a instituição de ensino como uma oportunidade, visto que tinha bons professores. A colaboração dos pais dos alunos foi considerada pelas estagiárias como uma contribuição fundamental no processo de reestruturação do Colégio de Aplicação, por meio da integração com a Faculdade de Educação.

Após o levantamento dos dados pelos estagiários, foi apresentada à Faculdade de Educação e ao Colégio de Aplicação a proposta de alteração do Regimento do Colégio. Conforme os dados destacados no projeto, a coleta foi realizada com uma amostra dos pais dos discentes de todas as séries do Colégio de Aplicação, sendo distribuídos 97 questionários. No entanto, apenas 35 foram respondidos e analisados na amostragem.

O resultado da amostragem também observou como estava estruturado o sistema organizacional do Colégio de Aplicação da UFS, e nela foram enfatizadas suas condições físicas e funcionais, bem como o plano pedagógico, analisados por meio do projeto. Em relação às condições físicas, a descrição das estagiárias em 1977 refletia o funcionamento de um colégio dentro de uma Faculdade de Educação. Conforme o relatório, o Colégio de Aplicação compartilhava o espaço com a Faculdade de Educação, Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas, e o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, além da Coordenação da Área de Ciências Humanas.

O Colégio de Aplicação funcionava no turno da tarde, compartilhando diversos espaços com a Faculdade de Educação. Esses espaços incluíam a portaria, biblioteca, sala de recursos audiovisuais, auditório, cantina, sala de mecanografia e sala dos professores. O colégio possuía espaços exclusivos, como a secretaria, diretoria, sala de coordenação (que também abrigava o Serviço de Orientação Pedagógica) e a sala do SOE (Serviço de Orientação Educacional).

Ao descrever o espaço físico, o prédio era considerado de boa qualidade, apresentando uma estrutura segura, com higiene e segurança adequadas para todas as modalidades de ensino. O piso era revestido de mosaico; o teto era lajeado; as paredes eram construídas em alvenaria e

outras áreas eram rebocadas e pintadas de branco. A área coberta totalizava 756,24 m², era arborizada e proporcionava um ambiente agradável. Além disso, havia uma área externa destinada à prática de esportes. Para acomodar os alunos, o Colégio de Aplicação contava com sete salas no turno da tarde; e no turno da manhã essas salas eram utilizadas para atividades artísticas e nivelamento de línguas estrangeiras (CEMDAP. Relatório Ação. 1977).

Conforme Antonio Viñao Frago, (2001), ao refletir as mudanças do ambiente escolar na história, destacou: “O espaço não é neutro. Sempre educa”.

A aceitação da necessidade de um espaço e de um edifício próprio, especialmente escolhidos e construídos, para ser uma escola, foi historicamente o resultado da confluência de diversas forças ou tendências. Algumas mais amplas, de caráter social, como a especialização ou segmentação das diversas tarefas ou funções sociais e a autonomia das mesmas, umas em relação as demais. E outras mais específicas em relação ao âmbito educativo, como a profissionalização do trabalho docente. Da mesma maneira que para ser professor ou mestre não servia qualquer pessoa, tampouco qualquer edifício ou local servia para ser uma escola. O edifício escolar devia ser configurado com um modo definido e próprio, independente de qualquer outro, em um espaço também adequado para tal fim. Isso implicava seu isolamento ou separação. Também sua identificação arquitetônica enquanto tal. Alguns signos próprios. E, no fundo, recolocar as relações entre o interno e externo, aquilo que se situava fora (Viñao Frago, 2001, p. 73).

Assim, Viñao Frago destaca que todo espaço é percebido por meio de um processo cultural e abrange não apenas o lugar em si, mas também os espaços elaborados e construídos, repletos de significados e representações. Importa ressaltar que, em 1977, o espaço compartilhado pelo Colégio de Aplicação era partilhado com a Faculdade de Educação e outras unidades da Universidade Federal de Sergipe, o que criava um ambiente comum para universitários e adolescentes. As salas e acomodações eram compartilhadas; e conforme apontado no relatório das estagiárias, a utilização conjunta do espaço entre as duas esferas era mais uma questão administrativa e econômica do que uma preocupação com a funcionalidade e harmonia do ambiente.

Com o intuito de obter informações sobre o processo de ensino e avaliação do Colégio de Aplicação da UFS, foi conduzido um diagnóstico por meio de questionários aplicados aos professores e aos coordenadores de área, representados por Cléa Maria Brandão Mendes (Estudos Sociais), José Jefferson Eusébio Ribeiro (Ciências Física e Biológica) e Lindaura Cardoso Dantas (Comunicação e Expressão). Embora 28 questionários tenham sido distribuídos, apenas 12 foram devolvidos e tabulados para o projeto.

Quadro 19 – Resultado da pesquisa para redefinição curricular do Colégio de Aplicação

Nº	Verificação dos resultados
1	Não existe um currículo pleno devidamente estruturado; o que existe, na realidade, são programações estanques;
2	Os professores que responderam ao questionário sentem dificuldades na elaboração do planejamento de ensino; para elaboração do mencionado plano preferem trabalhar com professores da mesma série e da mesma área;
3	No que diz respeito à aplicabilidade de métodos e técnicas, para consecução dos objetivos pré-fixados, os mais utilizados são: trabalhos de grupo, aulas expositivas e estudo dirigido;
4	A avaliação do ensino no citado colégio leva em consideração critérios baseados nos objetivos de conhecimento, atitudes e habilidades; é feita uma avaliação somativa e outra formativa utilizando os instrumentos: teste objetivo, teste subjetivo, exercícios e trabalhos em grupo;
5	O trabalho de recuperação é feito pelo professor paralelamente, após a avaliação somativa, e por unidade de assunto dado; tal recuperação tem função corretiva e preventiva;
6	Quanto aos materiais de intuição, os mais utilizados são livros, quadro de giz, em seguida cartazes e flanelógrafos;
7	Os professores mantêm um bom relacionamento entre a direção e os alunos do Colégio de Aplicação como também com a direção da Faculdade de Educação;
8	Quanto à participação nas atividades extraclasse promovidas pelo centro cívico, apenas alguns dos professores participam; os demais professores alegam que não participam da estrutura do estabelecimento;
9	Para o aluno lograr a promoção de um semestre para a outro, deverá obter no mínimo a média 5,0 (cinco) em todas as disciplinas, recebem no final os conceitos de atitudes e habilidade; caso não obtenha a nota mínima, o aluno irá para a recuperação; não conseguindo sucesso, passa para o curso de verão.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor conforme o acervo documental (CEMDAP. Relatório Ação. 1977).

O exposto no quadro anterior apresenta o resultado do questionário aplicado aos professores do Colégio de Aplicação e da Faculdade de Educação. Após a apresentação do diagnóstico à Faculdade de Educação, diversos pontos foram identificados como prioridades para a melhoria e o adequado funcionamento do colégio em conjunto com a FACED, a saber: 1) falta de definição dos objetivos no Colégio de Aplicação; 2) ausência de objetivos de acordo com o nível de maturidade dos alunos, por curso, séries, área e disciplina; 3) inexistência de programas que permitam a experimentação de novas técnicas e métodos de ensino; 4) insuficiência de técnicas de educação; 5) carência de orientação pedagógica (CEMDAP. Relatório, 1977, p.85).

O diagnóstico apresentado no resultado do TCEI (Trabalho de Conclusão de Estágio Integrado), Estágio I, no ano de 1977, orientado pela professora Ada Augusta Celestino Bezerra da Silva, coordenadora dos estágios da FACED/UFS, deu origem a uma ação integrada no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Essa ação articulou e integrou não apenas a FACED e o Colégio de Aplicação, mas também envolveu os pais dos alunos e professores de ambas as instituições, contribuindo para o processo de redefinição da

funcionalidade do modelo de ensino por meio da prática docente e da experimentação pedagógica. A experiência integrada proporcionou às estagiárias de Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar de 2º Grau um contato mais próximo com a comunidade escolar. Isso envolveu a articulação de diálogos, a integração de instituições, a elaboração de instrumentos de análise, a busca por parcerias e a experimentação de modelos de ensino.

4.4.2 – “Contribuição na montagem do processo de reconhecimento do Colégio de Aplicação da UFS” (1979/2)

O Estágio II, intitulado “Contribuição na montagem do processo de reconhecimento do Colégio de Aplicação da UFS” (1979/2) foi conduzido pelas alunas Avilete Cruz de Almeida, Silvana Jandira Alves, Silvia Dantas do Espírito Santo e Teresa Cristina Pinheiro Souza, por meio do Departamento de Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas. O projeto ocorreu no Colégio de Aplicação da UFS, sob a supervisão da coordenadora Ada Augusta Celestina Bezerra da Silva, professora da área de Administração Escolar, e contou com a colaboração de diversos profissionais, incluindo Euclides Redin (diretor do Colégio de Aplicação), Iara Mendes Freire (coordenadora da área de Ciências e Matemática), Lígia Madureira Pina (coordenadora da área de Estudos Sociais), Lindalva Cardoso Dantas (coordenadora pedagógica e coordenadora da área de profissionalização), Luza Mabel Magalhães de Souza (coordenadora da área de Comunicação e Expressão), Manuel Messias Vasconcelos (orientador educacional) e Maria Alene Oliveira (secretária).

O problema central identificado pelas estagiárias foi a necessidade de desenvolver um projeto para o reconhecimento oficial do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Conforme descrito no relatório do projeto, a instituição Colégio de Aplicação necessitava regularizar seus processos documentais, em conformidade com o Parecer CFE nº 3.764/74 – CE de 1º e 2º graus, Art. 12, parágrafos 1º, 2º e 3º. Ao justificar a importância do projeto, as estagiárias destacaram:

O processo de reconhecimento é importante na vida de qualquer instituição; é através dele que se procede a comprovação do regular funcionamento da escola, o que assegurará a regularidade dos estudos ministrados e dos documentos expedidos pelo estabelecimento, possibilitando a aceitação e validade dos mesmos em todo o território nacional. A principal regularização de qualquer entidade educativa de 2º grau, através de processo de reconhecimento teria que ser efetuada após o mínimo de 2 (dois) anos e o

máximo de 3 (três), a contar do ato de autorização. Seria dado ainda um novo prazo máximo de 1(um) ano para que fossem sanadas deficiências, caso fossem constatados nos estabelecimentos quando da visita da inspeção escolar (CEMDAP. Relatório Contribuição. 1979, p.2).

O não cumprimento da documentação necessária para funcionamento das unidades de ensino público, particular e federal invalidava os diplomas ou certificados expedidos após 31 de outubro de 1979, penalizando os estabelecimentos e instituições, conforme estabelecido na Portaria nº 31/78 do ministro de Estado da Educação e Cultura (Brasil, 1974). O Parecer do Conselho Federal de Educação nº 3.764 – CE de 1º e 2º graus fundamentava-se no artigo 16 da Lei nº 4.024/61 (LDB), mantida pela Lei nº 5.692/71, estabelecendo condições para o reconhecimento de escolas de 1º e 2º graus: “a) idoneidade moral e profissional do diretor e do corpo docente; b) instalação satisfatória; c) escrituração escolar e arquivo que assegurasse a verificação da identidade de cada aluno e a regularidade e autenticidade de sua vida escolar; d) garantia de remuneração condigna aos professores” (Brasil, 1974). Portanto, o reconhecimento é a continuidade do processo de autorização, concedido após um prazo mínimo para seu funcionamento e requerido ao Conselho de Educação de cada Estado, assegurando a regularidade dos estudos ministrados na instituição de ensino.

Conforme o exposto, é importante destacar que o ensino da educação profissionalizante, atendendo à Lei 5.692/71, ocorria por meio de convênios com entidades, possibilitando a especialização técnica dos alunos do Colégio de Aplicação da UFS. Desta forma, a escola estava assegurada, pois vinha cumprindo a determinação da lei, que garantia o ensino profissionalizante nas instituições de 1º e 2º graus.

Para garantir o reconhecimento do estabelecimento, as estagiárias propuseram organizar a documentação do Colégio de Aplicação da UFS por meio do levantamento das leis, como: Parecer do CFE nº 3.764 – CE de 1º e 2º graus, Parecer nº 93 (caracterização de diretor), Normas sobre escrituração e arquivo nos estabelecimentos de ensino médio do sistema federal (Parecer nº 903/65), Lei 4.024 (Arts. 16 e 17), Lei 5.692 (Art. 16), Portarias nº 3110/01/78, Parecer nº 2306/74 – CE de 1º e 2º graus e Portaria nº 501 – 19/05/52 (Cap – XXIII).

Para embasar legalmente o projeto, as estagiárias empreenderam as seguintes tarefas: coleta de legislação federal e estadual; comparação entre a legislação federal e estadual; análise da documentação presente no Colégio de Aplicação da UFS, e contato com o Conselho Federal de Educação. Após revisar toda a documentação necessária para o reconhecimento do colégio, as estagiárias, em colaboração com a supervisora Ada Augusta Celestina Bezerra da Silva,

dialogaram com a direção, coordenadores de área, coordenação pedagógica e secretaria do Colégio de Aplicação, resultando nas seguintes recomendações, elencadas no quadro que segue:

Quadro 20 – Documentação exigida para a confecção do plano de reconhecimento do Colégio de Aplicação da UFS

Nº	Documentos solicitados
1	Obter junto à direção e ao corpo docente documentos comprobatórios de sua qualificação profissional;
2	Providenciar a planta do bloco do CECH onde funciona o Colégio de Aplicação;
3	Selecionar os documentos de escrituração e arquivo escolar que integrarão o processo de reconhecimento;
4	Obter comprovantes da remuneração do corpo docente;
5	Obter junto à administração superior da UFS documentos comprobatórios, situação jurídica e fiscal da entidade mantenedora (Fundação UFS);
6	Solicitar à Pró-Reitoria de Administração da UFS a análise financeira requerida pelo processo de reconhecimento do Colégio de Aplicação;
7	Coletar fotografias das salas especiais, laboratórios e Biblioteca que servem ao Colégio de Aplicação;
8	Coletar listagem de equipamentos escolares;
9	Solicitar do grupo de trabalho uma cópia do novo regimento;
10	Elaborar um formulário e providenciar seu preenchimento pelo corpo docente referente à sua formação e disponibilidade de horário;
11	Elaborar um sucinto diagnóstico da comunidade.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor conforme o acervo documental (CEMDAP. Relatório Contribuição.1979).

Como evidenciado no quadro anterior, o processo de levantamento de toda a documentação, conforme delineado na fundamentação prática do projeto, contou com a colaboração do diretor, coordenadores, supervisores, estagiários, secretária, orientador educacional, coordenação pedagógica e professores. O primeiro passo consistiu em uma entrevista com o diretor do Colégio de Aplicação para compreender integralmente o funcionamento da instituição dentro da Universidade. Em seguida, elaborou-se um questionário que foi aplicado diretamente aos membros do Colégio, abordando seus respectivos setores de atuação. Na distribuição das atividades, as estagiárias ficaram encarregadas do levantamento da documentação, legislação, decretos e pareceres. O diretor do Colégio de Aplicação coordenou o processo de reconhecimento, enquanto a secretária, os coordenadores de área, orientador educacional, coordenação pedagógica e professores contribuíram indicando e detalhando as atribuições, atividades e projetos em desenvolvimento na escola.

Ao analisar a relevância do projeto e a participação das estagiárias na prática do estágio, assim como todo o envolvimento da equipe do Colégio de Aplicação, percebemos a importância de estruturar e consolidar o modelo de colégio de aplicação, reforçando o papel crucial do curso de pedagogia na formação de profissionais da educação. A prática do estágio em Administração

Escolar destacou quão necessária é a vivência na prática educacional dentro do espaço escolar. No livro *Pedagogia, ciência da educação?*, da autora Selma Pimenta, especialmente no capítulo intitulado “Panorama atual da didática no quadro das ciências da educação: educação, pedagogia e didática” (1996), é enfatizado que a pedagogia assume o papel de ciência da prática social da educação.

Diferentemente das demais ciências da educação, a pedagogia é ciência da prática (...) ela não se constrói como discurso sobre a educação, mas a partir da prática dos educadores tomada como referência para a construção de saberes (...) O objeto/problema da pedagogia é a educação enquanto prática social. Daí seu caráter específico que a diferencia das demais (ciências da educação) que é o de uma ciência prática e a ela se dirige. A problemática educativa e sua superação constituem o ponto central de referência para a investigação (Pimenta, 1996, p.123).

Se a pedagogia é a ciência da prática, observa-se que a prática do estágio em Administração Escolar da Universidade Federal de Sergipe, em conjunto com a equipe do Colégio de Aplicação, ofereceu um plano de reconhecimento por meio do levantamento de documentos que validassem o funcionamento do colégio em todo o território nacional. Desta feita, a instituição estaria fundamentada de maneira legal e necessária para o desempenho do ensino de 2º grau, conforme a lei vigente nº 5.692/71. O relatório das estagiárias do curso de pedagogia do Departamento de Educação/CECH da Universidade Federal de Sergipe, referente ao ano de 1979/2, registrou o processo de integração e aprofundamento da teoria/prática por meio de atividades pedagógicas, como o planejamento de políticas educacionais, assistência pedagógica, orientada e supervisionada pela direção do Colégio de Aplicação da UFS e pelo CECH da Universidade Federal de Sergipe.

4.4.3 – “Reelaboração do Organograma e Elaboração do Funcionograma do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe”

No Projeto de Estágio III, intitulado Reelaboração do Organograma do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, executado pelas estagiárias de Administração Escolar, Silvana Jandira Alves e Silvia Dantas do Espírito Santo, estas alunas foram coordenadas pelo professor Antônio Gonçalves Maynard Dias, com ações supervisionadas e executadas pelo diretor do Colégio de Aplicação, Euclides Redin, e pela secretária Maria Alene Oliveira, no semestre de 1979/1. As estagiárias realizaram um diagnóstico no Colégio de Aplicação, expondo as possíveis necessidades para a organização e funcionamento da

instituição. Ao analisar a instituição, as estagiárias Silvana Jandira Alves e Silvia Dantas Espírito Santo anunciaram:

Depois de analisar a situação do Colégio de Aplicação, campo de estágio que atualmente vem passando por um processo de transformação administrativa, decidiu voltar seus esforços para um trabalho que venha possibilitar uma melhor organização e funcionamento, no sentido de proporcionar uma maior produtividade dentro do sistema. Para isso resolvemos redefinir a linha hierárquica do estabelecimento junto ao estudo das funções que poderá repercutir na produtividade do sistema uma vez que será oferecido um referencial para o desenvolvimento eficiente e eficaz de todos os integrantes do sistema dentro de suas funções (CEMDAP. Relatório Reelaboração. 1979).

Com base no relato das estagiárias, para que o Colégio de Aplicação atingisse seus objetivos no processo de ensino-aprendizagem, era necessária uma redefinição da linha hierárquica da instituição e uma análise aprofundada de suas funções dentro do sistema escolar. É mister salientar que a percepção da falta de organização no Colégio de Aplicação, conforme relatado pelas estagiárias, possivelmente refletia a opinião do próprio Departamento de Educação e do Centro de Educação e Ciências Humanas, ao validar e compartilhar os resultados no relatório de estágio.

Para a elaboração do organograma do colégio, foram estabelecidos o objetivo geral e os objetivos específicos para proporcionar uma compreensão mais clara do plano de trabalho das estagiárias. O objetivo geral proposto foi desenvolver o organograma do Colégio de Aplicação da UFS, redefinindo sua linha hierárquica e analisando suas funções para um melhor desenvolvimento da instituição. Os objetivos específicos delineados incluíram a proposta de redefinição da linha hierárquica da escola; facilitação do fluxo de comunicações dentro do colégio; promoção da visualização da estrutura formal da escola; explicitação das atribuições dos diversos setores da escola, visando aprimorar a atuação dos recursos humanos; e contribuição para a integração dos corpos técnico-administrativo e docente, visando a um plano de trabalho mais eficiente (CEMDAP. Relatório Reelaboração. 1979).

Sobre a especificação da estrutura organizacional e funcional do colégio, as estagiárias explicaram:

Este projeto será desenvolvido segundo metas, visando à elaboração de uma proposta de organograma para o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Partindo da revisão do organograma atual da escola, do estudo da Lei 5.692/71, da análise do Regimento escolar e leitura de textos legais, não deixando de levar em consideração o campo de estágio, visualizaremos a estrutura da escola, clarificando todo o relacionamento e subordinação técnico-administrativo dos elementos que a compõem e

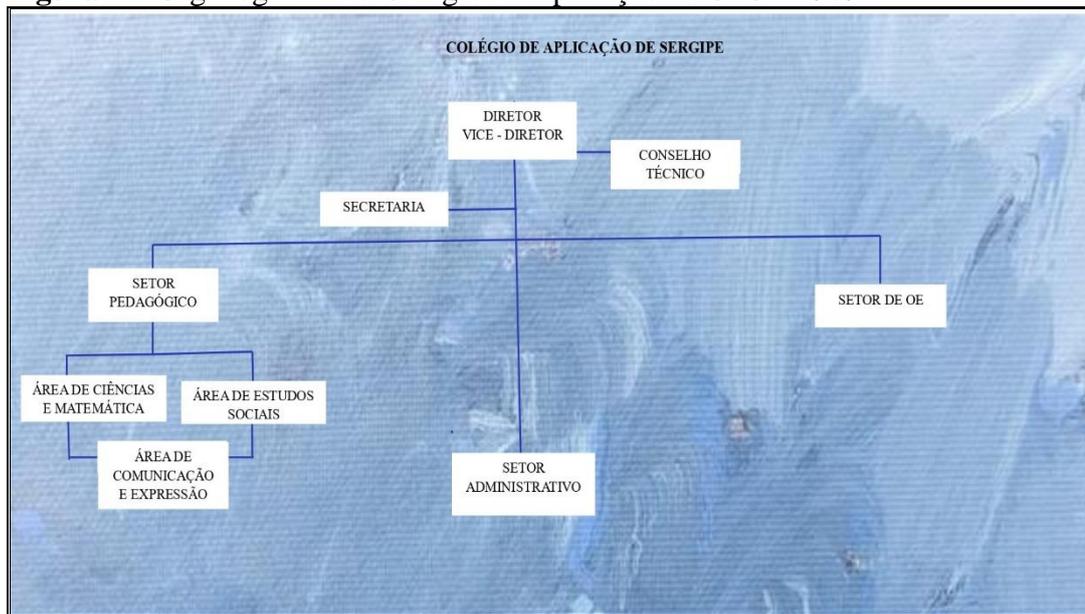
possibilitando a preservação da disciplina, da hierarquia e do itinerário das comunicações (CEMDAP, 1979).

Parte importante no relato das estagiárias Silvana Jandira Alves e Silvia Dantas do Espírito Santo traz à tona uma discussão já mencionada nesta tese, que é a integração das instituições no processo de colaboração e posicionamento das funções desenvolvidas no Colégio de Aplicação e sua relação com a FACED. Nesse contexto, observam-se evidências do pensamento do Departamento de Educação/CECH sobre a importância de uma reestruturação funcional, especialmente quando é mencionada, como um dos objetivos das estagiárias, a definição hierárquica estabelecida, deixando clara a urgência na definição das responsabilidades de cada setor.

Para a apresentação do projeto de reelaboração do organograma e elaboração do funcionograma do Colégio de Aplicação da UFS, foi realizada uma reunião no dia 27 de junho de 1979, às 14h, com a presença do diretor do Colégio, do orientador educacional, da coordenadora pedagógica, dos professores, da coordenadora do estágio e das estagiárias de administração escolar. Durante a exposição da proposta, foram destacados os objetivos do projeto, sua justificativa e metas, conforme podemos observar no relato a seguir:

Como não poderia deixar de ser, apresentamos os nossos objetivos na reunião para a equipe convidada, daí distribuimos em folhas mimeografadas, o organograma atual, a proposta do organograma que teve como fonte a direção do Colégio de Aplicação, a proposta do funcionograma, do qual foi feita uma leitura em voz alta para que os participantes da reunião pudessem acompanhar juntamente com cópia mimeografada que estava nas mãos. A partir da apresentação de todo o trabalho que foi desenvolvido durante o período do estágio, colocamos em aberto o uso da palavra para que através destas fossem feitas algumas modificações necessárias. Usando em primeiro lugar da palavra o diretor do Colégio de Aplicação, Euclides Redim, que se mostrou bastante satisfeito com o trabalho realizado pelos estagiários (CEMDAP. Relatório Reelaboração. 1979).

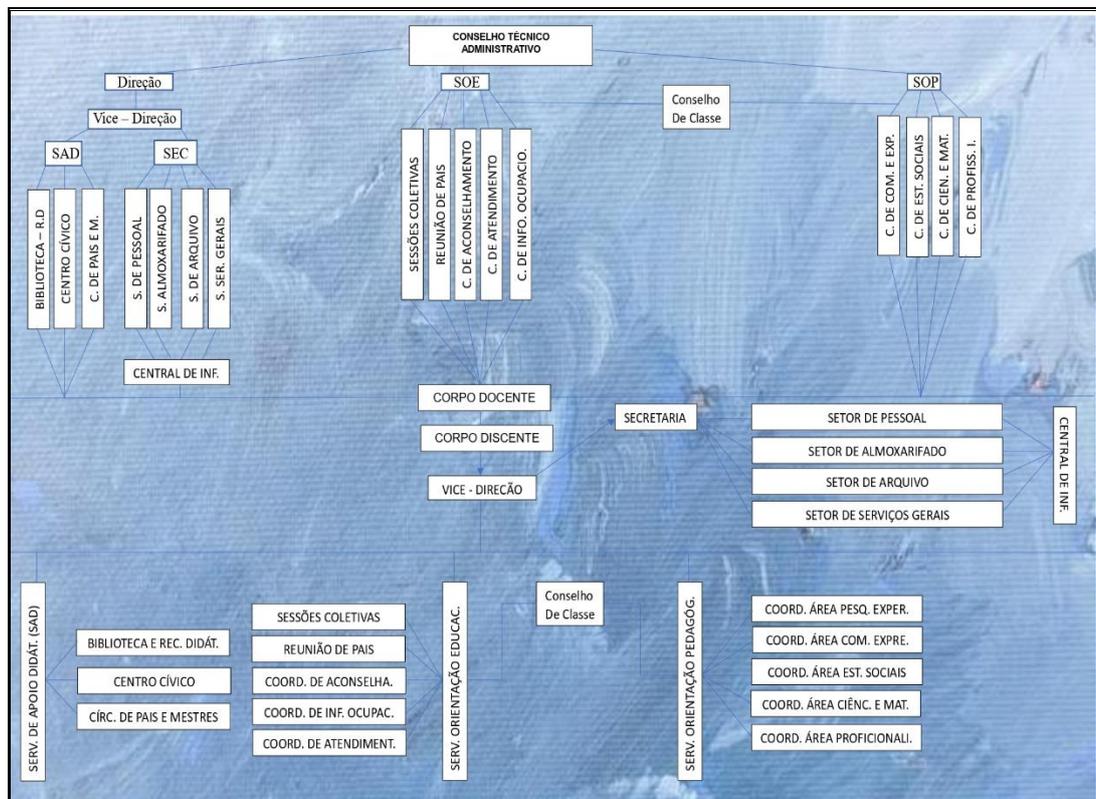
Com base no exposto, a coordenadora de estágio e a coordenadora pedagógica do Colégio de Aplicação sugeriram a inclusão de uma coordenadoria para a área de Pesquisa e Experimentação. Após a aceitação das propostas, o diretor do Colégio de Aplicação da UFS autorizou e encaminhou a nova proposta de organograma e funcionograma para regularização da documentação e atualização no Regimento. Na imagem adiante destaca-se o modelo de organograma analisado pelas estagiárias.

Figura 5 – Organograma do Colégio de Aplicação da UFS – 1979

Fonte: Elaborado pelo autor conforme a documentação do (CEMDAP. Relatório Reelaboração. 1979).

No organograma anterior, observamos que a estrutura técnico-administrativa estava restrita ao diretor e vice-diretor do Colégio de Aplicação, formando assim o Conselho Técnico da instituição de ensino. A disposição pedagógica estava no setor de Orientação Educacional, onde o coordenador abrangia as áreas de Ciências e Matemática, Estudos Sociais e a área de Comunicação e Expressão. Com a nova proposta apresentada no plano de trabalho do estágio, as ramificações do novo organograma proporcionaram uma distribuição mais eficiente nos setores do Colégio de Aplicação, ampliando áreas, setores, serviços, espaços e responsabilidades. Em comparação com os nove setores destacados no organograma anterior, foram adicionados mais 37 setores, que proporcionaram uma visão sistêmica das funções e dos cargos do Colégio de Aplicação da UFS. Adiante, apresenta-se o organograma elaborado pelas estagiárias com a colaboração do supervisor de estágio, diretor do Colégio de Aplicação, professores, secretária e coordenador pedagógico.

Figura 6 – Organograma reelaborado pelas estagiárias no Plano de Estágio 1979/1



Fonte: Elaborado pelo autor conforme a documentação do (CEMDAP. Relatório Reelaboração. 1979).

As funções do diretor e do vice-diretor foram ampliadas e especificadas, abrangendo setores como biblioteca, centro cívico, reuniões com pais e mestres, setor de pessoal, arquivo e serviços de segurança. Por sua vez, a vice-direção estava ligada à secretaria, que tinha como objetivo oferecer suporte a algumas funções já estabelecidas pela direção. Conforme o relatório de estágio, o Serviço de Orientação Educacional, destacado no organograma da figura 6, tinha como objetivo acompanhar reuniões coletivas, realizar conversas com os pais dos alunos e oferecer atendimento e aconselhamento aos discentes. Destaca-se também o Serviço de Orientação Profissional, que foi delineado conforme as áreas de conhecimento. Além disso, o Serviço de Orientação Pedagógica, além das áreas previstas no SOP, incorporou a área de pesquisa e experimentação (CEMDAP. Relatório Reelaboração. 1979).

Para validar o organograma, foi elaborado um planejamento para caracterizar as atribuições da escola, com base no Regimento Escolar de 1975. A análise das estagiárias e a apresentação do projeto durante a reunião resultaram na descrição das funções do Colégio de Aplicação da UFS, conforme detalhado no quadro que segue.

Quadro 21 – Funcionograma do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe – 1979

Nº	Setor	Organograma
1	ASSEMBLEIA GERAL	<p>Zela pela observância das leis do ensino e pelo cumprimento do plano de estágio apresentado pela Faculdade de Educação;</p> <p>Procede à análise periódica dos resultados escolares e emite recomendações julgadas convenientes;</p> <p>Propõe à direção do estabelecimento medidas julgadas necessárias à melhoria e maior objetividade do ensino;</p> <p>Indica comissões permanentes de estudos sobre matéria a ser apreciada pelo plenário;</p> <p>Aprova estatutos e regimentos das Associações existentes no Colégio;</p> <p>Participa das comemorações das datas oficiais, homenagem a pessoas gratas ou recepções a visitantes ilustres, quando convocados.</p>
2	DIREÇÃO	<p>Preside todas as atividades escolares, todos os atos e solenidade do colégio, representando-o junto à comunidade; é o responsável pela administração geral;</p> <p>Cumprir e faz cumprir as leis de ensino e as determinações legais das atividades, competentes, nas esferas de suas atribuições;</p> <p>Representa oficialmente o estabelecimento perante as autoridades federais, estaduais e municipais;</p> <p>Superintende os atos escolares que dizem respeito à administração, ao ensino e à disciplina do Colégio;</p> <p>Convoca assembleias e reuniões do corpo docente e preside-as;</p> <p>Recebe, informa e despacha petições e mais documentos, encaminhando-os às autoridades competentes pelos trâmites normais da Universidade, bem como fornece informações que lhes forem solicitadas;</p> <p>Rubrica todos os livros de escrituração do estabelecimento e assina todos os documentos relativos ao colégio;</p> <p>Dá posse ao pessoal docente, administrativo e de serviços, fazendo a necessária comunicação às autoridades competentes;</p> <p>Decide sobre o abono e justificação de faltas de professores e servidores, de acordo com as determinações superiores;</p> <p>Aplica penalidades disciplinares de acordo com a disposição do regimento escolar;</p> <p>Faz cumprir o calendário escolar anual;</p> <p>Mantém no estabelecimento o ambiente de disciplina, compressão e colaboração indispensável à educação dos estudantes;</p> <p>Responsabiliza-se pela fiel observância do Regimento didático;</p> <p>Incentiva a confraternização entre professores, servidores, alunos e pais;</p> <p>Preside as reuniões do Conselho Técnico;</p> <p>Envia o planejamento geral e o calendário escolar do ano seguinte, até dezembro, à Faculdade de Educação, para fins de organização dos estágios;</p> <p>Apresenta ao reitor relatório anual das atividades desenvolvidas;</p> <p>Responsabiliza-se pelo patrimônio afetado a serviço do colégio, apresentando relatório sempre que tal for exigido pelos órgãos competentes da UFS;</p> <p>Suspende parcial ou totalmente as atividades do Colégio dando ciência à autoridade superior;</p> <p>Apura ou manda apurar irregularidades de que venha a tomar conhecimento;</p> <p>Coordena a organização das atividades e constante atualização do regimento escolar;</p> <p>Provê e prevê condições de funcionamento da unidade quanto a recursos humanos, físicos e materiais necessários;</p> <p>Avalia todo o trabalho e recursos humanos da escola;</p> <p>Coordena e controla as tarefas burocráticas da escola, necessária ao seu funcionamento;</p> <p>Promove atividades culturais, sociais e cooperativas, visando à integração escola e comunidade;</p> <p>Estabelece contato direto e constante com órgão da administração central;</p> <p>Divulga o planejamento das atividades escolares, na comunidade escolar e junto aos órgãos superiores;</p> <p>Mantém sempre atualizado o inventário da escola bem como o fichário do pessoal docente, técnico-administrativo e dos serviços gerais;</p> <p>Assina juntamente com o secretário documentos expedidos e outros;</p> <p>Elabora planos de melhoria das instalações e equipamentos da Escola, submetendo-os à consideração superior.</p>
3	CONSELHOR TÉCNICO-	<p>Elabora o plano geral das atividades escolares;</p> <p>Analisa e reelabora o currículo da escola acompanhando o seu desenvolvimento;</p> <p>Decide sobre as penalidades de maior gravidade atribuídas pelo regimento;</p> <p>Decide sobre situações especiais que venham a ocorrer;</p> <p>Planeja a realização de curso, palestra, simpósios para a atualização dos docentes;</p>

	ADMINISTRATIVO	Participa das reuniões solenes; Estuda e interpreta os atos legais emanados dos órgãos superiores do ensino para a sua correta aplicação.
4	VICE-DIREÇÃO	Substitui o diretor nas suas faltas e impedimentos; Planeja, coordena e supervisiona todos os serviços de apoio ao colégio; Auxilia o diretor no desempenho de suas funções; Elabora o calendário da escola junto ao diretor e ao SOEP; Organiza, controla e distribui os horários de aula; Atende ao corpo docente em suas reivindicações; Auxilia a direção nos problemas disciplinares de acordo com as normas do regimento; Exerce por delegação do diretor qualquer das atribuições deste; Elabora o horário de trabalho e delega atribuições aos auxiliares de serviço; Orienta o secretário quanto à distribuição das turmas, aulas, disciplinas e professores para as séries dos cursos ou habilitações mantidas pelo estabelecimento.
5	SECRETARIA	Organiza e mantém em dia a escrituração escolar, sem rasuras e emendas; Organiza o arquivo de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e a poder atender prontamente a qualquer pedido de informação; Cumprir e faz cumprir os despachos de determinações do diretor e/ou vice-diretor; Controla a frequência do pessoal docente, técnico e administrativo da escola; Solicita, recebe, confere, guarda e distribui material necessário ao bom funcionamento da escola; Encarrega-se dos serviços datilográficos da escola; Tem devidamente atualizada a legislação referente ao sistema de ensino; Elabora relatório, atas e correspondências.
6	SERVIÇO DE APOIO DIDÁTICO	Fornecer elementos necessários ao enriquecimento dos trabalhos pedagógicos, consultas e pesquisas bibliográficas; Organiza, controla e conserva o acervo bibliográfico da escola; Divulga junto aos professores a relação atualizada dos livros e publicações existentes; Controla e conserva os materiais didáticos disponíveis; Desenvolve os valores morais, cívicos e espirituais do educando em ambiente de liberdade democrática, civismo e disciplina; Promove a interação do colégio e a comunidade local bem como comemorações e atividades cívicas; Promove o envolvimento dos pais na obra educativa desenvolvida pela escola.
7	SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	Orienta, acompanha, controla e avalia o trabalho discente e docente; Organiza o planejamento geral do Serviço de Orientação educacional; Apresenta atividade semestral de atividades; Registra dados e organiza o fichário referente aos alunos que estiveram sob sua orientação, mantendo-o atualizado; Caracteriza a clientela escolar de modo a facilitar a flexibilidade nas atividades pedagógicas, possibilitando o atendimento às diferenças individuais; Possibilita ao aluno o autoconhecimento pela percepção e análise dos seus sucessos e fracassos e pela descoberta dos seus conhecimentos e aptidões constatadas por meio da participação nas atividades programadas; Assessora o professor na exploração da abertura vocacional que cada área pode oferecer ao aluno; Acompanha o planejamento e realização de execuções, visitas, estudos do meio e entrevistas, os quais possibilitarão aos alunos uma visão das oportunidades que possam ser oferecidas; Realiza entrevistas individuais ou sessões em grupo, visando a um maior contato, sondagem de aptidões, informação ocupacional à iniciação para o trabalho; Participa do planejamento das atividades extraclasse; Acompanha o controle, o rendimento escolar do aluno em integração com a equipe de supervisão pedagógica; Preside as reuniões do Conselho de Classe; Mantém o entrosamento com as famílias para que haja uma participação efetiva destas no processo educativo.
8	SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA	Coordena e supervisiona a assistência pedagógica com vistas aos objetivos visados pelo ensino de 1º e 2º graus; Responsabiliza-se pelo planejamento didático-pedagógico, acompanhando e avaliando o trabalho docente, assim como o processo global do ensino-aprendizagem; Coordena e supervisiona os trabalhos de coordenação das áreas de ensino; Submete a aprovação do Conselho Departamental, no início do ano letivo, o planejamento integral do Colégio de Aplicação; Realiza reuniões pedagógicas com os professores das disciplinas, áreas de estudos e atividades, assessorando na elaboração dos planos; Promove palestra na semana de informação ocupacional e profissional;

	Participa junto à equipe de orientação educacional nas atividades de integração Escola-Família-Comunidade; Organiza e mantém arrumado o arquivo de documentação da equipe de supervisão; Zela pela concretização dos objetivos da escola; Elabora relatórios das atividades da equipe de supervisão.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor conforme o acervo documental do (CEMDAP. Relatório Reelaboração. 1979).

A elaboração do organograma, realizada pelas estagiárias Silvana Jandira e Silvia Dantas do Espírito Santo, teve como ponto de partida os elementos do Regimento Escolar do Colégio de Aplicação, do ano de 1975. O propósito principal foi a reestruturação do organograma da instituição, promovendo discussões sobre a relevância de manter uma administração descentralizada. Em colaboração com a direção da escola, foram estabelecidas as diretrizes para a inclusão dos órgãos no organograma e funcionograma, com base no regimento do Colégio de Aplicação da UFS. Grande parte das atribuições destacadas no organograma de 1979, elaborado pelas estagiárias, foi incorporada. Das 17 responsabilidades destinadas ao diretor no organograma, todas se encontram contempladas no Regimento de 1981. Da mesma forma, 13 das funções atribuídas ao Serviço de Orientação Educacional (SOE) estavam previstas no novo regimento.

O SOE teve seu objetivo ampliado, incluindo responsabilidades como orientação vocacional, acolhimento, acompanhamento e encaminhamento para a escolha profissional. Destaca-se, ainda, que o antigo Serviço de Orientação Pedagógica foi substituído por Supervisão Escolar, cujas atribuições englobam a divulgação de pesquisas e experiências pedagógicas, coordenação de planejamentos, avaliação, treinamentos, observação do rendimento escolar e colaboração no desenvolvimento curricular. Essas propostas não constavam no organograma inicial elaborado pelas estagiárias.

Além disso, o setor de Supervisão Escolar ficou responsável por quatro coordenações de área: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências e Matemática, Profissionalização. Os propósitos dessas áreas eram assessorar e supervisionar o planejamento das atividades curriculares, a programação e a adequação dos conteúdos. Das 12 atribuições da secretaria, oito estavam destacadas no Regimento. Entre as alterações realizadas na secretaria, ressalta-se a inclusão da responsabilidade de redigir e subscrever os editais de convocação para exames e matrículas. A secretaria, vinculada diretamente à vice-direção, tinha como objetivo principal auxiliar nos serviços burocráticos da escola.

4.4.4 – “Plano de Implementação da Recuperação Paralela na 1ª série do 2º grau”

O projeto de Estágio IV, denominado Plano de Implementação da Recuperação Paralela na 1ª série do 2º grau, conduzido pelas estagiárias de Supervisão Escolar, Maria Carmen de Melo Macedo e Laurinete Santos da Silva, teve como meta a implementação de ações de recuperação paralela junto aos alunos das 1ªs. séries do 2º grau do Colégio de Aplicação da UFS, ocorrida no 1º semestre de 1980. A partir da análise das notas dos alunos, as estagiárias diagnosticaram que as disciplinas com menor desempenho nas turmas da 1ª série eram Matemática e Geografia (CEMDAP. Plano de Implenetação.1980).

O objetivo das estagiárias era implantar um programa de recuperação paralela, visando a sensibilizar professores, monitores e alunos para a relevância da recuperação de notas, abordando as dificuldades individuais e proporcionando novas oportunidades de aprendizado. Para a elaboração do projeto, as estagiárias colaboraram com os professores do Colégio de Aplicação na identificação dos conteúdos a serem recuperados, realizaram um levantamento dos alunos com desempenho insatisfatório e ressaltaram a importância das fichas didáticas e da seleção de monitores em sala de aula.

No que diz respeito ao papel dos monitores, as atividades eram conduzidas por dois monitores em cada turma, sob a supervisão do professor regente. A seleção dos monitores baseava-se na aceitação e no interesse pessoal do aluno em auxiliar os colegas no reforço dos conteúdos, avaliando o envolvimento nas aulas, a participação, o cumprimento de tarefas, o bom relacionamento com os colegas e o dinamismo (CEMDAP. Plano de Implenetação.1980). Quanto às ações de recuperação e ao trabalho de monitoria, as estagiárias relatam o seguinte:

Essas atividades transcorreram num clima de harmonia e boa aceitação por parte dos alunos em recuperação, devido ao bom desenvolvimento dos monitores que souberam transmitir os conteúdos e foram bastante comunicativos, contribuindo assim para um resultado satisfatório na pós-avaliação. Na sequência dos trabalhos, foi distribuído entre monitores, professores da disciplina de matemática e alunos de recuperação, e das fichas de avaliação, objetivando colher informações a respeito do seu desenvolvimento (CEMDAP. Plano de Implenetação.1980).

Conforme relatado pelas estagiárias, a ficha de autoavaliação aplicada aos alunos/monitores e aos professores ao término do estágio revelou dificuldades relacionadas à disponibilidade de horários para a execução das ações e atividades propostas no plano de estágio. Como medida para aprimorar o desempenho dos alunos na avaliação, Maria Carmen

de Melo Macedo e Laurinete Santos da Silva orientaram que, caso um aluno obtivesse uma nota abaixo da média na pré-avaliação e viesse a realizar a avaliação da unidade, a nota obtida nessa última etapa não deveria ser inferior à anterior, mantendo assim a nota mais alta, a fim de evitar a diminuição da média global.

No decorrer do desenvolvimento do projeto de recuperação paralela, foram identificadas diversas dificuldades no Colégio de Aplicação, para as quais foram adotadas as seguintes sugestões, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 22 – Plano de Implementação de Recuperação Paralela

Nº	Dificuldades encontradas	Medidas adotadas
1	A meta prevista no plano abrangendo a disciplina geografia não foi totalmente atingida no período previsto. Como também falta de interesse por parte dos alunos a serem recuperados devido ao fato de eles já estarem reprovados em quase todas as disciplinas;	Contatos contínuos com o professor, a fim de ver se seria possível ele dar mais uma oportunidade aos alunos através da R.P. na unidade de estudo seguinte.
2	Incompatibilidade de horário do estágio com o dos professores das disciplinas Matemática e Geografia.	Alteração dos horários previstos para estágio, utilizando-se inclusive de troca de turnos a fim de se realizar as atividades de R.P.
3	Falta de horário disponível pelos alunos e monitores para a realização da R.P. devido à carga horária abrangente das aulas;	
4	Semana dos jogos estudantis que contribuiu para o atraso da realização das atividades.	

Fonte: Elaborado pelo autor conforme o acervo documental (CEMDAP. Plano de Implementação.1980).

As estagiárias de Supervisão Escolar propuseram vivenciar o desempenho escolar nas disciplinas de matemática e geografia, percebendo a necessidade de aplicar a recuperação paralela no sistema de avaliação da aprendizagem do Colégio de Aplicação da UFS, possibilitando mais uma oportunidade aos alunos com baixo desempenho nas disciplinas. A média de aprovação era 5,0 (cinco vírgula zero), por disciplina, áreas de conhecimento e atividades. De acordo com o Regimento Interno (1981) do Colégio de Aplicação da UFS, a recuperação paralela aconteceria se atingisse 75% de insuficiência na aprendizagem dos alunos; sendo assim, era obrigada a inclusão do conteúdo no próximo planejamento, para que não houvesse perda ao estudante (CEMDAP. Regimento. 1981). Conforme as estagiárias, o professor de matemática entendeu que o estágio proporcionou avanços no aproveitamento dos alunos que estiveram para recuperação, bem como recebeu avaliação positiva dos monitores e dos alunos que fizeram parte do processo.

Conforme destacado por Pimenta (1996), “os ambientes nos quais ocorrem as práticas educativas, como as escolas e outras instâncias situadas em determinado tempo e espaço, constituem o terreno de atuação dos professores”. Nesta perspectiva, os relatórios de estágio analisados nesta seção representam o desdobramento de um produto entregue no Colégio de Aplicação da UFS, a partir de uma proposta curricular. Os estagiários não apenas realizaram atividades práticas, que proporcionaram conhecimento, análise e reflexão, mas também desempenharam um papel de intervenção que englobou a comunidade escolar, estabelecendo uma integração entre as instituições Colégio de Aplicação e o Departamento de Educação da UFS. É perceptível que a prática de estágio não era apenas uma disciplina obrigatória no currículo, mas também um espaço de construção do saber e um campo essencial para o desenvolvimento do conhecimento e da atuação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa é, por natureza, um produto flexível que pode ser alterado ao longo do caminho percorrido pelo próprio pesquisador. Este movimento evidencia-se à medida que os rumos da tese são influenciados pelo aprofundamento no objeto de estudo, pelas leituras realizadas, pelas orientações recebidas, pelo exame de qualificação e pelo diálogo constante com as fontes. A elaboração da presente tese também seguiu o curso natural do pesquisador, pautado no respeito aos métodos, ao tempo e aos espaços de memória. Nessa trajetória, destaca-se o CEMDAP como o local de relevância para a conclusão deste trabalho, pois desempenhou um papel fundamental na compreensão do modelo de ensino do Colégio de Aplicação, conforme delineado no recorte temporal estabelecido pela pesquisa, abrangendo o período de 1959 a 1981.

Com a criação do modelo de colégio de aplicação no Brasil, por meio do Decreto-Lei nº 9.053, de 1946, o Governo Federal determinou a fundação de ginásios de aplicação, mantidos pelas Faculdades de Filosofia. O objetivo era servir como campo de estágio docente e de experimentação pedagógica para alunos das licenciaturas matriculados no curso de Didática. Conforme Ernesto de Sousa Campos, o colégio de aplicação representaria avanços na educação, visto que seria modelo para outras instituições de ensino. Por ser um campo experimental, os estagiários estariam mais preparados para atuar no ensino secundário.

Por meio do mencionado decreto, foi criado, em 1959, o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe pela entidade mantenedora Sociedade de Cultura de Sergipe, com Dom José Vicente Távora, bispo da Diocese, como presidente. Após a criação do Ginásio de Aplicação da UFS, surgiram novas configurações e redefinições do modelo “colégio de aplicação”, sobretudo com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961, que ofereceu mais autonomia para os órgãos estaduais e municipais (Brasil, 1961).

Com a aprovação do Parecer nº 292/1962, por meio do Conselho Federal de Educação, surgiram novos direcionamentos quanto à prática de estágio. Com isso, o colégio de aplicação não seria o único campo para a realização da prática docente das Faculdades de Educação. Um novo parecer foi publicado pelo Conselho Federal de Educação em 1969, de nº 672/1969, o qual alterou novamente a prática de estágio nas instituições. Conforme o parecer, a prática de estágio em Administração Escolar do curso de Licenciatura em Pedagogia estava limitada às atividades administrativas e não proporcionava a vivência dos futuros docentes ao estágio supervisionado em sala de aula. Como solução, sugeriu-se a substituição do termo

Administração Escolar por Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau, destinando uma carga horária maior para a formação pedagógica.

O processo de configuração do modelo Colégio de Aplicação da UFS e sua funcionalidade junto à Faculdade de Educação resultaram na criação de um projeto denominado “Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação”. Elaborado pela direção da Faculdade de Educação e seus professores, o projeto estabeleceu um prazo de 10 meses para uma maior articulação entre o Colégio e a Faculdade, gerando a partir do projeto diversas reuniões para alinhamento e responsabilização pela nova reestruturação do modelo (CEMDAP. Posicionamento. 1976).

O relatório de atividades desenvolvidas pela FACED mostrou que a Faculdade de Educação fez um plano para registrar ações desenvolvidas junto ao colégio de aplicação da UFS, visando a uma maior integração. No “Relatório de Atividades da FACED 1973-1977”, a diretora da FACED, Maria Olga de Andrade, destacou que a função da Faculdade de Educação era melhorar a qualificação dos docentes, promovendo cursos e seminários, e ressaltou a importância do Colégio como espaço de experimentação e prática de estágio (CECH/UFS. Relatório FACED.1977).

Os questionários aplicados aos corpos discente e docente do Colégio de Aplicação da UFS, pais de alunos e corpo docente do colégio de aplicação revelaram problemas que impediam exercer a natureza do colégio de ser uma escola de 1º e 2º graus. As sugestões incluíam o retorno dos exames de seleção para ingresso no colégio, a estruturação da equipe pedagógica, acompanhamento das ações desenvolvidas e melhorias nas questões estruturais, como laboratórios e biblioteca (CEMDAP. Posicionamento. 1976).

O levantamento das respostas do questionário problematizou a falta de articulação entre a Faculdade de Educação e o Colégio de Aplicação em relação às suas funções e configuração como modelo de experimentação pedagógica e prática docente. O projeto e seus resultados geraram o “Relatório de Reestruturação do Colégio de Aplicação da UFS” (1977), que concluiu que a instituição não estava cumprindo suas funções de acordo com os objetivos da Universidade Federal de Sergipe e da Faculdade de Educação. A proposta para 1978 era transformar o Colégio de Aplicação em um laboratório pedagógico para o desenvolvimento de estudos e experiências educacionais, além de campo de estágio para as habilitações oferecidas pela FACED.

Dessa maneira, o Colégio de Aplicação foi orientado a divulgar mais suas ações pedagógicas na rede de ensino e a criar uma equipe técnica para controle e planejamento das atividades realizadas. A estrutura deveria fortalecer o ensino profissionalizante, conforme a Lei

5.692/71, que determinava a profissionalização do ensino de 2º grau. O resultado desse relatório de reestruturação evidencia que a FACED, ao justificar a necessidade de redefinição das funções e da necessidade de fortalecer os vínculos com o Colégio de Aplicação da UFS, entendia que a solução para a reestruturação estaria na integração do corpo docente à FACED, bem como a eliminação da direção e vice-direção do Colégio de Aplicação, cujas funções ficariam na dependência da direção da FACED, criando assim no Colégio uma coordenação administrativa e uma coordenação pedagógica.

Em 1979, o Colégio de Aplicação da UFS definiu um plano de trabalho para fortalecer uma “Escola de experimentação, de pesquisa e demonstração”. O Relatório “Definições Básicas do Colégio de Aplicação” (1979) propôs mudanças na organização do serviço de coordenação pedagógica, sistematizando encontros e reuniões para integração com o Centro de Educação e Ciências Humanas. Foram implementados projetos integrados com o curso de licenciatura em pedagogia, por meio de estágios em supervisão escolar, orientação educacional, psicologia da aprendizagem e administração escolar, além de parcerias com o Centro de Ciências Biológicas e atividades com estagiários de Medicina da UFS.

Os quatro relatórios de estágios analisados nesta tese foram resultados do estágio supervisionado do curso de Licenciatura plena em Pedagogia da Faculdade de Educação, integrando Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar do 2º grau. As atividades passavam pela aprovação da Faculdade e do Colégio, contribuindo para uma melhor compreensão da funcionalidade do Colégio de Aplicação e do modelo de ensino de uma instituição escolar dentro da Universidade. As ações do estágio tornaram-se intervenções por meio dos projetos de reestruturação desenvolvidos pela FACED no Colégio de Aplicação da UFS. Como o colégio era campo de estágio, os projetos eram apresentados à direção da escola e avaliados conforme o planejamento do Colégio de Aplicação da UFS. Após o relatório “Definições Básicas do Colégio de Aplicação 1979” enviado à FACED, vários projetos foram apresentados à direção do Colégio, mas muitos foram negados.

As orientações para o aprimoramento do modelo do colégio de aplicação foram gradualmente elaboradas em conformidade com as alterações nas leis e com o avanço dos estudos, visando a uma redefinição de suas práticas pedagógicas. No caso específico do Colégio de Aplicação da UFS, as evidências apresentadas no projeto refletem a preocupação da equipe pedagógica e dos professores da Faculdade de Educação e do Colégio de Aplicação em alinhar responsabilidades e objetivos. A perspectiva de desenvolvimento do Colégio de Aplicação da UFS levou à necessidade de uma comunicação mais direta com a Faculdade de Educação, como evidenciado pela pesquisa realizada no âmbito do projeto. A relação entre o Colégio de

Aplicação e a Faculdade de Educação exigiu uma reflexão profunda para superar desafios e redefinir responsabilidades diante da nova realidade educacional.

Esta pesquisa não teve a pretensão de esgotar a temática, mas sim de traçar um panorama do crescimento do modelo de colégio de aplicação ao longo do tempo, acompanhando o desenvolvimento contínuo da educação, ao considerar os avanços, retrocessos, implementação de novas políticas educacionais e as transformações sociais, culturais e econômicas na sociedade.

FONTES

1. Documentação do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Caderno de Memórias 25 Anos (1967-1992): Jubileu de Prata, 1992. (pacotilha 22).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Regimento interno do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe, 1960. (pacotilha 25).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Documentos da Fundação do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe, 1959. (pacotilha 94).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Histórico do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe. (pacotilha 95).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Regimento interno do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe, 1975a. (Pacotilha 25).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Regimento interno do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Sergipe, 1981. (Pacotilha 25)

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Relatório do futuro Ginásio de Aplicação (1959). (Pacotilha 25)

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Relatório de observação sobre o ensino de 1º e 2º graus. (Pacotilha 91).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. I Simpósio Educacional – O professor das séries iniciais do ensino de 1º grau: formação e atuação (Pacotilha 194).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. “Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às normas e funções na Faculdade de Educação” (Pacotilha 29).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. V Encontro Nacional de Escolas de Aplicação. (Pacotilha 92).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Definições básicas do Colégio de Aplicação UFS – 1979 (Pacotilha 107).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Anteprojeto de assessoramento técnico-pedagógico do Colégio de Aplicação da UFS. (Pacotilha 25).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Relatório de observação sobre ensino de 1º e 2º graus (1974), do Colégio de Aplicação de Sergipe no Centro de Recursos Humanos João Pinheiro e Centro Pedagógico da UFMG (1974). (Pacotilha 12).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. V Encontro Nacional de escolas de aplicação, que ocorreu no período de 29 de março a 1º de abril de 1982, Recife, Pernambuco (1982). (Pacotilha 66).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Ação Integrada e Planejada na Instituição Educacional: Colégio de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Trabalho de Conclusão do Estágio Integrado, realizado no Departamento de Didática Ciências Educacionais e Organização Escolar, como parte integrante do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (1977). (Pacotilha 11).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. "Contribuição na montagem do processo de reconhecimento do Colégio de Aplicação da UFS" (1979/2). Trabalho de conclusão do estágio Departamento de Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas (1979). (Pacotilha 11).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Reelaboração do Organograma e Elaboração do Funcionograma do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe 1979/1. Trabalho de conclusão do estágio em Administração Escolar (1979). (Pacotilha 13).

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS. Plano de Implementação da Recuperação Paralela na 1ª série do 2º grau 1980/1. Trabalho de conclusão do estágio em Supervisão escolar (1980). (pacotilha 45).

2. Documentação do Programa de Estudos e Documentação e Sociedade da UFRJ (PROEDES)

CAP 001 EP 001 28/12/1945 Relatório Planos de organização interna de um colégio de demonstração de ensino, a ser instalado anexo à Faculdade Nacional de Filosofia.

CAP 001 EP 002 16/1/1946 Ofício nº 22 Relatório para estudo sobre a organização e instalação do Colégio.

CAP 001 EP 003 16/1/1946 Carta Funcionamento do Colégio de Aplicação nas dependências da Fundação Getúlio Vargas.

CAP 001 EP 004 19/5/1946 Ofício S/N Elaboração de um Plano e Projeto para a criação do Ginásio de Aplicação.

CAP 001 EP 010 Projeto de Estatuto do CAP.

CAP 002 OC 006 29/6/1948 Artigo de jornal “Renovar os métodos de ensino em nossas escolas secundárias” (O Jornal).

CAP 018 LEG 088 11/5/1905 Regimento interno do CAP.

CAP 018 LEG 089 12/12/1958 Projeto de Regimento Projeto de Regimento do CAP artigos 228/260.

CAP 018 LEG 090 11/5/1905 Projeto de Regimento Projeto de Regimento interno do CAP artigos 228/292.

3 – Documentação do Arquivo Central da UFS

ARQUIVO CENTRAL. Sugestões para a reestruturação do CA, 1977.

ARQUIVO CENTRAL. Ofício. nº 13/79/CA ao Magnífico Reitor da UFS.

ARQUIVO CENTRAL. Jornal Gazeta de Sergipe: A Universidade por dentro: o Colégio de Aplicação, 1978.

ARQUIVO CENTRAL. Sugestão para a reestruturação do Colégio de Aplicação UFS 1978.

ARQUIVO CENTRAL. Posicionamento do Colégio de Aplicação em relação às suas funções na Faculdade de Educação.

ARQUIVO CENTRAL. Normas para admissão no Colégio de Aplicação. Diário de Aracaju, quinta-feira, 28/12/78.

ARQUIVO CENTRAL. UBIRAJARA, Eduardo. Uma sugestão para a UFS. Gazeta de Sergipe, 26/04/78.

ARQUIVO CENTRAL. NUNES, Maria Thetis. “O objetivo dos colégios de aplicação. Jornal A Cruzada, de 22 de março de 1969.

ARQUIVO CENTRAL. Relatório de Atividades FACED (1973 – 1977).

4- Documentação do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH)

CECH. Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas. **Relatório das atividades da Faculdade de Educação, 1976.**

CECH. Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas. **Manual de estágio da FACED, 1973.**

CECH. Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas. **FACED (1973 – 1977).**

5 Jornais

DUARTE, Pe. João Cabral. A Cruzada. Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Aracaju/SE, 19 de novembro de 1950. Ano XVI, nº 677. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 08 de abril de 2021.

DUARTE, Pe. João Cabral. A Cruzada. Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Aracaju/SE, 1º de abril de 1951, ano XVII, nº 695. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em: 09 de abril de 2021.

DUARTE, Pe. João Cabral. A Cruzada. Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Aracaju/SE, 25 de dezembro de 1952, ano XVIII, nº 732. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em 11 de abril de 2021.

DUARTE, Pe. João Cabral. A Cruzada. Aula inaugural da Faculdade de Filosofia. Aracaju/SE, 7 de março de 1959, ano XXIV, nº 1081. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em 12 de abril de 2021.

A Cruzada. Inauguração do prédio da Faculdade Católica de Sergipe. Missão da Faculdade – conduzir a inteligência humana até Deus. Aracaju/SE, 4 de abril de 1959, ano XXIV, nº 1085. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em 12 de abril de 2021.

A Cruzada. Faculdade de Filosofia: prédio inaugura-se amanhã. Missão da Faculdade – conduzir a inteligência humana até Deus. Aracaju/SE, 30 de março de 1959, ano XXIV, nº 1085. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em 02 de abril de 2021.

A Cruzada. Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Aracaju/SE, 11 de março de 1951, ano XVII, nº 692. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em 02 de abril de 2021.

LIMA, Celina Oliveira. A Cruzada. Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia. Ano XXV, nº 1.170 de 17 de dezembro de 1960. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em 05 de abril de 2021.

A Cruzada. Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia. Ano XXIV. Nº 1167. 29 de agosto de 1959. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em 05 de abril de 2021.

DUARTE, Pe. João Cabral Duarte. Missão de Ação de Graças. 7 de dezembro de 1963. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em 10 de abril de 2021.

NUNES, Maria Thetis. A Cruzada. Os objetivos do Colégio de Aplicação. Ano 50. Nº 1583. 22 de março de 1969. Disponível em: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>. Acesso em 10 de abril de 2021.

DUARTE, Pe. João Cabral. A Cruzada. Implantação da Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 15 de maio de 1968.

ANDRADE, Maria Olga de. A CRUZADA. O rumo da Faculdade de Educação. Aracaju, 30 de outubro de 1968.

6. Fontes bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de [et al.]. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959** – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122 p. (Coleção Educadores).

BRASIL. **As Faculdades de Filosofia e a formação do magistério**. III Conferência Nacional de Educação. Anais -1967. INEP, 1968.

BRASIL. **Formação profissional do magistério secundário (1935)**. Conferências internacionais de Instrução Pública. Recomendações. 1934-1963. INEP, 1965.

CAMPOS, Ernesto de Souza. **Colégio de Aplicação**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. VOL. XXVIII, Jun – set. nº 67. 1957.

DREYFUS, A. **A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e sua reforma**. VOL. X, jan. -fev., nº 26. 1947.

GALVÃO, Jesus Belo. **As Faculdades de Filosofia como escolas de professores**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. VOL. XIII, set- dez. nº 37. 1949.

PENTEADO JÚNIOR, Onofre Arruda. Princípios educacionais básicos sugeridos como diretrizes para reorganização do Colégio de Aplicação. Revista de pedagogia. Ano IV – Vol. IV – nº 7. Jan-jun., 1958.

TEIXEIRA, Anísio. **O problema de formação do magistério**. III Conferência Nacional de Educação, Salvador, 1967 (Anais). Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, v. 1. 1968. p. 409-419.

7. Legislações

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Federal de Educação: Parecer 292/62, de 14 de novembro de 1962 – Fixa a parte pedagógica dos currículos mínimos relativos aos cursos de licenciatura. Relator: Valmir Chagas. Brasília: Documenta n. 10, 10 dez. 1962 p. 95-100.

BRASIL. Lei orgânica do ensino superior e do ensino fundamental na República. Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

BRASIL. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Sergipe e dá outras providências. Legislação informatizada – Decreto-lei, nº 269, de 7 fevereiro de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

BRASIL. Ensino superior no Brasil. Legislação informatizada – Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

BRASIL. DECRETO Nº 19.890, DE 18 DE ABRIL DE 1931. Organização do ensino secundário. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br> Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

BRASIL. Legislação Informatizada – LEI Nº 16, DE 12 DE AGOSTO DE 1834 – Constituição política do império. Publicação Original. Acesso em: 13 de abril de 2021.

BRASIL. LEI Nº 186, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1947. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br> . Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 9.053, DE 12 DE MARÇO DE 1946. Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br> . Acesso em: 08 de janeiro de 2021.

BRASIL. Diplomas de habilitação para o magistério. Decreto nº 739, de 16 de fevereiro de 1900. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br> . Acesso em: 18 de abril de 2021.

BRASIL. Aprova e manda observar o Regimento Interno dos Grupos Escolares e das Escolas Modelo. Decreto n.1.216, DE 27 DE ABRIL DE 1904. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br> . Acesso em: 18 de abril de 2021.

BRASIL. DECRETO N. 2.367, DE 14 DE ABRIL DE 1913
Aprova o Regulamento das escolas normaes de curso secundario e escolas anexas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961); LDB (1961). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 08 de janeiro de 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 27 de março de 2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Faculdade Nacional de Filosofia. Acesso em: 13 de abril de 2022. Disponível em: www2.camara.leg.br.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.092, de 26 de março de 1946. Amplia o regime didático das faculdades de filosofia e dá outras providências. Acesso em: 17 de abril de 2022. Disponível em: www2.camara.leg.br.

BRASIL. **Regimento do Colégio de Aplicação de Minas Gerais** [on-line] disponível na internet via correio eletrônico: cp-dir@ufmg. 20 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Regimento do Colégio de Aplicação de Goiás**. [on-line] disponível na internet via correio eletrônico: direção.cepae@ufg.br. 17 de dezembro de 2021.

8. Outros documentos

SCIELO. **Perfis de mestres**. In: CUNHA, Antonio Brito. André Dreyfus. Estud. v. 8 (22) <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000300017> Dez 2005. **Disponível em:** SciELO - Brasil - André Dreyfus André Dreyfus. **Acesso em:** 24 de setembro de 2022.

Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES). Disponível em: <https://proedes.educacao.ufrj.br/>. Acesso em: 16 de março de 2024.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **Intelectuais e guerreiros: o colégio de aplicação da UFRJ de 1948 a 1968**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.

ALMEIDA, Gisele Gomes de. **Sentidos compartilhados sobre o colégio de aplicação da UFPE: um estudo com pais e estudantes**. 2014. 290 f. Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE. 2014.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Currículos da Escola Normal Paulista (1846- 1920): Revendo uma Trajetória**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 76, nº 184, p. 665-689, set./dez, 1995.

ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. **Cartografia estudantil no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981)**. 2021. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14876>>. Acesso em: 18 out. 2023.

ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Formas de seleção de ingresso no Colégio de Aplicação da UFS. A busca por um perfil estudantil “ideal” (1969-1981). **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 27, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/126267> . Acesso em: 10 out. 2023.

CABRAL, Anne Emilie Souza de Almeida; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. Organização do Arquivo Colégio de Aplicação da UFS. intersecções entre Arquivologia e História da Educação. **Cadernos do CEOM**, Chapecó(SC),v.37,n.60,p.104-116, Jun/2024. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/7933>

CABRAL, Anne Emilie Souza de Almeida. **Organização do arquivo escolar do Colégio de Aplicação da UFS: preservação do patrimônio histórico e educacional e potencialidades para a escrita da história da educação**. 2023. 178 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17597>>. Acesso em: 18 out. 2023.

ANDRADE, Maria Clarete Borges de. **Cultura escolar no ginásio de aplicação/UFSC década de 1960**. 2009. 126 f. (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 2009.

AZEVEDO, Martha Suzana Nunes de. **O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968)**. 2008. 125 f. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

BARBALHO, Duarte de Magalhães. **O Colégio de Aplicação CAP/COLUNI da Universidade Federal de Viçosa: histórias de sucesso (memórias e identidade)**. 2008 103 f. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro (2004). Os padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933). **Revista Educação em Questão**. v. 21, nº 7. 136-160. 2004.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BARROS, Zilma Gomes Parente de. **Redefinição conceitual dos colégios de aplicação**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975.

BISPO, Marlucy Mary Gama. **O colégio de aplicação da Universidade Federal de Sergipe: entre excelência e referência**. 2018. 168 f. (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da educação**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Pierre Bourdieu: Tradução: Mariza Correa - Campinas, SP: Papirus. 1996

BRANDÃO, Zaia. **A intelligentsia Educacional: um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil**. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH; Editora da Universidade São Francisco, 1999.

BRANDÃO, Zaia. **A intelligentsia Educacional: um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil**. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH; Editora da Universidade São Francisco, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. **A escola de 1º grau e o currículo (1ª parte)**. 2ª ed. Brasília, 1980. 36 p. il. (Série Ensino Regular, 13).

CARVALHO, Jorge. **A Historiografia de Maria Thétis**. Disponível em: Nunes.<https://isto Sergipe.blogspot.com/2017/01/a-historiografia-de-maria-thetis-nunes.html>. Acesso em: 29 de julho de 2023.

BRASIL. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959 Fernando de Azevedo...** [et al.]. – Ministério da Educação (MEC). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122 p. – (Coleção Educadores).

BURKER, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

CASTRO, Cláudio de Moura. Secundário profissionalizante: prêmio de consolação? **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, (17): 41-52, jun. 1976.

COLLARES, Martinez Murta. **Colégio de aplicação da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais: a trajetória de uma escola de ensino médio no contexto universitário**. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1989.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Centro de Pesquisa Documentação e Memória no Espaço Escolar e possibilidades para o Ensino de História**. In: Instrumento: Revista de Estudos e Pesquisa em Educação. Juiz de Fora. V. 18. N. 2, jul./dez. 2016.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. Aspectos da fundação e do processo de “reconhecimento” do Ginásio de Aplicação revelados em remanescentes documentais no acervo do CEMDAP. In: PAULO, André Luiz, CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares, CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. **A Pesquisa em acervos da escola e da educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2023. p.139-168.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. A preservação do acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS e a produção de pesquisas em História da Educação. In: FERRONATO, Cristiano; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. (Orgs.). **Compreensões Historiográficas da Educação Brasileira**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/compreensoes-historiograficas-da-educacao-brasileira/>. Acesso: 20 abr. 2004.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da: **[Entrevista concedida a Isabela Cristina Salgado]** Archivoz. 2021. Disponível em: www.archivozmagazine.org/pt/entrevistacom-joaquim-tavares-da-conceicao/

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; MELO, Rafaela Cravo de. O perfil estudantil do ginásio de aplicação da faculdade católica de filosofia de Sergipe (1959-1968): uma investigação de fontes seriais do arquivo escolar. **Boletim historiariar**, vol. 08, n. 04. out./dez. 2021, p. 69-92.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CABRAL, Anne Emílie Souza de Almeida. Preservação do patrimônio histórico educacional do Colégio de Aplicação da UFS e o incremento da produção do conhecimento historiográfico da educação. RIDPHE_R. **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, SP, v. 9, n. 00, p. e023017, 2023. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/18274>. Acesso em: 17 abr. 2024.

COSTA, Maria Antônia Teixeira da. A educação secundária brasileira no ensaio de Jayme Abreu, anos de 1950. In: VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SANTANA, José Rogério; FLORENCIO, Lourdes Rafaella Santos; RODRIGUES, Rui Martinho; VÍCTOR, Díjane Maria Rocha; OLIVEIRA, Stanley Braz de (orgs). **História e Memória da Educação do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2013. p. 39-56.

CUNHA, Luiz Antônio. **“Ensino superior e universidade no Brasil”**. In: Elaine Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga (orgs), 500 anos de educação no Brasil, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP. 2005.

D'ASSUNÇÃO, José Barros. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. Diálogos – **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**. Vol. 9, núm. 1, 2005, pp. 125-141 Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Brasil.

DALLABRIDA, Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. In. Educação. Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191.2009.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Ações do centro de recursos humanos João Pinheiro para a implantação da reforma educacional pela lei n. 5.692/71**. ANPUNSP. História, desigualdades e diferenças. Em formato on-line. 2020.

GORDO, Nivia. **História da Escola de Aplicação da FEUSP (1976-1986): a contribuição de José Mário Pires Azanha para a cultura escolar**. 2010. 201 f. (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. 2010.

GUIMARÃES, Mariza Alves. **Um olhar sobre a história da organização curricular da educação física no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1959-1996)**. 2016. 158 f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2007.

INEP. **A profissionalização do ensino na Lei nº 5.692/71**. Trabalho apresentado pelo INEP à XVIII Reunião Conjunta do Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais de Educação. Brasília, 1982.

KINPARA, Minoru M. **Colégio de Aplicação e Prática de Ensino: Questões atuais**. 1997. 175 f. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP. 1997.

KRATHWOHL, D. R. A revision of bloom's taxonomy: an overview. In: **Theory into Practice**, n. 41, v. 4, p. 212-218, 2002.

LIBÂNIO, José Carlos e PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & Sociedade**. V. 20, n. 68, p. 239-277, 1999. Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-73301999000300013>. Acesso em: 22 out. 2023.

LIMA, Fernanda Maria Vieira de Andrade. **Contribuições de Dom Luciano José Cabral Duarte ao ensino superior sergipano (1950-1968)**. 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

LIMA, Valeska Alessandra de. **Colégio de Aplicação da UFRGS: práticas educativas adormecidas entre o Arquivo e a Memória Oral (1954-1981)**. 2016 122 f. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

LINO, Daisy Maria Ramos; TABACOF, Heidi; MELO, Verônica Mendes de. **História do departamento de psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae**. São Paulo: Narrativa. 2006.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. **Tendências da educação brasileira**. Organização Ruy Lourenço Filho & Carlos Monarcha. Brasília: MEC/Inep, 2002.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. **Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1978.

LUCIANO JUNIOR, Ademir Soares. **Cultura Escolar e Perfil Discente no Colégio de Aplicação da UFSC (1966-1973)**. 2010 126 f. (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 2010.

LUCKESI, C. C. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** Pátio, Rio Grande do Sul, n. 12, p. 6-11, 2000.

MACIEL, Ane Rose de Jesus Santos. **Entre fatos e relatos: as trajetórias de Carmelita Pinto Fontes e Rosália Bispo dos Santos na educação sergipana (1960-1991)**. 2016 180 f. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2016.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. Da LDB 4.024/61 ao debate contemporâneo sobre as bases curriculares nacionais. **Revista e Currículo**. São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1480 - 1511 out./dez. 2014 ISSN: 1809-3876 1480 Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo – PUC/SP.

MARTIRES, José Genivaldo. **“Flagrando a vida”**: trajetória de Lígia Pina – professora, literata e acadêmica (1925-2014). 2016. 139 f. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

MONARCHA, Carlos. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros** (Brasil – séculos XIX e XX) [recurso eletrônico] / Carlos Monarcha. Uberlândia: EDUFU, 2019.

NASSIF, L.E. CAMPOS, R.H.F. **Édouard Claparède (1873-1940): interesse, afetividade e inteligência na concepção da psicologia funcional**. Memorandum, 9, 91-104. 2005.

NÓVOA, Antonio (coord). **As organizações escolares em análise**. Lisboa. Publicações D. Quixote, 1992.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. In:___ (Org.). Os Professores e a sua Formação. Lisboa: Nova Enciclopédia, Publicações Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, Antônio. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 44, nº 3. 2019.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **O Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968)**. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

BATISTA, Eduardo Ubirajara R. O Manguezal. **Revista de Filosofia**. São Cristóvão/SE, v.2, n. 11, jul. - dez. 2021.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **A formação do professor de história da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: entre disciplinas, docentes e conteúdos (1951-1962)**. Editora UFS, 2013.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **Caminhos cruzados: itinerários de pioneiros professores do ensino superior em Sergipe (1915-1954)**. 2015. 319 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

PIMENTA, Selma G. **“Panorama atual da didática no quadro das ciências da educação: Educação, pedagogia e didática”**. In: PIMENTA, Selma G. (coord.). *Pedagogia, ciência da educação?* São Paulo: Cortez, 1996.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, maria Socorro Lucena. **Estágio e docência: diferentes concepções**. *Revista Paíesis*, v. 3, nº 3 e 4. 2006.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro/RJ, v. 5, nº 10, p. 200-212, 1992.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. 2ª ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2015.

SANTOS, Joelza de Oliveira. **Memórias de estudantes egressos do ginásio de aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1960-1968)**. 2019 103 f. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2019.

SCHON, D. In: NÓVOA, Antônio (Org). **“Formar professores como profissionais reflexivos”**. Dom Quixote, 1992.

SILVA, Nemesio Augusto Alvares. **Educação integral e o colégio de aplicação da UFS: possibilidades e limites**. 2016 231 f. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2016.

SANTOS, Elisângela Gomes dos. **O Gerenciamento documental do Arquivo Central da Universidade Federal de Sergipe**. 2014.82 f. (Graduação em Biblioteconomia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2014.

SOUZAa, Josefa Eliana. **História e memória: Universidade Federal de Sergipe. 1968-2013**. São Cristóvão: Editora UFS. 2014.

SOUZAb, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TORRES, Leonor Lima. Educação: temas e problemas. **A escola em análise: olhares sociopolíticos e organizacionais**. Nº. 12 e 13, ano 6, 2013.

USP. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Universidade de São Paulo)**. São Paulo: USP. 1953.

VALLE. Jesus Bello Galvão Rosalvo do. **Revista Confluência**. Curitiba, PR, 27/8/2001. Nº 23, 1.º semestre. Rio de Janeiro, 2002.

VARIZO, Zaíra da Cunha Melo. **Uma escola experimental democrática, da vida e para a vida (1968-1974)**. Curitiba: Appris, 2020.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e ideias educativas de Erasmo Pilotto**. Educar, Curitiba, n.18, p. 53-73. 2001. Editora da UFPR.

VILELLA, Heloísa de O.S. O Mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed.1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria do modelo escolar. **In: Educação em Revista**, Belo Horizonte, n33, jun/2001.

WEREBE, Maria José Garcia. A renovação pedagógica em França. **Revista de pedagogia**. Ano II – Vol. II – nº 3. Jan-jun, 1956.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Currículo plano – 2º grau habilitação em estatística – 1975

Educação Geral	CR	1ª S	2ª S	3ª S	Total
Língua portuguesa e Literatura nacional	22	180	150	-	330
Língua estrangeira	10	30	60	60	150
Educação artística	1	30	-	-	30
Educação religiosa	3	30	30	30	90
Geografia	4	30	30	-	60
História	4	60	-	-	60
O.S.P.B.	4	-	30	30	60
E.M.C.	2	30	-	-	30
Matemática	12	90	90	90	270
Desenho	2	30	-	-	30
Física	11	60	90	90	240
Química	11	60	90	90	240
Biologia	11	60	90	90	240
Total	97	-	-	-	1.830
.....					
Educação Especial	CR	1ª S	2ª S	3ª S	Total
Redação e expressão	5	-	-	150	150
Estudos regionais	4	90	-	-	90
Programas de saúde	4	90	-	-	90

Construção de gráficos	10	-	120	90	210
Economia e mercados	6	-	60	30	90
Estatística	12	-	120	120	240
Processamento de dados	8	-	90	90	180
Mecanografia	4	-	-	120	120
Total.....	53	-	-	-	1.170
Educação física – 180 horas – 60 por série					
Obs.: Para a formação de técnico haverá estágio de 800 horas.					

Apêndice 2 – Currículo plano – 2º grau habilitação: auxiliar de biblioteca – 1975

Educação Geral	CR	1ª S	2ª S	3ª S	Total
Língua portuguesa e Literatura nacional	22	180	150	-	330
Língua estrangeira	10	30	60	60	150
Educação artística	1	30	-	-	30
Educação religiosa	3	30	30	30	90
Geografia	4	30	30	-	60
História	4	60	-	-	60
O.S.P.B.	4	-	30	30	60
E.M.C.	2	30	-	-	30
Matemática	12	90	90	90	270
Desenho	2	30	-	-	30
Física	11	60	90	90	240
Química	11	60	90	90	240
Biologia	11	60	90	90	240
Total	97	690	660	480	1.830
.....					
Educação Especial	CR	1ª S	2ª S	3ª S	Total

Redação e expressão	5	-	-	150	150
Estudos regionais	4	90	-	-	90
Bibliografia	10	-	-		
Catálogo e classificação	10	-	-		
Hist. dos livros e das bibliotecas	6	-	60	30	90
Classificação e seleção de livros	10	-	60	90	150
Org. e adm. de bibliotecas	10	-	60	90	150
Total.....	55	90	360	480	930
Educação física – 180 horas					
Obs.: Para a formação de Técnico haverá estágio de 800 horas.					

APÊNDICE 3 – Currículo pleno – 2º grau habilitação: auxiliar em petroquímica – 1975

Educação Geral	CR	1ª S	2ª S	3ª S	Total
Língua portuguesa e Literatura nacional	22	180	150	-	330
Língua estrangeira	10	30	60	60	150
Educação artística	1	30	-	-	30
Educação religiosa	3	30	30	30	90
Geografia	4	30	30	-	60
História	4	60	-	-	60
O.S.P.B.	4	-	30	30	60
E.M.C.	2	30	-	-	30
Matemática	12	90	90	90	270
Desenho	2	30	-	-	30
Física	11	60	90	90	240
Química	11	60	90	90	240

Biologia	11	60	90	90	240
Total	97				1.830
.....					
Educação especial	CR	1ª S	2ª S	3ª S	Total
Redação e expressão	5	-	-	150	150
Estudos regionais	4	90	-	-	90
Programas de saúde	4	90	-	-	90
Físico-química	8	30	30	60	120
Química inorgânica	8	-	60	60	120
Química orgânica	8	-	60	60	120
Operações unitárias	6	-	60	60	120
Processos industriais	4	-	30	30	60
Corrosão	6	-	60	60	120
Organização e norma	2	60	-	-	60
Análise química	6	30	60	90	180
Total.....					1.230
Educação física – 180 horas – 60 por série					
Obs.: Para a formação de técnico haverá estágio de 800 horas.					

APÊNDICE 4 – Currículo pleno – 2º grau laboratorista de análises clínicas – 1975

Educação Geral	1ª S	2ª S	3ª S	Total H/aula	Total H/área
Língua portuguesa e Literatura nacional	180	150	150	480	
Língua estrangeira	30	60	60	150	
Educação artística	30	-	-	30	
Geografia	30	30	-	60	
História	60	-	-	60	

O.S.P.B.	-	30	30	60	
Educação moral e cívica	30	-	-	30	
Estudos regionais	90	-	-	90	
Matemática	90	90	90	270	
Desenho	30	-	-	30	
Física	60	90	90	240	
Química	60	90	90	240	
Biologia e Programas de saúde	60	90	90	240	
Ensino religioso	30	30	30	90	
Total					2.070
.....					
Conhecimentos específicos	1ª S	2ª S	3ª S	Total H/aula	Total H/área
Biotécnica	-	60	30	90	
Saúde pública	-	30	60	90	
Técnicas gerais	-	30	60	90	
Técnicas médicas	-	30	60	90	360
Total	780	810	840	2.430	2.430
Educação física – 180 horas – 60 por série					

APÊNDICE 5 – Currículo plano – 2º Grau habilitação: auxiliar de lab. de análises clínicas – 1975

Educação Geral	CR	1ª S	2ª S	3ª S	Total
Língua portuguesa e Literatura nacional	22	180	150	-	330
Língua estrangeira	10	30	60	60	150
Educação artística	1	30	-	-	30

Educação religiosa	3	30	30	30	90
Geografia	4	30	30	-	60
História	4	60	-	-	60
O.S.P.B.	4	-	30	30	60
E.M.C.	2	30	-	-	30
Matemática	12	90	90	90	270
Desenho	2	30	-	-	30
Física	11	60	90	90	240
Química	11	60	90	90	240
Biologia	11	60	90	90	240
Total	97				1.830
.....					
Educação especial	CR	1ª S	2ª S	3ª S	Total
Redação e expressão	5	-	-	150	150
Estudos regionais	4	90	-	-	90
Programas de saúde	4	90	-	-	90
Organização e normas	2	60	-	-	60
Saúde pública	-	-	60	60	120
Bioquímica	8	60	60	60	120
Biotécnica	8	30	60	60	150
Técnicas gerais	6	-	60	60	120
Técnicas médicas	6	-	60	60	120
Total.....					1.080
Educação física – 180 horas – 60 por série					
Obs.: Para a formação de técnico haverá estágio de 800 horas.					

APÊNDICE 6 – Currículo pleno – 2º grau habilitação: técnico em estatística – 1975

Educação Geral	1ª S	2ª S	3ª S	Total H/aula	Total H/área
Língua portuguesa e Literatura nacional	180	150	150	480	
Língua estrangeira	30	60	60	150	
Educação artística	30	-	-	30	
Geografia	30	30	-	60	
História	60	-	-	60	
O.S.P.B.	-	30	30	60	
Educação moral e cívica	30	-	-	30	
Estudos regionais	90	-	-	90	
Matemática	90	90	90	270	
Desenho	30	-	-	30	
Física	60	90	90	240	
Química	60	90	90	240	
Biologia e programa de saúde	60	90	90	240	
Ensino religioso	30	30	30	90	
Total					2.070
.....					
Conhecimentos específicos	1ª S	2ª S	3ª S	Total H/aula	Total H/área
Economia e mercados	-	60	30	90	
Estatística	-	150	90	240	
Processamento de dados	-	90	90	180	
Mecanografia	-	-	120	120	
Construção de gráficos		120	90	210	840
Total	780	1.080	1.050	2.910	2.910
Educação física – 180 horas – 60 por série					

Apêndice 7 – Colégio de aplicação – UFS – Grade curricular – 2º grau
habilitação básica em saúde – 1981

Educação geral	1ª S	2ª S	3ª S	Duração	Total
Língua portuguesa e Literatura nacional	3	3	3	270	1.050
Língua estrangeira	2	-	-	60	
Educação artística	-	2	-	60	
História	2	--	-	60	
Geografia	-	2	-	60	
E.M.C.	-	1	-	30	
O.S.P.B.	-	-	1	30	
Ciências físicas e biológicas	3	3	2	240	
Matemática	3	3	2	240	
.....					
Educação especial	1ª S	2ª S	3ª S	Duração	Total
Instrumentais:					1.200
Língua estrangeira	-	2	2	120	
Introdução à estatística	1	-	-	30	
Organização e métodos	-	2	-	60	
Anatomia e fisiologia	-	-	3	90	
Nutrição	2	2	2	180	
Microbiologia e fisiologia	-	-	3	90	
Específicas					
Noções de saúde e bem-estar social	2	-	-	60	
Fundamentos de assistência social	5	5	5	450	
Estrutura de saúde	1	-	-	30	
Noções de atendimento de emergência	-	-	3	90	
Atividades comuns					

Educação religiosa	1	1	1	90	330
Educação física	2	2	2	180	
Orientação ocupacional	2	-	-	60	
Totais	29	28	29	-	2.580

Apêndice 8 – Colégio de aplicação – UFS – Grade curricular – 2º grau
Habilitação Básica em Química – 1981

Educação Geral	1ª S	2ª S	3ª S	Duração	Total
Língua portuguesa e Literatura nacional	3	3	3	270	1.050
Língua estrangeira	2	-	-	60	
Educação artística	-	2	-	60	
História	2	--	-	60	
Geografia	-	2	-	60	
E.M.C.	-	1	-	30	
O.S.P.B.	-	-	1	30	
Ciências físicas e biológicas	3	3	2	240	
Matemática	3	3	2	240	
.....					
Educação especial	1ª S	2ª S	3ª S	Duração	Total
Instrumentais:					
Língua estrangeira	-	2	2	120	
Cálculo	-	-	4	120	
Física aplicada	3	3	3	270	
Específicas					
Fundamentos básicos de química	3	-	-	90	
Química	3	3	3	270	
Análise química	-	2	4	180	

Processos químicos industriais	-	2	3	150	1.200
Atividades comuns					
Educação religiosa	-	1	1	90	
Educação física	2	2	2	180	
Programas de saúde	2	-	-	60	
Orientação Ocupacional	2	-	-	60	390
Totais					2.640

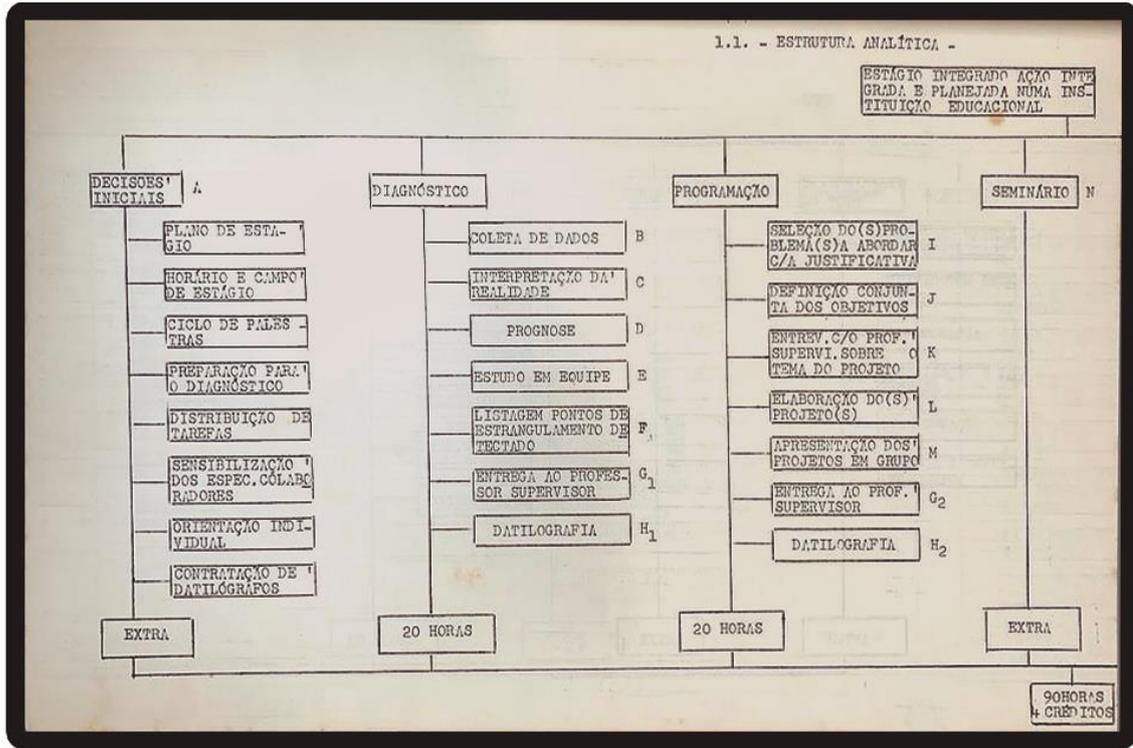
ANEXO

**Ação Integradora e Planejada na Instituição Educacional – Colégio de Aplicação da
Universidade Federal de Sergipe**

Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Estágio Integrado – Administração Escolar –
Orientação Educacional e Supervisão Escolar no 2º Grau

Estagiárias: Alda Maria Duarte Araújo Castro, Elaina Melo Santos, Leonisia Mota Amado,
Maria Auxiliadora Silveira, Maria Vanda Brandão Macedo, Rosa Helena Rocha Chagas,
Suely Maria Prado Melo

Ano: 1977/1



01 - Realizar uma reunião com 28 (vinte e oito) membros do sistema na sala dos professores do Colégio de Aplicação, para apresentação do sub-projeto, no período de 1 (um) dia de estágio.

META:

Nº DE ORDEM DA FASE	Nº DE ORDEM DA TAREFA	DISCRIMINAÇÃO
01	-	<u>PROGRAMAÇÃO DA REUNIÃO</u>
	1.1	Elaborar convites para os 28 (vinte e oito) membros do sistema.
	1.2	Entregar os convites.
	1.3	Planejar a abordagem para apresentação do sub-projeto.
02	-	<u>REALIZAÇÃO DA REUNIÃO</u>
	2.1	Apresentar o grupo de estagiários da Faculdade de Educação aos membros participantes da reunião.
	2.2	Explicar o sub-projeto a ser desenvolvido pelos estagiários.
	2.3	Solicitar opiniões aos presentes em relação ao sub-projeto.

112

4.1 - FASES E TAREFAS

02 - Realizar uma reunião com 89 (oitente e nove) alunos do ensino do 2º grau do Colégio de Aplicação, no auditório da Faculdade, no período de 1 (um) dia de estágio, com vistas à levá-los a sentir a necessidade da Implantação do Regime de Auto-Disciplina.

Nº DE ORDEM DA FASE	Nº DE ORDEM DA TAREFA	DISCRIMINAÇÃO
01	-	<u>PROGRAMAÇÃO DA REUNIÃO</u>
	1.1	Convidar os alunos em classe, para participarem da reunião, no auditório da Faculdade.
	1.2 1.3	Planejar a abordagem para a apresentação do sub projeto. Preparar o material necessário para a apresentação do sub projeto.
02	-	<u>REALIZAÇÃO DA REUNIÃO</u>
	2.1	Apresentar o grupo de estagiários da Faculdade de Educação aos membros participantes da reunião.
	2.2	Apresentar cartazes ilustrativos, relacionado com o tema do sub projeto.
	2.3	Levar os alunos a analisarem os cartazes ilustrativos.
	2.4	Anotar as sugestões dos alunos.
	2.5 2.6	Escolher as sugestões dos alunos, que mais se aproximam do tema do sub projeto. Aplicar o tema do projeto: <u>AUTO-DISCIPLINA</u> .

4.1 - FASES E TAREFAS

03 - Desenvolver 4 (quatro) sessões coletivas, junto a 129 (cento e vinte e nove) alunos do ensino de 1º grau do Colégio de Aplicação, nas respectivas salas de aula, com vistas ao atendimento dos objetivos específicos 1, 2 e 3 do sub projeto, no período de 2 (dois) dias de estágio.

META:

Nº DE ORDEM DA	Nº DE ORDEM DA TAREFA	DISCRIMINAÇÃO
----------------	-----------------------	---------------

4.1 - FASES E TAREFAS

04 - Sistematizar e dinamizar os 3(três) conselhos de classe do Ensino de 2º grau, do Colégio de Aplicação, através de uma reunião e revisão do regulamento respectivo, com a participação dos 6 (seis) membros atuais, no período de 4 (quatro) dias de estágio.

META:

Nº DE ORDEM DA FASE	Nº DE ORDEM DA TAREFA	DISCRIMINAÇÃO
01	-	<u>PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO</u>
	1.1	- Ler os documentos legais pertinentes.
	1.2	- Reunir o Regulamento vigentes dos Conselhos de Classe.
	1.3	- Preparar o material necessário para a execução do encontro.
	1.4	- Preparar a pauta da reunião.
02	1.5	- Elaborar convites ao Diretor, Vice-Diretor, Conselheiros de Classe e líderes de Classe
	-	<u>REALIZAÇÃO DO ENCONTRO</u>
	2.1	- Objetivar a reunião.
	2.2	- Abordar questões sobre os 3(três) conselhos de classe.
	2.3	- Distribuir cópias da Minuta de Regulamento.
03	2.4	- Discutir cópias da Minuta apresentada.
	2.5	- Analisar e fazer as emendas necessário.
	-	<u>ELABORAÇÃO DEFINITIVA DO DOCUMENTO</u>
	3.1	- Redigir de modo definitivo o Regulamento dos Conselhos de Classe.
	3.2	- Encaminhar para o Diretor do Colégio de Aplicação.

115

Contribuição na Montagem do Processo de Reconhecimento do Colégio de Aplicação da UFS

Centro de Educação em Ciências Humanas - Departamento de Educação Estágio de Administração Escolar do 2º Grau

Estagiárias: Avilete Cruz de Almeida, Silvana Jandira Alves, Silvia Dantas do Espírito Santo

Ano: 1979/2

6. Fases e Tarefas

Meta Nº 01: Obter fundamentos legais e práticos necessários à elaboração do processo de reconhecimento do ensino de 2º grau do Colégio de Aplicação.

Nº de Ordem da Fase	Nº de Ordem da Tarefa	Designação
01	-	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
	1.1.	- Coletar a legislação federal e estadual pertinente.
	1.2.	- Analisar a Legislação federal.
	1.3.	- Comparar as diretrizes da legislação federal com a estadual.
	1.4.	- Analisar a documentação do Colégio de Aplicação com vistas a elucidar a montagem do processo.
	1.5.	- Estabelecer contatos com o CFE.
	1.6.	- Extrair informações complementares junto às Administrações anteriores do Colégio de Aplicação.

Nº de ordem de fase	Nº de Ordem da Tarefa	Designação
02	-	FUNDAMENTAÇÃO PRÁTICA
	2.1	-Obter junto à direção e ao corpo docente documentos comprobatórios de sua qualificação profissional;
	2.2	-Providenciar a planta do bloco do CECH onde funciona o CA;
	2.3	-Selecionar os documentos de escrituração e arquivo escolar que integram o processo de reconhecimento;
	2.4	-Obter comprovantes da remuneração do corpo docente;
	2.5	-Obter junto a administração superior da UFS documentos comprobatórios de situação jurídica e fiscal da entidade mantenedora (Fundação UFS);
	2.6	-Solicitar da Pró-Reitoria de Adm. da UFS a análise financeira requerida pelo processo de reconhecimento do CA;
	2.7	-Coletar fotografias das salas especiais, laboratórios e biblioteca que servem ao CA;
	2.8	-Coletar a listagem de equipamentos escolares;
	2.9	-Solicitar do grupo de trabalho uma cópia do novo regimento;
	2.10	-Elaborar um formulário e providenciar seu preenchimento pelo corpo docente referente a sua formação e disponibilidade de horário;
2.11	-Elaborar um sucinto diagnóstico da comunidade.	

Meta nº 03: Avaliar a execução do projeto.

Nº de Ordem da Fase	Nº de Ordem da Tarefa	Designação
01	-	REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA
	1.1	- Programar a entrevista com o Diretor;
	1.2	- Marcar data e local;
	1.3	- Entrevistar o Diretor;
	1.4	- Analisar os dados da entrevista.
02	-	APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS
	2.1	- Elaborar o questionário;
	2.2	- Reunir os componentes da equipe do CA, expor o objetivo do questionário e aplicá-lo;
	2.3	- Realizar a operação dos dados colhidos no questionários.

Reelaboração do Organograma e Elaboração do Funcionograma

Estágio de Administração Escolar

Estagiárias: Silvana Jandira Alves e Silvia Dantas do Espírito Santo

Ano: 1979/1

06 - FASES E TAREFAS

META N° 01: Rever o organograma da Escola junto à sua Direção, no período de 04 (quatro) horas ou 01 (um) dia de estágio.

N° ORDEM DA FASE	N° ORDEM DA TAREFA	D I S C R I M I N A Ç Ã O	DURAÇÃO	D A T A	
				INÍCIO	TÉRMINO
01	-	ANÁLISE DO ORGANOGAMA ATUAL EM FUNÇÃO DOS DOCUMENTOS	02		
	1.1	- Ler o regimento escolar.			
	1.2	- Ler a Lei 5692/71.			
	1.3	- Comparar a linha hierárquica nele definida e a revelada pelo atual organograma.			
	1.4	- Listar as incongruências.			
02	-	ESTUDO DO ORGANOGAMA ATUAL JUNTO À DIREÇÃO	02		
	2.1	- Analisar com a direção a necessidade de reelaboração do organograma.			
	2.2	- Discutir com a direção as vantagens de uma administração descentralizada.			

META N° 3: Elaborar a proposta do Funcionograma para o sistema durante 12 (doze) horas ou 03 (três) dias de estágio.

N° ORDEM DA FASE	N° ORDEM DA TAREFA	D I S C R I M I N A Ç Ã O	DURAÇÃO	D A T A	
				INÍCIO	TÉRMINO
01	-	PLANEJAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DO FUNCIONOGAMA	06		
	1.1	- Caracterizar as funções com base no regimento da escola.			
	1.2	- Consultar as pessoas que atualmente ocupam as funções previstas.			
02	-	ELABORAÇÃO DO FUNCIONOGAMA	06		
	2.1	- Traçar o funcionograma da escola.			
	2.2	- Transcrever as descrições das funções para os retângulos correspondentes.			
	2.3	- Providenciar a preparação de cartaz com o funcionograma para colocá-lo em local visível, depois de aprovado.			

META Nº 2: Elaborar a proposta do novo organograma para o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, durante 02 (dois) dias de estágio correspondente a 08 (oito) horas.

Nº ORDEM DA FASE	Nº ORDEM DA TAREFA	DISCRIMINAÇÃO	DURAÇÃO	DATA	
				INÍCIO	TÉRMINO
01	-	PLANEJAMENTO PARA A ELABORAÇÃO DO ORGANOGrama	04		
	1.1	- Definir os órgãos que devem compor a escola com base no regimento.			
	1.2	- Analisar com a Direção da Escola os órgãos previstos no organograma.			
02	-	ELABORAÇÃO DO ORGANOGrama	04		
	2.1	- Traçar o novo organograma.			
	2.2	- Transcrever os órgãos para os retângulos correspondentes.			
	2.3	- Providenciar a preparação de cartaz com o organograma para colocá-lo em local visível, depois de aprovado.			

Plano de Implementação da Recuperação Paralela na 1ª Série do 2º Grau

Classe de Estágio: 1ª Série do 2º Grau

Estagiárias: Maria Carmen de Melo Macedo e Laurinete Santos da Silva

Ano: 1980/1

IV - METAS

Nº DE ORDEM DAS METAS	ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS	RECURSOS MATERIAIS
01	- Sensibilizar os 02 (dois) professores, monitores e alunos da 1ª série do 2º grau do Colégio de Aplicação, sobre a recuperação paralela nas disciplinas Matemática e Geografia, no período de horas correspondente a dia de estágio.	.02 (duas) estagiárias de Supervisão Escolar. .02 (dois) professores () monitores () alunos	-
02	- Selecionar e treinar, com base em critérios a serem definidos, alunos das disciplinas Matemática e Geografia da 1ª série do 2º grau do Colégio de Aplicação, a fim de que exerçam a função de monitor no período de horas correspondente a dias de estágio.	.02 (duas) estagiárias de S.E. () alunos de cada disciplina e os respectivos professores.	-
03	- Acompanhar técnico pedagogicamente o desenvolvimento do projeto de Implementação da Recuperação Paralela junto aos 02 (dois) professores das disciplinas Matemática e Geografia e alunos monitores da 1ª série do 2º grau do Colégio de Aplicação envolvidos na recuperação paralela, no período de horas correspondentes a dias de estágio.	.02 (duas) estagiárias de S.E. .02 (dois) professores () alunos monitores	.Stêncil .Papéis Ofício .Máquina datilográfica. .Mimeógrafo

V - ESPECIFICAÇÃO DAS METAS

META 01 - Sensibilizar os 02 (dois) professores, monitores e alunos da 1ª série do 2º grau do Colégio de Aplicação, sobre a recuperação paralela nas disciplinas de Matemática e Geografia, no período de () horas correspondentes a () dias de estágio.					
Nº DE ORDEM DA FASE	Nº DE ORDEM DA TAREFA	DISCRIMINAÇÃO	DURAÇÃO	DATA	
				INÍCIO	TÉRMINO
01	-	Preparação			
	1.1	. Estabelecer os dias e o horário para contato com os professores			
	1.2	. Reproduzir o modelo de fichas didáticas			
02	-	Execução			
	2.1	. Contatos com os professores de Matemática e Geografia para:			
	2.1.1	- apresentação do Plano de Implementação da Recuperação Paralela;			
	2.1.2	- discussão sobre as estratégias a serem utilizadas na recuperação paralela;			
	2.1.3	- indicação dos alunos para serem monitores.			
	2.2	. Reunir alunos e monitores para:			
2.2.1	- apresentar os objetivos da recuperação paralela				
2.2.2	- orientar os alunos sobre a recuperação paralela				
03	-	Avaliação			
	3.1	. Observar o nível de aceitação, grau de interesse, envolvimento, participação e da responsabilidade no cumprimento das tarefas.			

META 02 - Selecionar e treinar, com base em critérios a serem definidos, alunos das disciplinas Matemática e Geografia da 1ª série do 2º grau do Colégio de Aplicação, a fim de que exerçam a função de monitor.					
Nº DE ORDEN DA FASE	Nº DE ORDEN DA TAREFA	DISCRIMINAÇÃO	DURAÇÃO	DATA	
				INÍCIO	TÉRMINO
01	-	Preparação			
	1.1	. Definir os critérios de seleção dos monitores			
	1.2	. Planejar as atividades de treinamento			
02	-	Execução			
	2.1	. Treinar os alunos monitores na utilização das fichas didáticas			
03	-	Avaliação			
		. Observar o desempenho dos alunos durante o treinamento e na execução das tarefas de monitor.			

META 03 - Acompanhar técnico pedagogicamente o desenvolvimento do Projeto de Implementação da Recuperação Paralela junto aos 02 (dois) professores das disciplinas Matemática e Geografia..... alunos e monitores da 1ª série do 2º grau do Colégio de Aplicação envolvidos na recuperação paralela, no período de.....horas correspondentes a ...dias de estágio.					
Nº DE ORDEM DA FASE	Nº DE ORDEM DA TAREFA	DISCRIMINAÇÃO	DURAÇÃO	DATA	
				INÍCIO	TÉRMINO
01	-	Preparação			
	1.1	. Identificar junto aos professores os conteúdos a serem recuperados.			
	1.2	. Identificar junto aos professores os alunos que não obtiveram rendimento suficiente.			
	1.3	. Discutir com os professores sobre as fichas didáticas a serem utilizadas.			
	1.4	. Elaborar instrumentos de observação de desempenho dos monitores.			
	1.5	. Elaboração de instrumento para acompanhamento do rendimento dos alunos.			
02	-	Execução			
	2.1	. Contactar com os professores para obter informações sobre o andamento da R.P.			
	2.2	. Acompanhar e observar os alunos monitores no desempenho de suas funções.			
03	-	Avaliação			
	3.1	. Analisar o nível de desempenho dos monitores			
	3.2	. Avaliar o rendimento dos alunos após as atividades de recuperação paralela.			

FICHA DE AVALIAÇÃO DA RECUPERAÇÃO PARALELA, PARA O PROFESSOR

Observação: Este QUESTIONÁRIO visa tão somente obtermos dados que possam melhorar e enriquecer nosso estágio. Diante disso, sinta-se à vontade de acrescentar qualquer comentário ou informação que julgar importante. Agradece as estagiárias de Supervisão Escolar.

1. Você considera válido as atividades de recuperação paralela?

- Sim
 Não
 Em parte

Justifique _____

2. As atividades da recuperação durante o seu desenvolvimento foi eficaz?

- Sim
 Não
 Em parte

Justifique _____

3. Mostre pontos positivos visto durante as atividades de recuperação paralela.

4. Mostre pontos negativos visto durante as atividades de recuperação paralela

5. Dê sugestões para os próximos estágios sobre a recuperação paralela

6. Outras observações que julgar necessárias.

ESTUDOS ATRAVÉS DE FICHAS DIDÁTICAS

Esta técnica consiste em colocar à disposição do aluno, na sala de aula, as fichas didáticas necessárias ao estudo de um determinado conteúdo. Essas fichas são organizadas obedecendo à seguinte sistemática:

- O conteúdo para estudo é apresentação na ficha de noções
- As questões propostas sobre o conteúdo são incluídas na ficha de exercícios;
- As respostas correspondentes às questões formuladas são apresentadas na ficha de correção.

AS FICHAS DIDÁTICAS SE COMPÕEM DE:

- | |
|---------------------|
| Ficha de noções |
| Ficha de exercícios |
| Ficha de correção |

Dependendo da extensão do conteúdo em estudo, o professor poderá organizar várias fichas de noções, que deverão ser numeradas em ordem crescente. Para cada ficha de noções corresponderá, necessariamente, uma ficha de exercício e uma ficha de correção. Por exemplo: Ficha de noções nº 1, ficha de exercício nº 2.1 e ficha de correção nº 2.2 etc.

O Tamanho das fichas pode equivalever à metade de uma folha tamanho ofício.

Nesta técnica compete ao:

- Professor:
 - Organizar as fichas didáticas;
 - Explicar o funcionamento da técnica;
 - Dispor as fichas, ordenadamente, em lugar visível ao aluno;
 - Controlar o desenvolvimento do trabalho;
- Aluno:
 - Estudar o conteúdo apresentado na ficha de noções;
 - Responder às questões da fichas de exercícios;
 - Comparar as respostas que formulou com as constantes na ficha de correção.

Modelo reduzido das fichas didáticas.

Fichas de Noç. Nº 1 Assunto:	Ficha de exerc. Nº 1.1 Assnto:	Ficha de corre. nº 1.2 Assnto: